UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA
MESTRADO EM MÚSICA

CAMILA LOPES PEREIRA

OFERENDA VETADA: A CENSURA POLÍTICA AO ÁLBUM *OFERENDA* (1981), DE PADRE ZEZINHO

CURITIBA
2026

CAMILA LOPES PEREIRA

OFERENDA VETADA: A CENSURA POLÍTICA AO ÁLBUM *OFERENDA* (1981), DE PADRE ZEZINHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Estadual do Paraná, na linha Música, Cultura e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Música.

Orientador: Professor Dr. Joêzer de Souza Mendonça

CURITIBA
2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e
Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP
e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LOPES PEREIRA, CAMILA
OFERENDA VETADA: A CENSURA POLÍTICA AO ÁLBUM OFERENDA (1981), DE PADRE ZEZINHO / CAMILA LOPES PEREIRA. -- Curitiba-PR,2026.
109 f.: il.

Orientador: JOÊZER DE SOUZA MENDONÇA.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Música) -- Universidade Estadual do Paraná, 2026.

1. CAPA DO ÁLBUM OFERENDA. 2. ENTREVISTA COM PADRE ZEZINHO. 3. CAPA DO REQUERIMENTO DE LETRAS. I - DE SOUZA MENDONÇA, JOÊZER (orient). II - Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CURITIBA I

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA

TERMO DE APROVAÇÃO

Camila Lopes Pereira

OFERENDA VETADA: A CENSURA POLÍTICA AO ÁLBUM OFERENDA (1981), DE PADRE ZEZINHO

Dissertação apresentada e defendida como requisito para a obtenção do título de Mestra em Música no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Estadual do Paraná.

Aprovada em 14 de julho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joêzer de Souza Mendonca
Presidente da banca | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

Profa. Dra. Andreia Cristina Serrato
Membro Externo | PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - PUCPR

Dr. José Luis Manrique Yañez
Membro Externo

A Ata de Defesa assinada pelos membros da Banca Examinadora encontra-se na documentação da Secretaria do PPGMUS-UNESPAR

Curitiba

2026

Dedico esta dissertação a Deus, Nosso Senhor, que, em seu profundo amor, concedeu-me os dons que dediquei e utilizei neste trajeto, bem como os encontros com as pessoas que me ajudaram e o trabalho em si. Esta pesquisa foi um dom em si mesma.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Nosso Senhor, que me deu minha mãe Vânia, meu pai Wilney, meu avô Zé, que sempre me deram liberdade, amor e apoio para escolher meus caminhos.
A meu namorado Zé, que coroa essa conquista e a faz florescer em paixão e alegria.
À minha gata Pepa, que acompanhou bravamente todo esse trabalho do camarote do meu colo.
A meu professor orientador Joêzer, sempre gentil, atencioso e generoso.
E à professora Miliandre, a quem devo quase que inteiramente os conhecimentos dispostos no segundo capítulo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

RESUMO

A presente dissertação investiga o veto político imposto em 1981 pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) ao álbum *Oferenda*, de Padre Zezinho scj (José Fernandes de Oliveira). O objetivo central desta pesquisa é contextualizar as engrenagens institucionais de monitoramento e repressão cultural direcionadas à produção musical cristã, especialmente católica, durante o processo de abertura política do regime civil-militar brasileiro. Metodologicamente, o trabalho articula a análise de fontes primárias textuais e fonográficas, cruzando o requerimento de letras que comporia o álbum (nº 26538/81-SR/SP) e mais 4 documentos oficiais sigilosos, obtidos no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), que trazem o nome do padre, com um detalhado levantamento na Hemeroteca Digital Brasileira. Teoricamente, a investigação fundamenta-se na biografia do compositor, na literatura produzida por ele, nos conceitos de Segurança Nacional concebidos e praticados à época, que orientavam o treinamento técnico dos censores federais. Os resultados evidenciam que a poética musical de *Oferenda* — expressa em temáticas como a fome, a tirania e os conflitos fundiários ligados ao "binômio homem x terra" — alinhava-se às diretrizes teológicas da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, o Documento de Puebla (1979), incorporando a opção preferencial pelos pobres. Demonstra-se que o cerceamento sofrido pelo artista não se configurou como um ato arbitrário, fruto da subjetividade de um funcionário público, mas como uma ação estratégica e política do Estado. O regime percebia a canção religiosa popular de viés crítico, interpretada por um líder de massas de perfil social-democrata e solidário, como potencial ferramenta de conscientização e mobilização social que deveria ser vigiada e controlada. Conclui-se que o episódio estende as fronteiras tradicionais da Canção de Protesto no Brasil, inserindo a música católica engajada como um relevante território de dissidência, manifestação de coragem civil e resistência à opressão estatal.

Palavras-chave: Censura Musical. Padre Zezinho. Ditadura Civil-Militar. DCDP. Música Cristã brasileira.

ABSTRACT

The present dissertation investigates the political veto imposed in 1981 by the Division of Censorship of Public Amusements (DCDP) on the album *Oferenda*, by Padre Zezinho SCJ (José Fernandes de Oliveira). The central objective of this research is to contextualize the institutional mechanisms of cultural monitoring and repression directed at Christian musical production, especially Catholic, during the political opening process of the Brazilian civil-military regime. Methodologically, the study articulates the analysis of textual and phonographic primary sources, crossing the lyrics application request that would compose the album (nº 26538/81-SR/SP) and 4 other classified official documents obtained from the National Archive Information System (SIAN) containing the priest's name, with a detailed survey in the Brazilian Digital Newspaper Library (Hemeroteca Digital Brasileira). Theoretically, the investigation is based on the composer's biography, on the literature produced by him, and on the concepts of National Security conceived and practiced at the time, which guided the technical training of federal censors. The results evidence that the musical poetics of *Oferenda* – expressed in themes such as hunger, tyranny, and land conflicts linked to the "man-land binomial" –aligned with the theological guidelines of the III General Conference of the Latin American Episcopate, the Puebla Document (1979), incorporating the preferential option for the poor. Furthermore, it is demonstrated that the restriction suffered by the artist was not an arbitrary act resulting from a public official's subjectivity, but rather a strategic and political action by the State. The regime perceived critical popular religious song, performed by a mass leader with a social-democratic and solidarity-oriented profile, as a potential tool for social awareness and mobilization that needed to be monitored and controlled. It concludes that this episode extends the traditional boundaries of Protest Song in Brazil, inserting engaged Catholic music as a relevant territory of dissidence, expression of civil courage, and resistance to state oppression.

Keywords: Musical Censorship. Padre Zezinho. Civil-Military Dictatorship. DCDP. Brazilian Christian Music.

LISTA DE SIGLAS

CELAM: Conselho Episcopal Latino-Americano.

DCDP: Divisão de Censura de Diversões Públicas.

DPF: Departamento de Polícia Federal

DP: Documento de Puebla.

ESG: Escola Superior de Guerra.

LP*: Long Play* (Disco de vinil de longa duração).

LSN: Lei de Segurança Nacional.

MPB: Música Popular Brasileira.

MPBR: Música Popular Brasileira Religiosa.

PF: Polícia Federal.

SCJ: *Sacratissimum Cor Jesu* (Sagrado Coração de Jesus – Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus / Dehonianos).

SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

SCDP: Serviço de Censura de Diversões Públicas

SNI: Serviço Nacional de Informações.

SR/SP: Superintendência Regional de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **12**

1. BIOGRAFIA: RAÍZES, INFLUÊNCIAS, REBELDIA E SUBVERSÃO **16**

1.1. Raízes e formação 16

1.2. Nove em cento e dez: as obras de Padre Zezinho em diálogo com a pesquisa 20

1.3. Canções de Padre Zezinho em caráter de contextualização 29

1.4. Rebeldia e subversão: coragem civil em literatura e canção 32

1.5. Juventude, influência e vigilância: o relatório da Polícia Federal sobre Padre Zezinho (1973) 38

2.1. Estrutura e prática institucional da censura no regime militar 44

2.2. Do processo de submissão das letras à DCDP e do treinamento dos censores 49

2.3. A Censura e a música cristã popular: perseguições e vetos 53

3. OFERENDA VETADA: O REQUERIMENTO DE LETRAS E O PARECER DO CENSOR OLIVEIRA **61**

3.1. Puebla e *Oferenda*: análise das canções frente a seu contexto 63

3.2. O parecer do censor Oliveira: enquadramento no decreto 20.493/46, "binômio homem x terra" e a Igreja Católica 85

3.3. Pesquisa hemerográfica: a atuação da Igreja Católica em conflitos de terras 91

3.4. O enquadramento das canções de Padre Zezinho nas alíneas "d" e "g" do decreto 20.493/46 92

CONSIDERAÇÕES FINAIS **95**

REFERÊNCIAS **98**

ANEXO A **107**

ANEXO B **108**

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as pesquisas científicas têm se dedicado profusamente ao estudo do período da ditadura civil-militar brasileira (1964 - 1985) e, em particular, as Artes têm tomado protagonismo nessa atividade devido ao fato de sua produção à época ter estado sob a tutela da censura oficial. Nesse contexto, a música constitui um dos campos artísticos mais investigados e polemizados, já analisado por diversos autores (Napolitano, 2014; Garcia, 2004; Garcia, 2021; Fico, 2021, entre outros), tanto no que se refere ao funcionamento do órgão censor quanto às implicações dele sobre artistas e público.

Entretanto, há poucos estudos sobre a música popular brasileira religiosa que se praticava no mencionado período e menos ainda relacionados à música popular religiosa "engajada", ou seja, a canção religiosa de protesto (Mendonça, 2016). Tal vertente se manifestou tanto no seio das igrejas protestantes (Barros, 2024) quanto no da Igreja Católica. No catolicismo praticado no Brasil, o protagonista desta cena foi José Fernandes de Oliveira, o Padre Zezinho scj (sigla para *Sacratissimum Cor Jesu*, ou Sagrado Coração de Jesus) o qual além de ter sido o "precursor da música católica [popular] no Brasil" (Souza, 2012), foi também o primeiro e o único músico religioso a ter um trabalho vetado pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) - o órgão censor oficial, fato ocorrido no ano de 1981.

Padre músico muito famoso, cantor e compositor, vencedor de prêmios internacionais como o Grammy Latino (Oliveira, 2012) e conhecido por canções católicas muito populares como "*Oração pela Família*, *Utopia*, *Um certo Galileu*, *Maria de Nazaré*, *Um Coração para Amar* (…) dentre outras que são até hoje muito executadas em missas da Igreja Católica" (Borburema, 2015), Zezinho teve vetadas 11 das 14 canções que comporiam seu álbum *Oferenda*.

Investigando sua carreira, a fim de descobrir a razão de tal fenômeno, nos deparamos inclusive com a informação fornecida pelo próprio Padre Zezinho, em entrevista à *O Povo*(Oliveira, 2012)1 de que no ano dos vetos ele sofreu perseguição política, a ponto de se exilar na Espanha, por 7 meses. Em decorrência disso, então, nos questionamos: por que essas canções foram vetadas, qual era o conteúdo delas e quais seriam as implicações deste fato, se ele realmente ocorreu? E como resultado, nos engajamos em buscar material bibliográfico acadêmico referente ao assunto.

[1] Referências online cujo hiperlink e data de acesso estão informadas na seção Referências.

Averiguamos que não havia, nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, até aquele momento, trabalhos que tratassem especificamente dos vetos e da censura às canções do álbum *Oferenda*, tampouco que analisassem essas mesmas canções sob o ponto de vista estético-musical.

Sendo assim, com o objetivo de averiguar primeiramente a fidedignidade do relato do próprio artista, buscamos no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) por documentos datados da referida época que contivessem o nome de Padre Zezinho (José Fernandes de Oliveira) e que se relacionassem à censura e à perseguição política. Para esse fim, salientamos, foi utilizado o nome completo do padre. E, considerando que o álbum *Oferenda* foi lançado em 1983, definimos como recorte temporal o período de 1973 a 1983.

Obtivemos imediatamente 145 ocorrências e, entre elas, estava o requerimento de letras — denominação oficial do documento protocolado junto à Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) para análise — correspondente ao que viria a ser o álbum *Oferenda* (nº: 26538/81-SR/SP de 27 de nov de 1981).

Logo na capa do documento, onde figuram os títulos das canções, constam os 11 carimbos de veto e, ao final do processo, o parecer do censor responsável, Sérgio Roldon de Oliveira. Nele, o técnico de censura alega que a proibição se deveu ao fato de que diversas das letras estavam em desacordo com os interesses nacionais, feriam a legislação referente à censura e, principalmente, que várias delas remetiam ao "binômio homem x terra" (Oliveira, 1981, p. 21), o que poderia incitar conflitos fundiários — confrontos aos quais a corrente progressista da Igreja Católica estava envolvida à época. O censor chega a citar duas localidades da federação onde tais confrontos estariam ocorrendo.

Munidos do documento oficial que comprovava a hipótese dos vetos, prosseguimos na busca por outros registros — ainda no SIAN — que pudessem confirmar a hipótese de perseguição política, responsável pelo autoexílio do artista. Esse material também foi encontrado: havia mais quatro documentos sigilosos mencionando José Fernandes de Oliveira, o Padre Zezinho (Brasil, 1981A; Jardim, 1973; Brasil, 1978 e Brasil, 1983).

Assim, obtivemos elementos materiais que confirmavam que não apenas o álbum *Oferenda* fora vetado, como também Padre Zezinho era, de fato, vigiado e classificado como "subversivo" (Brasil, 1981A).

Na sequência, estudamos a obra *1964*, de Marcos Napolitano (2014), com o objetivo de compreender o contexto histórico em que estavam inseridos os mencionados acontecimentos. Posteriormente, consultamos diversos artigos, dissertações e teses que tratam da censura durante a ditadura, tanto sob a perspectiva dos artistas que sofreram perseguições e vetos quanto do funcionamento do

órgão censor. Também analisamos estudos que abordam a opinião pública à época em relação às ações da DCDP, entre eles Garcia (2008), Fico e Garcia (2021), Mostaço (2021), entre outros.

Ademais, buscamos no site da Hemeroteca Digital Brasileira matérias jornalísticas que pudessem comprovar a afirmação do censor Oliveira de que as canções incitavam conflitos fundiários. Novamente, o material foi encontrado: há reportagens (Diário do Pará, 1982A; Diário do Pará, 1982B e Jornal do Brasil, 1980) sobre clérigos da Igreja Católica diretamente envolvidos em conflitos de terras contemporâneos ao período analisado.

A concatenação desses dados nos levou a concluir que o veto foi político, emitido de forma coerente com o treinamento oferecido pelo governo aos técnicos de censura e com base na legislação relativa tanto à censura quanto à Segurança Nacional (Brasil, 1946; decreto-lei de nº 898, de 29 de set de 1969; decreto 70.665 de 1972 e o decreto-lei 21.240 de 4 de abr de 1932).

Em adição, buscando investigar a postura sociopolítica do padre, recorremos a estudos de Wolfgang Heuer (2014) e Antônio Cândido (1988) e, por meio desses autores, realizamos um diálogo bibliográfico que aborda tanto a faceta rebelde quanto a revolucionária de José Fernandes de Oliveira, bem como sua coragem civil (Heuer, 2014). Desse modo, integramos essas reflexões na construção de uma dissertação que entrelaça música, poesia, política, religião e história.

Nossa pesquisa, tendo como base a documentação primária e a bibliografia consultada, objetivou o reconhecimento do fato histórico dos vetos às canções de Padre Zezinho, bem como sua contextualização e implicações. Para isso, examinamos igualmente as formas de raciocínio do artista, que transcendem as suas canções e a censura que sofreram.

No primeiro capítulo deste trabalho, apresentamos a biografia de José Fernandes de Oliveira, algumas de suas canções mais conhecidas e tópicos referentes a nove de seus livros, utilizados tanto para conhecer seu pensamento quanto para compreender o que era lido e estudado pelos militares a seu respeito. Parte desses títulos foi examinada justamente por constar na bibliografia de um dos documentos oficiais encontrados no site do SIAN, o "Estudos sobre a Igreja Católica", neste trabalho identificado como "Brasil, 1983".

No segundo capítulo, percorremos o histórico da Censura no Brasil, desde sua criação no governo Vargas (Costa, 2021, p. 58) até sua extinção, em 1988 (Garcia, 2008, p. 13), com ênfase na Divisão de Censura de Diversões Públicas — o órgão censor responsável pelos vetos ao *Oferenda* – e em seus desdobramentos, sobretudo no campo musical, com destaque para a música religiosa.

Examinamos o treinamento ao qual eram submetidos os policiais federais que detinham o poder do veto, os decretos de lei referentes tanto à censura quanto à defesa nacional – desde o primeiro

decreto sobre censura – e discutimos, ainda, a canção de protesto produzida pelos evangélicos (Mendonça, 2016 e Barros, 2024), a fim de observarmos como alguns setores entre os nichos religiosos responderam às ações autoritárias do regime governamental no qual estavam imersos.

No terceiro capítulo, apresentamos o requerimento de letras com seu parecer e analisamos 12 das 14 letras (as 11 vetadas, mais a primeira, em virtude de ela estar intimamente relacionada às demais, vetadas) mediante o Documento de Puebla (DP), que traz as conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, documento que se mostrou a base das referidas letras das canções de Padre Zezinho, o artigo *O caminho de Puebla 40 anos depois e a opção preferencial pelos pobres*, de Chaves (2019) e a tese *Teologia da Libertação: Nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual*, de Veiga (2009).

Ainda no terceiro capítulo, e entrelaçados ao DP e aos trabalhos acadêmicos, trazemos dois dos demais documentos oficiais encontrados, o "Atuação de militantes e ex-militantes de organizações subversivas ligados a entidades religiosas" (Brasil, 1981A) e novamente, o "Estudos sobre a Igreja Católica" (Brasil, 1983), posto igualmente portarem relação com o tema das canções vetadas, em abordagem e contexto, bem como trazerem o nome de José Fernandes de Oliveira.

Em seguida, como penúltima subseção do terceiro capítulo, expomos nossa pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira e as três matérias lá encontradas, as quais corroboram a alegação do técnico de censura, em seu parecer, a de que membros da Igreja Católica possuíam envolvimento direto com conflitos de terras e, Oliveira cita duas localidades da federação onde isso estaria ocorrendo. Nesse levantamento, buscamos reportagens que mencionassem clérigos imiscuídos em conflitos fundiários entre 1978 e 1985, utilizando os termos "padre" e "conflitos". A busca foi realizada primeiramente nas duas cidades citadas pelo censor e, diante da escassez de fontes nesses locais, em todo o território nacional.

No dia 13 de julho de2026 , às vésperas da defesa desta pesquisa, conseguimos uma entrevista com Padre Zezinho, na qual ele nos elucidou alguns pontos. Em virtude do fato de esta pesquisa já estar pronta, à época, as adições decorrentes da entrevista foram colocadas posteriormente. Elas estão devidamente identificadas ao longo do texto e a entrevista consta nos anexos.

Finalmente, antes de nossas conclusões, analisamos o parecer censório no que se refere particularmente as alíneas da lei de censura, por ele utilizadas para a justificação dos vetos, em cotejo com as letras.

1. BIOGRAFIA: RAÍZES, INFLUÊNCIAS, REBELDIA E SUBVERSÃO

Neste capítulo, apresentaremos a biografia de Padre Zezinho, sua formação, influências, aspectos sobre sua produção literária e musical, além de diversas citações coletadas de entrevistas concedidas por ele próprio, bem como de alguns de seus livros e do título publicado pela Paulinas no ano de 1999 que mais se assemelha à uma biografia, o "Padre Zezinho scj – 35 anos a serviço da fé[2] .

Nas referidas publicações, ele confessa sua vocação como padre, comunicador (especialmente ao público jovem) e suas opiniões políticas e filosóficas. Nosso objetivo é o de apresentar o personagem e sua história, culminando em sua posição política e social, para posteriormente relacionar todos esses elementos à censura do álbum *Oferenda* e suas implicações.

1.1. Raízes e formação

"Eu vivi numa família onde se ensinava que ter problemas na vida não é o mesmo que ter uma vida infeliz. A nossa foi feliz apesar dos problemas", disse José Fernandes de Oliveira, o Pe. Zezinho scj (sigla para *Sacratissimum Cor Jesu*, ou Sagrado Coração de Jesus, o carisma[3] de sua congregação), em entrevista ao O Povo (Oliveira, 2012), em comemoração aos seus quarenta e cinco anos de sacerdócio. Nascido em 8 de junho de 1941, na cidade de Machado, Minas Gerais, Padre Zezinho é membro da Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus – também chamada dehoniana – fundada pelo padre educador e sociólogo francês Leon Dehon[4] (Figueira, 1999, p. 12) em 1878 (Dehonianos, 2024). Além de padre católico, é escritor, psicopedagogo, comunicador, compositor, instrumentista e cantor; foi também conferencista, professor universitário, líder de movimentos juvenis, pastoralista de juventude, pastoralista vocacional (Paulinas, 1982, p.168), radialista – Rádio

[2] A sua primeira biografia autorizada está por ser lançada dentro do período da conclusão deste trabalho, em função das comemorações de seu 85º aniversário.

[3] O carisma dos padres dehonianos é fundamentado na oblação. O objetivo da congregação "é procurar a glória de Deus mediante a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, que pratica a adoração reparadora, cujos membros vivem como vítimas numa vida de oblação e inteira disposição à vontade de Deus, cujo apostolado deve visar à implantação do Reino do Coração de Jesus nas almas e nas sociedades. Os religiosos dessa Congregação vivem um zelo apostólico ardente, a adoração reparadora e a oferta quotidiana de si mesmos ao Coração de Jesus." (BARBOSA, 2019 p. 58). Bem como, sob essa perspectiva, o compromisso religioso dos sacerdotes exige a superação de uma postura meramente contemplativa em favor de uma práxis engajada: a reparação das injustiças sociopolíticas e o combate aos "desvios e pecados da sociedade" representam a resposta concreta do representante dehoniano à doação absoluta de si. Essa articulação entre mística e ativismo social desdobra-se no lema eclesial do "ir ao povo" (BARBOSA, 2019, p. 60), o que se revela exatamente no trabalho de Padre Zezinho.

[4] Padre Zezinho dedicou três livros ao fundador de sua congregação.

Nove de Julho (Neves, 1971, p.7) e apresentador de TV (Paulinas, 1972, p. 77 e Oliveira, 1982 p. 168).

Oriundo de família pobre, principalmente dado ao fato de seu pai ter sofrido um acidente de trabalho — Fernando de Oliveira era tropeiro — e se tornar paraplégico, Padre Zezinho revelou:

> ...um dia, rolou barranco abaixo e o cavalo passou por cima dele. Afetou a espinha. Depois, a paralisia foi progressiva, ficou imobilizado. Mas ele também era violeiro e mesmo assim conseguia mexer com a mão. Porque ele não se mexia e estava sempre em casa, eu tive mais tempo de desfrutar [de sua] (...) presença (…). Por um lado, [o acidente] foi providencial, porque eu convivi com ele e com suas histórias, e ao mesmo tempo eu vi a dor e o sofrimento que ele enfrentou com muita serenidade. (Oliveira, 2012).

Devido às dificuldades financeiras, a família teve de se mudar para Taubaté, São Paulo, cidade na qual os irmãos mais velhos do padre – ele é o sexto filho de Fernando e Valdevina Messias – puderam ser empregados em uma fábrica de tecidos, a fim de contribuírem com a subsistência do lar. Padre Zezinho tinha então 2 anos de idade (Hoshi, 2021) e a família passou a habitar uma casa vizinha a um convento dehoniano — "a 500 metros daqui"[5], disse ele em entrevista à essa pesquisa — (hoje o Instituto Conventinho — residência dos padres da congregação do Sagrado Coração de Jesus e do próprio, inclusive) e quando chegada a idade de 7 anos, o futuro Padre Zezinho se tornou coroinha da igreja do lugar (*O Lábaro*, 2016)[6]. Foram estes sacerdotes, então, os personagens que, além de assistirem a família Oliveira em questões de subsistência, providenciaram para que Zezinho, por meio de benfeitores, efetuasse seus estudos.

A primeira fase da família em Taubaté se revelou muito desafiadora: "no começo do mês, comprava-se uma quantidade grande de alimentos que depois era rigorosamente dividida em trinta partes, uma para cada dia. Às vezes a quota diária era insuficiente para aplacar a fome de todos" (Figueira, 1999, p. 10), e foi devido a essa carência de sua família e à solidariedade com que a ajudavam os vizinhos e o padres dehonianos, que Padre Zezinho aprendeu tanto sobre o que é passar fome quanto o que é a caridade. Foi assim que sentiu a vocação lhe chamar e a ela respondeu: "o desvelo com que os padres dehonianos assistiam sua família, [foi o] que despertou [em Padre Zezinho] o desejo de abraçar a vida religiosa" (Figueira, 1999, p. 13).

A congregação dehoniana, em adição, "caracteriza-se por assumir uma atitude participativa diante dos problemas e tensões da sociedade. Padre Dehon, por exemplo, lutou pelo descanso semanal remunerado. Pelo salário-família e pela extinção do trabalho infantil. Numa época em que a Igreja era basicamente conservadora e autoritária" (Figueira, 1999, p. 12).

---

[5] Entrevista concedida por José Fernandes de Oliveira, (Padre Zezinho SCJ)> via Google Meet em 13 de jul de 2026.
[6] Referências online cujo hiperlink e data de acesso estão informadas no Anexo B deste trabalho.

Aos 11 anos (ano de 1953), no mesmo ano em que perdeu o pai (Oliveira, 2012), José Fernandes de Oliveira iniciou sua formação no Seminário de Lavras, em Minas Gerais, continuando seus estudos por seis anos no Seminário de Corupá, em Santa Catarina, e seu "noviciado foi realizado em Jaraguá do Sul, onde professou os votos religiosos em 2 de fevereiro de 1961" (Hoshi, 2021). O curso de Filosofia foi realizado em Brusque (SC), entre 1961 e 1962.

Durante o seminário, a facilidade de Zezinho para se comunicar com os jovens se fez notar e, em virtude dela, "seus superiores decidiram enviá-lo aos Estados Unidos, onde havia cursos avançados de sociologia da juventude e psicopedagogia. Foi lá, então, que ele cursou teologia e psicologia, na cidade de Hales Corners (WI), entre 1963 e 1966, ordenando-se lá, aos 25 anos de idade" (Figueira, 1999, p. 17-18). Foi também nos Estados Unidos que o padre começou a compor, no ano de 1964 (Oliveira, 2012).

No tocante à sua formação musical:

> na adolescência aventurou-se tocando órgão. No seminário aprimorou-se com as aulas do padre Germano Better, alemão de formação clássica [que lhe apresentou] o canto lírico, a música erudita e a (…) regional europeia.
> (…) nos Estados Unidos, e na Europa, conheceu a música mexicana, os blues e os gospels, a música grega, a italiana e a russa.
> No seminário aprendeu a tocar violão e compôs em 1964, sua primeira canção — 'Pai Nosso', ainda hoje um sucesso. (Figueira, 1999, p. 33-34).

José Fernandes de Oliveira afirmou acerca de sua trajetória na vida religiosa: "eu queria ser padre — e nada mais que isso. Mas padre, no meu caso, significou fazer não o que eu queria, mas o que a Igreja me pediu" (Figueira, 1999, p. 18). Nesse sentido, o pedido foi o de consagrar "seu sacerdócio ao serviço da família, sobretudo da juventude na família" (Neves, 1971, p. 6).

Ademais, ele estudou na Itália e na Espanha e, no tocante às áreas de conhecimento que explorou, consta igualmente a comunicação, tendo sido ele criador e professor, a pedido de seus supervisores, da disciplina de Prática e Comunicação na Igreja: "no Instituto Teológico do Sagrado Coração de Jesus (Taubaté-SP). Não havia nada semelhante em nenhum seminário brasileiro" (Figueira, 1999, p. 54). Zezinho ministrou a matéria por 30 anos, desde 1980, e segundo o próprio, foram os seus conhecimentos na referida área que o ajudaram a saber "como lidar com a multidão, com comunicação, eu estava preparado." (*O Lábaro*, 2016).

Em retorno ao Brasil, designado para o Santuário São Judas Tadeu, em São Paulo (1967), iniciou seus trabalhos com o público jovem, para o qual se consagrou: "ficaram aos seus cuidados cerca de 14 mil jovens, com quem ele passou a trabalhar de forma revolucionária: por meio de teatro, música, grupos de reflexão (…) foi criada também a missa dos jovens (…) que em pouco tempo atraía pessoas de todos os bairros e de toda as idades." (Figueira, 1999, p. 18-19).

A abordagem de evangelização e, por consequência, a proximidade e crescente influência sobre a juventude foi concebida não apenas por meio da música e do teatro, mas também pela literatura (Hoshi, 2021). Padre Zezinho escreveu profusamente para os jovens, porém confessou: "continuo achando que eles merecem muito mais do que eu tenho podido oferecer nos meus discos e livros." (Oliveira, 1972A, p. 5).

Em 1970, a irmã Maria Nogueira, então diretora da Edições Paulinas Discos (Pia Sociedade Filhas de São Paulo) conheceu o trabalho de Padre Zezinho, no Santuário São Judas Tadeu (São Paulo - SP) e, no ano seguinte, foram publicados tanto seu primeiro livro, o best-seller *Alicerce para um mundo novo*, "presente nas livrarias por mais de 15 anos" (Figueira, 1999, p. 26), quanto seu primeiro compacto, *Canção da Amizade*/ *Shalom*, com o Conjunto *Sidney Singers*. A parceria entre a editora e o padre se mantém até o presente momento.

Em adição, Padre Zezinho possui "mais de 3 mil músicas compostas",[7] "mais de 1,8 mil músicas publicadas" (Veiga, 2026), 110 títulos literários publicados[8], mais de 170 álbuns, entre compactos, LPs, CDs e coletâneas (Padre Zezinho - perfil oficial)[9]. Dentre os álbuns, a partir de 1970, elencam-se: *Alegria de Viver*, *O convite do Senhor*, *Prece Universal*, *Feliz Natal Jesus*, *Estou Pensando em Deus*, *Canção para meu Deus*, *Ágape*, *Convívio*, *Histórias que Eu Conto e Canto*, *Um Certo Galileu*, *Verdades*, *O Filho do Carpinteiro*, além do álbum que é tema da presente pesquisa, o *Oferenda*. Grande parte do trabalho, principalmente literário, cumpre destacar, é dedicada ao diálogo com os jovens:

> Minha Igreja, por designação de seus representantes, me colocou entre [os] (...) jovens. E eu me senti muito lisonjeado e feliz com isso. Era meu sonho, transformado em realidade [com eles] fui aprendendo e constatando realidades (…) profundamente sérias e exigentes (…). Percebi quão pouco nossos jovens conhecem sua religião, embora tenham tantos princípios dela em seu íntimo. (Oliveira, 1981, p. 9)

A editora Paulinas, cumpre destacar, também se dirige diretamente aos jovens em alguns dos epílogos e prólogos dos livros, reiteradamente ratificando o trabalho de Padre Zezinho. Por exemplo, no epílogo de *O direito de ser jovem*, o texto da editora diz que ele "Tem se dedicado, desde que se ordenou sacerdote em 1966, à Pastoral de Juventude e, por extensão, à Pastoral Vocacional e aos Meios de Comunicação." (Paulinas, 1982, p. 168).

E em primeira pessoa, Zezinho salienta no supracitado livro que, de maneira geral, sabe-se muito pouco a respeito do que é ser jovem e que ele próprio já escreveu abundantemente para os

---

[7] Em entrevista, o padre justificou essa informação, dizendo que ele escreve as canções e a editora Paulinas é quem decide publicar, por isso são mais de 3 mil escritas e mais e 1,8 mil publicadas.
[8] Informação cedida pelo padre em entrevista a essa pesquisa.
[9] disponível em <https://www.facebook.com/padrezezinhoscj>. Acesso em 24 mai 2026...

indivíduos jovens a ele contemporâneos: “em linguagem quase sempre simples, franca e direta, porque minha intenção foi e continua sendo falar [a eles] sobre eles mesmos, (…) como quem questiona e ajuda a questionar.” (Oliveira, 1982, p. 5.). E adiante, adiciona*:*

> Folheio as revistas que passam pelas mãos dos rapazes e meninas de agora. Vejo aonde vão, ouço o que me contam com franqueza rude e às vezes ingênua. Percebo as consequências e entendo que esta é uma geração mais livre e cada dia menos sujeita aos tabus de ontem, mas compreendo também que esta é uma geração mais divertida e menos alegre, mais atirada e menos questionadora.
> Uma colossal máquina de fazer marionetes e robôs controlados à distância e sem fio foi montada neste país. Rapazes e meninas de tenra idade pensam que estão pensando quando, na realidade, estão repetindo roupas, frases e ideias da grande máquina de fazer gente que consome e cala a boca; ou, se fala, repete o que dizem os androides da *mass media* em língua estrangeira, de preferência em inglês.” (Oliveira, 1982, p. 6.)

Ao longo de sua carreira, Padre Zezinho acumulou reconhecimento não apenas artístico, mas também institucional: recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), em 2016, e pelo Centro Universitário Salesiano (UniSalesiano), em 2019 (Hoshi, 2021). Em 2012, sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC) “que o deixou sem voz por sete meses (…) mas [por essa razão], não deixou projetos ligados à literatura e à música de lado”, tendo retomado essas atividades gradualmente. (G1, 2014)[10].

A convalescença, entretanto, não apagou o impacto sociocultural de sua obra. De modo geral, sua produção continua a ser lembrada e reinterpretada:

> Atualmente, Padre Zezinho foi homenageado na coletânea *Tributo a um Pioneiro*, na qual artistas como Michel Teló, Daniel, Luan Santana e Elba Ramalho interpretam as canções dele. Outra releitura dele que ganhou destaque foi a versão de *Amar como Jesus amou*, gravada pela cantora Fernanda Takai e pelo Padre Fábio de Melo. (G1, 2014).

No intuito de articular seu discurso à presente pesquisa, considerando que pensamento e música em Padre Zezinho não podem ser dissociados sob pena de se perder a dimensão de sua influência entre os jovens – principalmente os católicos –, tornou-se imprescindível examinar parte de sua produção literária. Destarte, selecionamos nove obras que, além de contribuírem de modo significativo para a compreensão de seu pensamento, dialogam diretamente com os aspectos analisados ao longo desta dissertação.

1.2. Nove em cento e dez: as obras de Padre Zezinho em diálogo com a pesquisa

Na presente subseção apresentamos as nove obras literárias lidas e estudadas integralmente, as quais compõem o panorama do pensamento catequético e sociopolítico de Padre Zezinho. Elas estão dispostas conforme a ordem em que foram lidas. Três delas – *Meu povo minha igreja, A revolta*

10 “Dois anos após sofrer AVC, Padre Zezinho fala sobre recuperação”: https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/12/dois-anos-apos-sofrer-avc-padre-zezinho-fala-sobre-recuperacao.html. Acesso em 26 nov 2025.

e a paz de Maria Helena e *A comunidade jovem* – foram selecionadas por constarem na bibliografia do documento sigiloso "Brasil, 1983", intitulado "Estudos sobre a Igreja Católica", que será discutido no terceiro capítulo desta pesquisa. As demais foram escolhidas em virtude de seus títulos e conteúdos dialogarem diretamente com os aspectos aqui investigados.

Ao se pesquisar a publicação *Este rebelde quer ser padre* (1972B), obra autobiográfica dedicada a seminaristas em que o Padre discute diversos assuntos, como vocação sacerdotal e celibato, por exemplo, os mais relevantes assuntos encontrados para esta pesquisa são os diversos trechos em que o autor revela seu posicionamento sociopolítico[11]. Eis um exemplo extraído dessa obra, o qual introduz eficazmente os conceitos que serão expostos nesta pesquisa:

> ... eu às vezes fico olhando a revolta de gente que está mais dentro da coisa do que eu e, de tanto ouvir falar em quebra de estruturas, em liberdade, em Igreja nova, fico me perguntando se essa gente que está lá em cima está gritando alto para que todos ouçam, ou se subiu lá em cima do telhado e está agora gritando alto para que todos vejam quem está lá em cima... Sei que isso é falta de caridade, mas é que sou um rebelde romântico. Eu tenho um grande medo de ser rebelde e acabar descobrindo que minha rebeldia nasceu da vontade de estar em evidência. Um rebelde sem capacidade de voltar atrás pelo menos em alguns itens não é rebelde, é vedete. Ninguém pode estar assim tão certo. Ninguém. (Oliveira, 1972B, p.49).

Nas páginas de *Ao meu Cristo adolescente* (1977A), em que Padre Zezinho se direciona especialmente ao jovem católico, o autor afirma que o adolescente, por lutar constantemente para simplesmente *ser*, já se parece muito com Jesus de Nazaré (1977A, p. 4) – a quem retorna com frequência e em detalhes, no texto. Em seguida, passa a incitar o leitor em questionamentos sobre o que é religião e "o que é ser católico" (1977A, p. 8). Trata-se, entretanto de uma obra diferente das demais desta lista, pois é um livro interativo, didático e catequético, com espaços para o leitor completar com respostas e reflexões. A editora até afirma ser uma "revista", porém Zezinho o inicia afirmando ser um "livro".

Em síntese, o autor explica ao público o que é a Igreja Católica *per se* — assim como em *"Nós, os católicos romanos",* sobre o qual comentaremos mais à frente — baseado na figura de Jesus Cristo — evidentemente: "Nem precisamos lembrar que nós católicos, consideramos Jesus Homem e Deus, pois cremos que realmente ele era Filho de Deus em quem acreditamos. (Oliveira, 1977A, p. 11). De forma que são explicados na obra diversos conceitos da Igreja, como o que é a hierarquia, o que é pecado (1977A, p. 51), o que é fé, a razão de a Igreja ser contra o divórcio (1977A, p. 58), além de reflexões de José Fernandes de Oliveira sobre questões ideológicas e sociopolíticas que trespassam seu tempo e o tempo de seu público. O objetivo da obra, afirma o padre, é o de nutrir os jovens devotos com informações sobre sua religião, a fim de que eles, quando questionados, estejam munidos de argumentos para defenderem sua forma de manifestar a fé — a da Igreja Católica Apostólica

11 A saber, Padre Zezinho compartilha sua visão sociopolítica em todos os títulos estudados.

Romana — bem como tenham consciência de que ela é um chamado e uma escolha (Oliveira, 1977A). Vale informar que Zezinho estimula os adolescentes a lerem a Bíblia e inclusive os ensina a fazer isso, explicando, entre outras razões, que tal livro não é fácil de ler e compreender. (1977A, p.12).

Outro título ao qual recorremos é *Nós os católicos romanos (*1994)[12], no qual o padre explica item por item (numerados, inclusive) as nomenclaturas que compõe a Igreja Católica, desde o que significa "igreja" (*ekkalein,* do grego, que significa "chamar")[13] até os conceitos de teísmo, fé, politeísmo, dogmas, hierarquia, trindade, milagre, entre outros. Além disso, ele esclarece o leitor acerca das outras igrejas cristãs, as protestantes, fala sobre o poder da oração, inclusive redigindo e contextualizando algumas das preces usadas pelos fiéis. Vale ressaltar que este título surgiu como resultado da profusão de cartas que Padre Zezinho recebia quando era radialista (Figueira, 1999, p. 51).

De fato, este e o título anterior, possuem diversas redundâncias, entretanto, este é mais denso, posto ser direcionado a jovens *e* adultos, além de mais completo. Da maneira como se apresenta, se assemelha a um *manual* sobre a Igreja Católica e mais uma vez, traz conceitos e pensamentos sociopolíticos. Observe-se os exemplos:

> 15. Então a Igreja crê em milagres
> Sim. A Igreja crê no poder de Deus e sabe que Ele pode interferir no curso normal das coisas, produzindo fatos extraordinários que o homem ainda não consegue produzir e talvez nunca venha a conseguir. Aquilo que acontece acima da possibilidade do homem e começa a penetrar para além do explicável é um milagre (…). Se amanhã, de repente, for descoberto algum fenômeno explicável, mesmo assim isso deixou de ser algo além do poder conhecido do homem. Por que negar que Deus intervém? Também o fato de muita gente haver se curado de doenças gravíssimas só pela oração, no tempo em que não havia remédios, foi milagre naquele tempo. Se hoje há meios idôneos de cura com remédios, aquele milagre não deixa de ter sido válido. (Oliveira, 1983, p. 73).

E da mesma forma que tal citação enriquece a obra em face das demais, devido à diversidade de temas abordados, ela se sobressai por tratar tanto de um tema polêmico bastante ligado à Igreja Católica, o conceito de "milagre", quanto pelo Padre trazer o contraponto:

> 16. Muita coisa não é milagre.
> O povo atribui com muita facilidade a característica de milagre ao que muitas vezes é fenômeno natural. Por isso a Igreja toma muito cuidado em proclamar um fato como milagroso. Mas há fatos que ela admite como autênticos milagres. E para não haver exploração da boa fé do povo ela deixa que gente estudiosa, cientistas e doutores especializados estudem o fato sob todos os ângulos. Só então ela se pronuncia. (Oliveira, 1983, p. 73).

Vale informar e lembrar que Padre Zezinho estimula reiteradamente a leitura e o estudo da Bíblia a seus leitores. Para concluir, ao final do volume *Nós, os católicos romanos*, figuram os itens

[12] A primeira edição data de 1983, portanto circunda a época de nosso tema.
[13] Oliveira, 1983, p. 33. Nesta pesquisa a edição utilizada foi a 18ª, do ano de 1994.

que tratam de questões estritamente sociopolíticas e portanto, perpassam verticalmente a presente pesquisa:

> 19. O pensamento social da Igreja.
> Nesta busca humilde de novos caminhos para a humanidade, a Igreja formulou seu pensamento sobre a sociedade. O pensamento da Igreja se baseia na palavra de Deus que está na Bíblia e na sua experiência de mais de 2.000 anos, onde errou muitas vezes, mas caminhou na direção de uma humanidade mais justa e mais fraterna.
> (…)
> 20. Livros que deveríamos ler ao menos uma vez
> Os livros que mostram o que a Igreja pensa do mundo atual são muitos, mas quem lesse:
> 1. O novo testamento
> 2. O compêndio do vaticano II
> 3. As conclusões de *Puebla*
> 4. As encíclicas dos últimos 4 papas teria uma boa ideia do que a igreja pensa do mundo moderno.
>
> 21. Igreja progressista e Igreja tradicionalista
> Fala-se muito em duas Igrejas, uma seria a dos moderados ou de direita, tidos como gente que não quer mudanças corajosas e outra a dos que, adotando uma postura corajosa, pedem uma renovação radical da sociedade. Seriam, pois, os católicos tradicionalistas e os progressistas. Mas este tipo de terminologia a maioria das vezes é infeliz, pois ninguém é totalmente progressista nem totalmente tradicionalista. É preciso saber em que alguém é renovador ou não é conservador. (...). Quando alguém radicaliza sua posição, corre o risco de estar falando mais em seu nome do que no da Igreja ou de Jesus.
>
> **22.** Por que a Igreja se preocupa com política?
> A Igreja é feita de gente que vive em determinadas circunstâncias de povos, países, geografia, situação social e econômica. É pois, mais do que natural que fale de uma sociedade justa que liberta um povo. É impossível falar do ser humano sem falar de política. Por isso a Igreja fala de política muitas vezes.
>
> **23.** Procurar a caridade e a justiça na América Latina
> Na América Latina, onde existem verdadeiras atrocidades de injustiças sociais e onde a maioria é oprimida por esquemas econômicos e concepções de sociedade, a Igreja falou e fala em favor dos pequenos e oprimidos. Ela quer sistemas mais humanos e mais justos, onde todos tenham chances iguais e o mínimo necessário para uma vida digna. Ela quer isso sem ódio e sem sangue, mas não admite que as coisas fiquem como estão. Sem ódio, mas também sem medo, ela prega uma nova sociedade nestes países.
>
> **24.** O que a Igreja pensa do capitalismo
> A Igreja entende que o homem tem o direito à propriedade, mas nunca ao ponto de oprimir os outros com sua fome de possuir mais. Por isso ela condena a doutrina e a práxis capitalista que dá excessiva importância ao indivíduo, ao ponto de incentivar aquele que tem mais a ter cada dia mais, e ignorar aqueles que não podem ter nem o suficiente. O capitalismo dá importância demasiada ao direito de uma pessoa ter bens, em prejuízo da comunidade na qual ela vive. A Igreja condena o capitalismo por esta e por outras razões. (Oliveira, 1983, p. 146-148).

Observe-se que neste trecho o autor sugere que "capitalismo" e "direito à propriedade" são dois elementos diversos, não compõem um mesmo conjunto. Adiante, Padre Zezinho completa:

> **25.** O que a Igreja pensa do comunismo
> O comunismo é uma concepção extremista de socialismo. Na ânsia de implantar a igualdade entre as pessoas, partiu para um esquema sociopolítico de economia tão controlada que terminou, onde foi instalado, por oprimir o homem que desejava ajudar a se libertar da miséria. Assim suprimiu liberdades às quais homem algum pode renunciar. A Igreja condena no comunismo o seu desrespeito à liberdade de expressão, à prática religiosa e ao direito de

> ir e vir, que fazem parte dos direitos fundamentais da pessoa. Para ela o comunismo também é injusto e opressor.
>
> **26.** A Igreja tem alguma coisa melhor do que capitalismo e comunismo?
> Segundo a Igreja não é o nome que conta, nem o esquema e sim o espírito de um sistema sociopolítico que liberta um povo. Ela busca portanto um caminho que não tenha as injustiças do que hoje se conhece como capitalismo ou comunismo. É preciso preservar as liberdades fundamentais do homem sem permitir que um explore o outro. Como se chegará a isto a História o dirá. Mas esses dois sistemas não servem como cristãos e católicos. (Oliveira, 1983, p. 148-149).

Padre Zezinho finaliza o capítulo dizendo que o voto é livre e que a Igreja é totalmente a favor dos direitos humanos (Oliveira, 1994, p. 149-150.). Observa-se aqui, com a utilização destes conceitos, que José Fernandes de Oliveira não é um indivíduo de pensamento binário, posto que sua posição sociopolítica não se enraíza na esquerda (comunismo) ou na direita (capitalismo). Traremos mais sobre esse assunto daqui a algumas páginas, quando trabalharemos as reflexões dos autores Antônio Cândido e Wolfgang Heuer sobre radicalismo, revolta, revolução e liberdade, em sobreposição a nosso tema.

Mais uma obra analisada foi *O direito de ser jovem* (1982), o segundo livro mais longo de nossa lista. A diferença essencial com relação aos outros títulos citados é a de que Padre Zezinho coloca aqui um volume maior de suas resoluções sobre ideologia, liberdade, mídia, controle social e de como o jovem (principalmente o católico, seu leitor mais provável) pode se localizar nesse contexto. No sentido de admoestação, o padre aconselhando seu leitor. Eis que se torna aqui, um pouco mais clara a sua preocupação com o jovem em seu contexto histórico, frente à atmosfera prevalecente, que era a da Guerra Fria.

A visão de mundo do padre se mostra mais aprofundada, além de ele aconselhar os adolescentes por meio de maiêutica[14], mantendo, entretanto, seu característico estilo, o da linguagem simples e direta. Dentre suas afirmações e reflexões, podemos citar: “Talvez fizéssemos um grande favor aos jovens se mudássemos o modelo sociopolítico da sociedade em que vivem. Talvez encontremos algo melhor que o capitalismo e o comunismo" (1982, p. 34); “[você] só será livre, quando entender que não pode fazer tudo o que quer para não prejudicar os outros. Só será livre quando, dentro de suas limitações, souber fazer o que faz, da melhor maneira que sabe!” (1982, p. 49). Mais adiante, o autor cita Marx junto a Jesus Cristo, “Sócrates, Diógenes, Jeremias, Daniel, Nathan, João Batista, (…), Tereza de Ávila, Joana D'Arc, Mahatma Ghandi e Luther King, como um dos contestadores que, longe de serem pessoas medíocres, trouxeram evolução para o mundo”. E

[14] Do grego maieutiké (téchnē), “arte da parteira”. Em Teeteto, de Platão, Sócrates compara seu método filosófico à arte de partejar ou “dar à luz” conhecimentos que se formam na mente do interlocutor. A maiêutica não transmite saber pronto, mas conduz o sujeito a explicitar, por meio de sucessivas perguntas, ideias que já possui em si, ainda que de modo inconsciente. Cf. ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Verbete: “Maiêutica”.

completa: “Só as pessoas maduras e íntegras sabem protestar. As outras fazem desaforo e molecagem. Só isso.” (1982, p.107).

A Revolta e a paz de Maria Helena (1972A) é uma obra direcionada ao público jovem feminino, baseada, de acordo com o próprio autor em conversas dele com diversas “irmãs mais novas” (1972A, p. 5) e, principalmente, com uma homônima ao título do livro. Nesta publicação, ele discorre principalmente sobre a relação e as implicações que existem entre sexo e amor e de como meninas e mulheres interagem e se relacionam com tais práticas e sentimentos, submersas num contexto de pressão midiática e divisão ideológica. Dentre muitos outros argumentos, destaca-se:

> Eu aposto que a maioria de vocês não têm um argumento a favor da virgindade, mas têm milhões a favor da ‘liberdade’ de usar do sexo quando bem entenderem. Vocês são uns grandes frustrados que descobriram que não é possível ser machinho ou femeazinha por muito tempo. Um dia a gente precisa ser homem e mulher e ter alguma coisa dentro. E é disso que vocês têm medo. Então disfarçam lendo o Pasquim e outras coisas e repetindo chavões que ouviram de gente que faz vocês pensarem como eles querem. Vocês pensam que são muito livres só porque estão acima dos tabus contra o sexo. Antes era tabu falar em sexo. Hoje virou tabu falar em respeito pela virgindade. Vocês não conseguiram ter convicções pessoais, apesar da cultura que dizem ter. (Oliveira, 1972A, p. 59).

Em outra passagem, ele defende, igualmente sob a voz de Maria Helena, que:

> Muita gente engana a juventude com ideias falsas de liberdade que não passam de utopia. Estar fora dos muros de uma cadeia também pode ser prisão, se a gente não tiver um ideal pelo qual viver. A tristeza é uma forma de perda de liberdade. Quando deixamos que ela nos domine, acabamos prisioneiros do nada. E deve ser terrível ser prisioneiro do desespero. Eu penso muito (...) no que vai ser o dia de amanhã para aqueles que não sabem renunciar hoje (…) porque não posso entender amor sem pequenas ou grandes renúncias. (Oliveira, 1972A, p. 62).

Como nas demais obras lidas, José Fernandes de Oliveira reitera que o leitor deve desenvolver sua própria identidade e opinião enquanto ser pensante, cidadão, cristão e agente de mudança social.

Outra obra que pesquisamos é *Meu mundo adolescente* (1987), na qual dois adolescentes hipotéticos – Marcelo e Ângela –, mais uma vez inspirados nas conversas do padre com diversas turmas de jovens, desabafam ao mundo suas ânsias, descobertas, sentimentos, ideais e problemas, reconhecendo, no entanto, seus defeitos, suas qualidades, suas ideias “bacanas” e suas “burrices”. O padre elucida e recorda o leitor das lutas emocionais e espirituais vividas nessa fase da vida, e por vezes para além dela: “eles revelam o mundo adolescente, comum a todos os garotos e garotas de sua idade.” (1987, p. 78). Aqui mais uma vez o padre fala sobre sexo, amor, drogas, casamento e divórcio, teologia, catolicismo e política.

O espírito sopra onde quer (1976) é uma obra que trata de uma longa conversa de Zezinho com uma criança fictícia chamada Aletéia, com a qual ele reflete sobre a vida, a morte, a criação, o amor, orbitando a questão teológica do que é o “Espírito e de como se manifesta” (1976, p. 17). Mais uma vez, trata-se de um livro que estimula ao questionamento. Uma obra essencialmente teológica e

que se diferencia das demais da presente listagem por ter um caráter lírico e denso, caráter este que exige muito mais do leitor. Ainda assim, todavia, conservando a linguagem simples e direta do padre.

Aqui, Zezinho é o "aprendiz" da outra personagem e é ela quem o ensina e relembra acerca de diversos questionamentos existenciais, por meio de sua perspectiva infantil e absolutamente conectada com a Divindade.

Há um texto em particular que trata de casamento e liberdade. Ele não tange esta pesquisa perpendicularmente, porém o faz sob a perspectiva inversa da censura moral, sobre a qual trataremos no próximo capítulo. Padre Zezinho, como demonstraremos, foi censurado politicamente, porém este trecho consiste em mais um exemplo do autor enquanto *elo entre mundos*[15]. Não ocorre aqui uma crítica à moral contemporânea à época estudada — com a ferocidade "quadrada" que codificava a figura feminina como "honesta, a do lar" e "libertina, a 'outra'", ideia que transposta revela que a figura complementar, o homem, "deveria" ter ambas — porém uma sugestão, uma apresentação de possibilidade diferente da do *status quo*:

> Um dia Aletéia falou de liberdade.
> — Lute sempre contra as pessoas que insistem em fazer de você uma propriedade particular. Isso equivaleria a deixar morrer em você a ação do Espírito — disse um dia Aletéia enquanto olhávamos uma flor.
> — Mas, isso não seria cruel e desumano? — perguntei.
> — Mais desumano ainda seria entregar todas as suas potencialidades, que pertencem a Deus e à humanidade, nas mãos de um homem ou de uma mulher que passam a ocupar todos os minutos de suas horas, pelo prazer de ter você como amigo.
> — Nesse caso você condena o casamento, disse eu!
> — Nada disso. O casamento verdadeiro é um céu aberto onde duas pessoas se prendem uma à outra, mas nenhuma trata a outra como objeto. O verdadeiro casamento faz com que duas pessoas sejam livres como duas flores saídas do mesmo caule. Haurem na mesma seiva, mas são personalidades diversas e livres. (Oliveira, 1976, p. 32).

Meu Povo Minha Igreja (1971) é uma publicação que trata do "espírito de família — de afeição e de respeito, de mútua confiança, de intimidade e de abertura aos outros — vivido no lar e vivido na grande casa doméstica que são as comunidades eclesiais: isto é, no fundo o tema do livro" (Neves, 1971, p. 6). Padre Zezinho orienta que seus leitores leiam o livro coletivamente "assimilando seus conceitos lentamente e em comunidade" (Oliveira, 1971, p. 11). Trata-se de um livro diferente dos demais desta lista por explanar sobre as questões que envolvem estritamente os paralelos e similaridades entre o que é família propriamente, o conceito social dela e o que é esse conceito dentro da Igreja, sempre os comparando e integrando:

> Sua família pode não ser perfeita, mas dentre as instituições abençoadas por Deus, é das que mais se aproxima da perfeição, pois nasceu do amor e constitui um dos fundamentos basilares da sociedade. É tão necessária e tão válida que as sociedades começam a cair com sua queda. (Oliveira, 1971, p. 17).

[15] Sobre o conceito de "elo entre mundos", cf. a discussão desenvolvida na subseção 1.4., p. 31.

Neste sentido, ele reflete e explica o que é "paróquia", "solidariedade", "sociedade": "Uma sociedade vazia, propensa a litígios e discussões estéreis é apenas caricatura do que deveria ser uma reunião de irmãos adultos conscientes e esclarecidos" (Oliveira, 1971, p. 21), reiterando a ideia de que a Igreja é união, diálogo e família.

Num comentário opinativo que contextualiza seu momento histórico, e que ratifica seu pensamento de que o indivíduo deve ter uma opinião própria, o padre relata:

> Os nossos são dias de intensa contestação e à primeira vista parece que a sociedade vai cedendo ao peso das circunstâncias para uma anarquia ou para um totalitarismo extremado. Um povo que não sabe ser autêntico não saberia também fazer uso da liberdade. Quando a busca dos direitos pessoais é muito mais intensa que a aceitação dos compromissos e deveres, qualquer argumento é válido para não cooperar na construção de um ambiente mais digno de seres humanos.
> Tudo isso começa em casa e com o vizinho mais próximo. Onde se situa a sua família?" (Oliveira, 1971, p. 21-22).

Padre Zezinho ainda acrescenta acerca das inter-relações entre "Igreja e estado", discorrendo que o "cristianismo não é uma corrente filosófica ou política". Trata-se, assim de duas coisas diferentes que se complementam na vida do leitor e que não devem ser abandonadas (Oliveira, 1971, p. 48). Ele continua seu raciocínio dizendo não ser "prudente, nem cristão confundir oposição a governo com cristianismo" (Oliveira, 1971, p. 49) e que há situações em que se é necessário apontar os erros e injustiças, alertando que:

> nunca porém com o intuito político de derrubar governos em nome da fé (…) Se o Estado for humano e justo a religião o purificará mais, se for desumano e injusto a religião bem vivida sobreviverá a ele. Por isso mesmo, o subversivo mais perigoso é aquele que não vive os princípios da fé que apregoa. Não serve ao Estado nem à fé. Serve a interesses políticos e à procura do poder. Usar religião como arma de conquista política não é cristianismo. (Oliveira, 1971, p. 49).

Alicerce para um mundo novo (1977B), como já mencionado, foi o primeiro livro do padre. Já no início do texto o autor diz que a obra é dedicada aos jovens e a eles dedica, inclusive, o agradecimento (1977B, p.5). Logo após, afirma que o leitor "tirará maior proveito" do livro, "se tiver sempre à mão uma Bíblia enquanto percorrer as páginas que exigem confronto bíblico." (Oliveira, 1977B, p. 8).

Para esclarecer: diversas passagens da obra referenciam a Bíblia *ipsis literis.* O livro, a fim de incentivar o leitor a procurar por fontes primárias de informação, estimula à pesquisa. É conveniente recordar que o apelo à leitura da Bíblia é reiterado em todas as obras lidas para a presente pesquisa.

O objetivo de *Alicerce para um mundo novo* é o de "oferecer a você [jovem], o que julguei básico, deduzindo das perguntas que ouvi" (Oliveira, 1977B, p. 9), diz Padre Zezinho, referindo-se às conversas e entrevistas que realizava com o referido público. E ele completa: "oferecer-lhe (…) subsídios que o esclareçam na fé em Deus, no mundo de seus irmãos e em si" (Oliveira, 1977B, p.

23). Não se trata, pois, de uma obra inaugural de um clérigo, meramente catequética, e sim, do princípio, da *pedra fundamental* que estabeleceria a relação literária entre Zezinho e seu público-alvo.

Diversos conceitos e pontos de discussão são reiterados ou repetidos nas demais e subsequentes obras, de forma que esta contém, de fato, o logos do pensamento *zeziniano.* Dentre tais ensinamentos se destacam tópicos filosóficos e teológicos: "Teologia é o estudo de Deus na revelação divina" (Oliveira, 1977B, p. 13), além de reflexões críticas como:

> Muitos não discutem filosofia, direito, medicina ou engenharia com ninguém porque não sabem nem os princípios rudimentares para discutir. Mas em matéria de religião não raciocinam assim. É impressionante ver como (…) gente que mal terminou o primário e nunca saiu do catecismo abreviado de primeira comunhão, ou (…) ginasianos, colegiais, universitários e até mesmo homens formados, que depois da primeira comunhão nunca mais levaram a sério o assunto, apesar das aulas forçadas que alguns tiveram, opinam livre, segura e decididamente sobre Igreja, santos, imagens, celibato, missa, confissão, teologia, batismo de crianças, etc. (Oliveira, 1977B, p. 94-95).

Em complemento às referências que fizemos acima, sobre pontos especiais nos quais o Padre coloca questionamentos acerca da posição da mulher e do homem na sociedade, vale ainda ressaltar, igualmente em seu título debutante: Alicerce para um mundo novo (1970):

> A Bíblia onde você lê que a mulher nasceu de um sono profundo do homem, tirada de sua costela, falava por imagem. Se sua noção de Deus é a de um ser perfeito que não improvisa, você entenderá que desde toda a eternidade ele decidira criar homem e mulher. Ela não nasceu como complemento ou peça que, depois de um tempo, o Pai percebeu que faltava. (Oliveira, 1977B, p. 28).

E para concluir esta contextualização, apresentamos as obras e seus conteúdos com o propósito – análogo ao de uma revisão de literatura – de reunir elementos que realcem o pensamento do autor e ofereçam ao leitor desta pesquisa o *alicerce*[16] conceitual necessário para acompanhar as análises subsequentes. Terminamos, então com um exemplo de citação de Zezinho que tange os temas sociopolíticos tratados nas canções vetadas do álbum *Oferenda,* constante em *Alicerce para um mundo novo*: "Vamos parecer negativos nesse capítulo, mas você entenderá que o fazemos, visando alertá-lo para o amor." (Oliveira, 1977B, p. 42). Em seguida, ele elenca 18 assuntos sobre os quais sugere que o leitor reflita. Para os objetivos desta pesquisa, selecionamos:

> 1. Guerras fratricidas e patrocinadas por interesses econômicos e políticos.
> 2. Fome que, como espectro, paira sobre a humanidade, enquanto alguns esbanjam milhões em coisas menos importantes que a alimentação.
> 3. Problema de habitação que afeta milhões.
> 4. Exploração do pobre e do assalariado.
> 5. Violência contra quem tem bens; Terrorismo, saques, incêndios, arbitrariedades, racismo, lutas pelo poder, promessas vãs e mentirosas de poder aos simples.
> (…)
> 13. massificação e influência massacrante dos meios de comunicação com seu sensacionalismo e realce da violência ou das aberrações humanas.
> (…)

[16] Colocamos a palavra em itálico como uma referência lúdica ao título inaugural do Padre: *Alicerce para um mundo novo* (1977). A edição que utilizamos é a 6ª (1981).

> 16. (...) enxurrada de filmes eróticos, de revistas eróticas, de propagandas lascivas, de apelo à violência, de ridicularização de instituições sérias e de confusão ideológica.
> 17. Teatro palavrão espalhado como arte e cultura. (Oliveira, 1977B, p. 42-43).

A maioria dos títulos lidos, vale lembrar, foi escolhida por falar de liberdade, abordar questões políticas e estar se direcionando especialmente aos jovens, posto que, como o padre mesmo colocou em *O direito de ser jovem*: "Vivo no meio deles e tenho dedicado minha vida inteira a seu serviço." (Oliveira, 1982, p. 22). *A revolução e a paz de Maria Helena* e *Meu povo minha Igreja*, todavia, foram selecionados por constarem juntamente com *A comunidade jovem,* nas referências bibliográficas de um dos documentos oficiais por esta pesquisa encontrados, o *Estudos Sobre a Igreja Católica*, de autoria do Tenente Coronel Leopoldino (Brasil, 1983). *A comunidade jovem* não foi encontrado em versão impressa ou digital, para leitura.

1.3. Canções de Padre Zezinho em caráter de contextualização

O objetivo desta subseção é apresentar algumas das canções mais conhecidas de Padre Zezinho para leitores que eventualmente não estejam familiarizados com sua obra musical. Zezinho "foi um dos pioneiros no uso de instrumentos modernos como a guitarra elétrica e a bateria na música religiosa." (Oliveira, 2012). Dentre suas canções mais difundidas figuram "Um Certo Galileu", "Maria de Nazaré", "Oração pela Família" e "Utopia".

Oração pela família[17]

Que nenhuma família comece em qualquer de repente
Que nenhuma família termine por falta de amor
Que o casal seja um para o outro de corpo e de mente
E que nada no mundo separe um casal sonhador

Que nenhuma família se abrigue debaixo da ponte
Que ninguém interfira no lar e na vida dos dois
Que ninguém os obrigue a viver sem nenhum horizonte
Que eles vivam do ontem, do hoje em função de um depois

Que a família comece e termine sabendo onde vai
E que o homem carregue nos ombros a graça de um pai
Que a mulher seja um céu de ternura, aconchego e calor
E que os filhos conheçam a força que brota do amor
Abençoa, Senhor, as famílias. Amém.
Abençoa, Senhor, a minha também.

Que marido e mulher tenham força de amar sem medida
Que ninguém vá dormir sem pedir ou sem dar seu perdão
Que as crianças aprendam no colo o sentido da vida
Que a família celebre a partilha do abraço e do pão

[17] . *Oração Pela Família*, Paulinas COMEP – CD 6848-9, CD, 1995.

Que marido e mulher não se traiam nem traiam seus filhos
Que o ciúme não mate a certeza do amor entre os dois
Que no seu firmamento a estrela que tem maior brilho
Seja a firme esperança de um céu aqui mesmo e depois

Um Certo Galileu[18]

Um certo dia, à beira-mar
Apareceu um jovem Galileu
Ninguém podia imaginar
Que alguém pudesse amar
Do jeito que ele amava

Seu jeito simples de conversar
Tocava o coração de quem o escutava
E seu nome era Jesus de Nazaré
Sua fama se espalhou e todos vinham ver
O fenômeno do jovem pregador
Que tinha tanto amor
Naquelas praias, naquele mar
Naquele rio, em casa de Zaqueu
Naquela estrada, naquele sol
E o povo a escutar histórias tão bonitas
Seu jeito amigo de se expressar
Enchia o coração de paz tão infinita

E seu nome era Jesus de Nazaré
Sua fama se espalhou e todos vinham ver
O fenômeno do jovem pregador
Que tinha tanto amor

Um certo dia, ao tribunal
Alguém levou o jovem Galileu
Ninguém sabia qual foi o mal
E o crime que ele fez; quais foram seus pecados
Seu jeito honesto de denunciar
Mexeu na posição de alguns privilegiados

E mataram a Jesus de Nazaré
E no meio de ladrões puseram sua cruz
Mas o homem ainda tem medo de Jesus
Que tinha tanto, tanto amor

Vitorioso, ressuscitou
E após três dias à vida Ele voltou
Ressuscitado, não morre mais
Está bem junto do Pai
Pois Ele é o Filho eterno
Mas Ele vive em cada lar
E onde se encontrar um coração fraterno

Proclamamos a Jesus de Nazaré
Glorioso e triunfante Deus conosco está
Ele é o Cristo, é a razão da nossa Fé
E um dia voltará!

[18] *Um certo Galileu,* Edições Paulinas Discos – EPD: 0312, vinyl, LP, álbum, 1975.

Utopia[19]

Duas mil coisas eu me lembro de criança
Uma delas era o sonho de mudar o mundo
Um fim de tarde olhando o sol se esquentar
E a gente a imaginar um mundo sem guerra

E quando a gente conversava sobre paz
E quando a gente acreditava na esperança
E quando a gente apostava na amizade
E quando a gente se unia pra cantar

E a gente inventava bandeiras
E a gente criava mil maneiras
E a gente escrevia poemas
E a gente fazia um mundo sem problemas

E a gente acreditava na força da oração
E a gente acreditava que tudo era possível
E a gente acreditava no futuro da nação
E a gente acreditava na força do Evangelho

E a gente inventava bandeiras
E a gente criava mil maneiras
E a gente escrevia poemas
E a gente fazia um mundo sem problemas.

Maria de Nazaré[20]

Maria de Nazaré
Maria me cativou
Fez mais forte a minha fé
E por filho me adotou

Às vezes eu paro e fico a pensar
E sem perceber me vejo a rezar
E meu coração se põe a cantar
Pra Virgem de Nazaré

Menina que Deus amou e escolheu
Pra mãe de Jesus, o Filho de Deus
Maria que o povo inteiro elegeu
Senhora e mãe do Céu

Ave Maria, Ave Maria, Ave Maria, mãe de Jesus (bis)

Maria que eu quero bem
Maria do puro amor
Igual a você ninguém
Maria, do meu Senhor

Em cada mulher que a terra criou
Um traço de Deus Maria deixou
Um sonho de mãe Maria plantou
Pro mundo encontrar a paz

[19] *Um certo Galileu,* Edições Paulinas Discos – EPD: 0312, vinyl, LP, álbum, 1975.

[20] *Histórias Que Eu Conto E Canto - Músicas Para Quem Medita*, Edições Paulinas Discos - EPD 0288, LP álbum, 1974.

Maria que fez o Cristo falar
Maria que fez Jesus caminhar
Maria que só vive pra ser e amar
Maria do povo, Maria

Ave Maria, Ave Maria, Ave Maria, mãe de Jesus (bis)

Tais canções foram listadas como as mais populares do autor em consulta à plataforma Apple Music (2025) e tiveram suas datas confirmadas no site agregador de produções fonográficas *Discogs.com*[21]. Nenhuma delas, como se pode notar, traz conteúdo político (explícito) e por extensão, subversivo.

Em continuidade ao panorama da carreira musical de Padre Zezinho, cabe mencionar que, no ano de 2010, ele foi indicado ao Grammy Latino na categoria *Melhor Álbum de Música Cristã em Português* e, ao longo de sua trajetória, possui "mais de 1,8 mil músicas" (Veiga, 2026) publicadas, discos de platina, ouro e diamante (Oliveira, 2012). Contudo, é possível identificar com precisão apenas um desses selos: o LP *Sol nascente, sol poente* (1990), que alcançou disco de ouro no ano seguinte ao seu lançamento[22]. As demais certificações são mencionadas por fontes acadêmicas, como a de Luciene dos Santos (2023), porém desprovidas de discriminação dos álbuns contemplados.

Em adição, por volta da virada do milênio, seus shows atraíam uma:

> média de 15 mil pessoas, que com seus ingressos contribu[íam] para obras assistenciais de suas cidades. Por três vezes cantou para o papa João Paulo II — uma delas ao lado de Roberto Carlos. Sua música e suas palavras revelaram-se, assim, uma forma bela, emocionante e muito eficiente de tocar a consciência, de fazer refletir: de abrir uma janela para o sagrado e transformar o mundo. (Figueira, 1999, p. 45).

Desta forma, encerramos a parte desta pesquisa que se dedica principalmente à carreira fonográfica de Padre Zezinho deliberadamente apartando o álbum *Oferenda*, cujo exame específico constitui o objeto da segunda seção do capítulo 3 desta pesquisa.

A partir de agora, trataremos dos conceitos de rebeldia, revolta, pensamento revolucionário (Cândido, 1988) e de coragem civil (Heuer, 2004) os quais atravessam verticalmente o argumento de que Zezinho foi um influenciador das gerações que viveram sua juventude durante a ditadura civil-militar

1.4. Rebeldia e subversão: coragem civil em literatura e canção

[21] DISCOSGS. *Discogs*. Disponível em: https://www.discogs.com/. Acesso em: 26 nov. 2025

[22] DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. *Padre Zezinho*. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/padre-zezinho/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

Retomando as origens de Padre Zezinho, ele afirma que os vizinhos de sua casa de infância, em Taubaté, além dos padres dehonianos, prestavam assistência à sua família, que era pobre e chegou a experimentar a fome por um curto período, tendo sido a fase de pobreza extrema de aproximadamente 6 anos (Oliveira, 2012).

Tanto esse período de extrema carência quanto o "desvelo com que os padres dehonianos assistiam sua família, [foi o] que despertou [em Padre Zezinho] o desejo de abraçar a vida religiosa. (Figueira, 1999, p. 13).

Em entrevista ao jornal católico *O Lábaro* (2016), o padre afirma que as dificuldades de sua infância, além de o terem ajudado "a compreender seu país", o formaram "na escola do sofrimento" e que a bondade dos padres lhe chamou a atenção e serviu de exemplo:

> (…) porque eles eram padres pobres, nenhum deles era preocupado com dinheiro; o que eles podiam, era para os pobres. Também não tinham dificuldade nenhuma de almoçar, de comer na casa dos pobres. Eles sabiam se misturar com o povo da vila (...) Como a minha família era pobre, eu gostei disso. Acho que essa vocação nasceu do exemplo desses velhos padres. (*O Lábaro*, 2016).

Em *Este rebelde quer ser padre* (1972)*,* obra na qual, entre outras questões já citadas, o padre evidentemente se assume como "rebelde", ele inicia dizendo que se vê como "um simples padrezinho ligado à música, à juventude e às comunicações" (1972, p. 5). A própria editora Paulinas declara no epílogo que:

> É além do suposto o número de cartas que Pe. Zezinho recebe de jovens que ouviram seus elepês o *Cristo inconstante* e meu *Cristo jovem*, ou leram alguns de seus sete livros *Revolta e paz de Maria Helena*, *Diga ao mundo que sou jovem*, *Alicerce para um mundo novo*, *Meu mundo adolescente* e outros. Todas elas falam de alegria por terem encontrado respostas amigas mostrando um amor que julgavam não existir. (Paulinas, 1972, p. 77-78).

Tal informação sugere que o poder de fala do padre sobre seu público-alvo era eficaz. Ainda no mesmo livro, há um capítulo sob o título "Acho que sou um rebelde" no qual o autor distingue os termos "rebelde" e "revoltado". Para ele, o primeiro questiona, busca alternativas e percebe aspectos positivos mesmo em cenários adversos; enquanto o segundo rejeita, odeia e "só vê maldade em tudo" (Oliveira, 1972, p. 10). O autor se posiciona, então, como quem resiste sem ceder ao rancor, simultaneamente dialogando com a juventude e recusando rótulos ideológicos:

> … não aceito imposições nem chavões para minha vida. Pouco me interessa ser chamado prá frente ou prá trás, ou inserido no contexto, ou engajado, ou esclarecido. Interessa encontrar um equilíbrio no meu modo de pensar e saber ver as coisas positivas que estão sendo feitas neste país" (Oliveira, 1972, p. 9).

E ele reforça: "Sou um rebelde mas não sou um revoltado. Eu aceito as pessoas e procuro compreender as coisas que elas fazem" (Oliveira, 1972, p. 9). Ao estabelecer essa diferença, Padre Zezinho projeta uma ética da rebeldia fundada no acolhimento da opinião alheia e na observação, em

oposição ao ressentimento destrutivo que agrega ao sentimento do "revoltado". Tal formulação antecipa a postura que o tornou singular na esfera do catolicismo brasileiro, visto seu questionamento da ordem social que não rejeita a existência do outro e que não adere a nenhum dos espectros ideológicos mais observados na organização sociopolítica das populações ocidentais (Oliveira, 1982, p. 34).

Tal modo de compreender a rebeldia — crítica, mas não rancorosa — apresenta-se como uma das características fundamentais também das canções que, mais tarde, seriam percebidas como problemáticas — "subversivas" — pelo regime militar, ainda que apresentadas sob o manto pedagógico (catequético) e espiritual.

Analisando agora a rebeldia de Padre Zezinho sob o lume de Antônio Cândido (1988, p. 4), pode-se dizer que Padre Zezinho encontra afinidades com o radicalismo, tanto em seu discurso quanto em suas canções vetadas. Porém, há algumas particularidades: Cândido afirma que o fenômeno encontra suas origens sobretudo na classe média e em setores esclarecidos das classes dominantes. Logo, uma vez sendo o padre oriundo de família pobre e tendo sido educado, formado e ordenado na Igreja Católica, "uma das mais poderosas instituições religiosas e capitalistas do mundo [sendo detentora] de US$ 3 trilhões em bens imóveis" (Belém, 2016), ele personifica uma intersecção em tal estratificação.

Para elucidar, no início da década de 1980, a Igreja Católica possuía 5.577 paróquias, 3.951 municípios, 352 seminários, 2.559 colégios e cursos variados, 143 faculdades, 1.244 hospitais, casas de saúde e postos médicos, 6.978 próprios administrativos e residenciais, 82 jornais, 68 estações de rádio e 4 canais de televisão (Brasil, 1983).

Convém aqui aprofundar o lugar simbólico da Igreja como instituição de poder e prestígio, o que nos leva a Weber e Bourdieu, que propõe:

> … poderíamos dizer, ao preço de uma simplificação excessiva (...) [diferenciando-se] as classes segundo sua relação com a produção e com a aquisição de bens, e os grupos de 'status' (...) segundo os princípios de seu consumo de bens, consumo que se cristaliza em tipos específicos de estilo de vida. (Weber, citado por Bourdieu, 2007, p.15).

Ou seja, a Igreja figura na elite de nossa sociedade, tanto no grupo de status, como pertencente à ordem simbólica, sendo esta discernida por um "estilo de vida ou de privilégios honoríficos (tais como o uso de roupas particulares (...), o direito de se dedicar como diletante a práticas artísticas)" (Weber citado por Bourdieu, 2007, p.15).

Assim sendo, Padre Zezinho é capaz de conectar o radicalismo teórico a uma vivência concreta na classe subproletária, o que o torna capaz de dialogar com as massas sem perder o rigor crítico. Padre Zezinho pode ser entendido, assim, como um *elo entre mundos* (expressão nossa), de certa forma ratificada por ele quando afirmou: "Não nasci do ventre de Maria [mãe de Jesus], mas

gosto de seu profundo colo espiritual. Nasci do ventre de Valdevina e cresci no colo da Igreja Católica." (*Blog Padre Zezinho*, 2025).

De acordo com Antônio Cândido, e com o intuito de reforçar nosso argumento, trazemos:

> ... o radical é sobretudo um revoltado, e embora o seu pensamento possa avançar até posições realmente transformadoras, pode também recuar para posições conservadoras. Mesmo que o pensamento chegue a um teor de ousadia equivalente à do pensamento revolucionário, em geral ele não produz um comportamento revolucionário. (Cândido, 1988, p.5).

Padre Zezinho parece concordar com tal pensamento[23]:

> Acho que fiz a mesma coisa que os jovens terroristas ou os marxistas fanáticos que deixam tudo para fazer história. A diferença é nos motivos que usamos. Eles têm no coração o espírito de vingança que não disfarçam. Eu tenho o espírito de conciliação. Eles querem a coisa agora, já e se preciso, à força. Eu quero a coisa com tempo, cuidando para não arrancar o trigo junto com o joio. Eles fazem isso por causa do Estado que desejam criar, eu faço isso por causa do Reino. Seu ideal é um homem, o meu é o Homem Deus. Eles me acham alienado, eu os acho alienantes. (Oliveira, 1972, p. 16).

Václav Havel, político tcheco membro da oposição durante o período em que a República Tcheca se chamava Tchecoslováquia e estava politicamente alinhada com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e também o primeiro presidente da República Tcheca após a dissociação da URSS, escreveu um texto no ano de 1978, classificado por Wofgang Heuer (2004, p. 171-174) como um exemplo sobre "coragem civil". Proporemos aqui uma analogia desse texto ao contexto histórico de Padre Zezinho, no que tange às suas declarações, canções aqui analisadas e visão de mundo.

O "manifesto extraordinário" (Heuer, 2004, p. 170) de Havel se chama "Tentativa de viver na verdade. Sobre o poder dos sem poder" (1986, citado por Heuer, 2004, p. 171-174, tradução nossa) e traz a alegoria do verdureiro de Praga. Nela, o político sugere que devemos resistir ao poder controlador com as armas que temos, segundo a classe social em que estivermos. A proposta é a de que o movimento reside na ação individual imersa no contexto social e em confronto com ele, e isto jaz na força da resolução de cada pessoa, porém ao alcance da coletividade. Não obstante, ainda de acordo com Heuer (2004), é altamente contagioso e consiste em uma força capaz de represar o controle e a dominação do Estado sobre a sociedade.

O cenário da alegoria de Havel (1978) é a antiga Praga, capital da atual República Tcheca, na qual um verdureiro, um comerciante simples, era obrigado a todos os dias exibir um cartaz de propaganda em seu estabelecimento. O cartaz trazia o *slogan* do regime totalitário "Trabalhadores do mundo, uni-vos!" e o verdureiro, ainda que não se identificasse com a frase, cumpria a ordem governamental por temor a represálias.

---

[23] Lembramos também da citação colocada anteriormente, na subseção 1.2.: "sou um rebelde romântico (...) Um rebelde sem capacidade de voltar atrás pelo menos em alguns itens não é rebelde, é vedete. Ninguém pode estar assim tão certo. Ninguém. (Oliveira, 1972B, p.49).

Havel então, hipotetiza: e se o verdureiro simplesmente deixasse de exibir o letreiro? "Se renunciasse a este servilismo? Se já não participasse das eleições, por saber que ali não havia nenhuma alternativa? Viriam sanções; porém, o mais importante é que ele teria violado as regras do jogo e assim haveria 'abolido o jogo como tal'" (Havel, 1986, citado por Heuer, 2004, p. 172, tradução nossa). Nesse sentido, se mais pessoas seguissem o exemplo do homem, essa atitude tornaria mais difícil o controle sobre a população por parte do governo totalitário.

Padre Zezinho dá exemplos de práticas similares a esta em *O direito de ser jovem,* avaliando que:

> Na Rússia, no Irã, na China, nos Estados Unidos, no Brasil ou onde quer que se pense, há sempre pequenos grupos de poder ou um único grupo, ditando normas de ação ou de comportamento coletivo. Levado ao sabor da onda de falar, marchar, vestir-se, comprar, consumir, dançar, gritar frases patrióticas, o indivíduo acaba por perder sua preciosa liberdade de escolha, por agir como autômato que participa porque não há outra escolha. Para sobreviver, sacrifica seus princípios e abdica do direito de pensar. (Oliveira, 1982, p. 137.)

O padre ainda salienta que muitas pessoas se deixam instrumentalizar pelo meio, seja ele o governo ou a moda, por exemplo, falando "*slogans* e frases de partido, da seita, do grupo, da organização. Não criam. Apenas transmitem…" (Oliveira, 1982, p. 138).

Padre Zezinho, destarte, enquanto artista, músico e comunicador, praticou essa forma de "coragem civil" por meio de sua literatura e música, pois estas eram suas ferramentas. Se o verdureiro poderia ter deixado de pregar o cartaz ou faltado à eleição, Padre Zezinho, poderia ter continuado a compor canções desprovidas de crítica social, ou meramente litúrgicas. Bem como, poderia ter escrito obras literárias que não tocassem em pontos sensíveis políticos e sociais, permanecendo elas de cunho estritamente católico e catequético, alinhadas ao que os músicos cristãos que lhe eram contemporâneos chamavam de música "alienada" (Mendonça, 2016, p.115). Entretanto, ele escolheu, sob o selo da editora religiosa Paulinas*,* publicar tanto sua opinião política em prosa, quanto em verso[24] nas canções do álbum *Oferenda*.

É interessante salientar que as obras literárias do Padre, em contraposição às canções do álbum *Oferenda* não sofreram vetos, mesmo que seus escritos repetidamente alertassem para a alienação e hipocrisia praticadas entre as próprias classes sociais, todas elas imersas no fluido opressor e silenciador do governo, *locus* no qual, sem ar, não há acústica ou ressonância e, portanto, só pode imperar o silêncio. Elencamos em seguida duas citações que reforçam nosso argumento.

Sobre o mau uso da liberdade e o estado de confusão em que tanto adultos quanto jovens viviam à época, por exemplo, Padre Zezinho fala do "aumento das mães solteiras, desprezo pela

[24] Estamos considerando a intenção do padre, não a consequência dela. O veto, enquanto evento subsequente está fora deste raciocínio.

instituição do casamento, campanha intensa pelo divórcio quando nem sequer se falou em fazer campanha para preparar os jovens para o casamento" (Oliveira, 1977B, p. 43).

Em outro trecho, o padre não apenas critica a sociedade e o conformismo individual, mas inclusive tange a questão binária sociopolítica:

> O cristianismo não pode nem deve ser confundido com o comodismo de muitos que resumem em socialismo cristão, política rotulada de cristã, ou extremismos de violência ou oposição. O cristão não contemporiza, nem acompanha a história: ele a faz. E não a faz com movimentos de esquerda ou de direita e sim com renovação dos indivíduos, voltando-os para Deus e para o bem dos outros. Se outros interpretam essa atitude como revolucionária, não é culpa do cristão, mas não é justo colocar o cristianismo a serviço de interesses nitidamente sociais ou políticos. (Oliveira, 1977B, p. 143).

Há nas letras das canções vetadas, como será exposto, e em diversas passagens dos livros, como já demonstrado, uma tentativa de expor a realidade do sistema opressor, e, a partir daí, refletir sobre uma possível alteração dele, inspirando os ouvintes, leitores e concidadãos a alguma alternativa, a qual se chegaria em comunhão, com diálogo, com amor, e de forma não violenta e unilateral (Oliveira, 1982, p. 164). Neste sentido, o padre orienta seu público-alvo — católico e jovem, principalmente —, em concordância com Heuer (2004), o qual sugere que o indivíduo só se torna livre quando assume e age publicamente em nome da verdade, transcendendo aos riscos.

Padre Zezinho, ao não se colocar como revolucionário, tanto na visão de Cândido (1988), quanto em sua própria perspectiva, manifesta diversas críticas aos que compartilham do adjetivo Porém, ele se intitula como "rebelde" (*Este Rebelde quer ser padre*) e seu pensamento crítico denota afinidades com o conceito de radicalismo de Cândido (1988), ainda que reservando críticas igualmente ao categórico "radical", e apresenta alternadas perspectivas e opiniões, inclusive sobre a dualidade ideológica presente na Igreja.

Eis aqui mais uma passagem de admoestação de responsabilidade aos jovens, a qual toca liberdade e rebeldia:

> "[Você] só será livre, quando entender que não pode fazer tudo o que quer para não prejudicar os outros (…).
>
> Assuma-se suas limitações, trabalhe dentro delas para abrir espaço dentro de você mesmo e será livre. Talvez com isso acabe até abrindo espaço fora de você e fazendo alguma coisa de concreto pela liberdade do povo..." (Oliveira, 1982, p.48-49, 64.).

E para elucidar a opinião de Padre Zezinho sobre a noção de "viver na verdade" (Havel, citado por Heuer, 2014), encontramos:

> A mentira não pode fazer parte do esquema de vida de pessoa alguma. Muito menos quando se trata de um cristão que crê no CAMINHO, na VERDADE e na VIDA e que crê em Deus como o AUTOR DA VERDADE[25].

[25] Grifo do autor.

> Por gerar consequências intermináveis e ser uma das formas mais vis dentre as que impedem ou deturpam o diálogo entre os irmãos, sob qualquer forma que apareça, a mentira deve ser banida do nosso meio.
> Aparece sob várias formas: calúnias, detratação, atitudes falsas, fingimento, promessas enganosas, suspeita (…). O pior de tudo é que ela gera rompimento de confiança mútua. É desastroso para a humanidade quando não apenas os indivíduos, mas até mesmo nações fazem dela instrumento político para atingir objetivos espúrios. O primeiro sinal de apodrecimento de uma comunidade é o uso irreprimido da mentira ou da falsidade.
> (…)
> Comece em si mesmo a viver a verdade. Corra os riscos da mesma. A longo prazo você construirá muito mais do que mentindo. O cristão que usa de mentiras (…) não está consciente de sua vocação. Seria incapaz de mentir se estivesse unido a Deus.

Na intenção de situar as questões e implicações políticas vinculadas à vigilância do aparato governamental exercida sobre a atuação de Padre Zezinho, cabe trazer um dos documentos oficiais que demonstram a polêmica que ele causava, no sentido de representar ameaça na "guerra psicológica adversa".

1.5. Juventude, influência e vigilância: o relatório da Polícia Federal sobre Padre Zezinho (1973)

Em 1973, o agente policial federal Marco Polo Jardim ratificou a preocupação dos militares sobre José Fernandes de Oliveira e sua influência sobre os jovens em seu relatório confidencial. O agente encontrava-se alocado na divisão de Polícia Federal de Foz do Iguaçu e relatou um evento que trazia Padre Zezinho como palestrante e protagonista, denominado "Por que Estamos Aqui?", ocorrido em 7 de julho de 1973.

Nesta ocasião, o padre discursou para "mais de 2 mil jovens, entre 12 e 18 anos de idade" (Jardim, 1973) e posteriormente ministrou uma palestra intitulada "Jovem, o alicerce para um mundo melhor", situada na Igreja do Hotel São Martin, na estrada das Cataratas. Jardim descreve, a seguir, sua perspectiva do acontecido:

> (...) diante de mais de dois mil jovens aproximadamente (...) Com referência ao tema 'Porque estamos aqui?' (...) cumpre-nos salientar que o referido Padre fez uma comparação um tanto perigosa, em se tratando de ouvintes compreendidos numa faixa etária de 12-18 anos de idade, quando afirmou: Em aproximadamente dois mil anos os católicos no mundo, somam 700 (setecentos milhões) de adeptos ao passo que em cinquenta e seis anos o Comunismo soma mais de um bilhão de seguidores e estes, particularmente leem com atenção e interesse as Citações de Mao Tse Tung, ensinamentos de Karl Marx e outros e os católicos não leem o Evangelho. Prosseguiu o Pe. Zezinho dizendo que "admirou e admira as figuras de Lamarca, Mariguela e Che Guevara (...) por que estes abraçaram um ideal e foram até o fim, dando a própria vida em favor deste ideal, apesar de estarem errados." (Jardim, 1973, p. 1-2).

É apropriado observar a dimensão do público que o padre reuniu — "mais de dois mil jovens" — especialmente considerando que o evento ocorreu em 1973, quando a divulgação de encontros e a circulação de informações dependiam de redes sociais presenciais, impressos e comunicação boca a boca. Em outras palavras, a expressiva adesão torna-se de tal forma tanto uma evidência do alcance

que Padre Zezinho possuía entre o público juvenil, quanto uma justificativa para a vigilância a que era submetido pelas Forças Armadas.

Devido à dificuldade em separar o discurso do Padre no evento em questão e sua importância, por mais que já tenhamos refletido sobre as linhas de pensamento do autor, julgamos conveniente colocar que, com relação à menção aos personagens históricos citados acima, ela é reiterada em *O direito de ser jovem* (1982, p. 107), onde Zezinho escreve que os personagens históricos: Sócrates, , Jeremias, Nathan, Jesus Cristo, Joana D'Arc, Marx, Mahatma Ghandi, Luther King foram contestadores, lúcidos, "longe de ser pessoas medíocres e infelizes à procura de uma bandeira" que propiciaram momentos de evolução para o mundo. Ou seja, Padre Zezinho mencionava comunistas famosos com frequência e abertamente. E isso, como veremos no capítulo 2, configurava ameaça à Segurança Nacional.

Em contraponto, José Fernandes de Oliveira traz o seguinte excerto retirado "de um documento do Partido Comunista Chinês", em *Alicerce para um mundo novo (*1977*,* p. 189):

> um documento (…) sob o título 'COMO DESTRUIR A IGREJA CATÓLICA EM QUALQUER PAÍS DO MUNDO'[26].
>
> A Igreja Católica não é estéril, nem impotente. Pelo contrário. É preciso reconhecer esse poder para poder tomar toda uma série de medidas para lhe criar obstáculos. Esses obstáculos, porém não podem ser apresentados brutalmente. Desfechar um assalto é ferir de frente, enquanto estivermos mal equipados e enquanto não houvermos educado convenientemente as massas, não daria outro resultado se não o de dar à Igreja maior domínio ainda sobre as massas… (…) a ofensiva será disfarçada (…), insistente em mentalizar a consciência dos católicos, levando-os a participar de círculos de estudo e atividades políticas.'

Além desta citação e mais uma vez em discurso escrito, Padre Zezinho fornece o seguinte exemplo prático acerca de o que concebe sobre o ato e o direito de protestar:

> Quando, pois, um grupo se cansa de falar e vê que falando não é ouvido nem levado a sério, o protesto verbal precisa ser seguido do protesto de atitudes. Um grupo de favelados que há anos pedia regularização de seus terrenos, água, esgoto, creche e iluminação, só conseguiu ser ouvido no dia em que decidiu começar a pressionar pelo voto, pela denúncia nos jornais e por um trabalho comunitário que tornou impossível ao prefeito ignorá-los. Teve de atendê-los e, para não ser prejudicado politicamente, atendeu àquelas reivindicações. Não tivesse havido a marcha pacífica de todos os favelados e seus simpatizantes, nunca teria havido solução. Tivesse havido marcha violenta, seriam reprimidos pelo aparato policial com justificativas de que estavam infringindo a lei. Ora, a lei proíbe violência, mas não proíbe uma visita em massa à porta da prefeitura com cartazes e faixas de cunho reivindicatório. E foi o que fizeram. E venceram. (Oliveira, 1982, p. 109.).

Ainda assim, ele aprofunda seu raciocínio em direção ao pensamento revolucionário, mais uma vez atuando de forma ambígua em relação ao conceito de radicalismo de Antônio Cândido (1988), tangente às classificações entre radical e revolucionário, ao refletir que:

[26]Grifos do autor.

> A violência só se justifica em último recurso. E este último recurso não pode ser decretado por um líder maluco e com fome de sangue e destruição. Tem de haver um consenso geral e muita reflexão antes que se chegue a esse extremo. Além do mais, há o amparo da lei ou de grupos de apoio que podem pressionar junto, sem que seja preciso recorrer à violência. Acho difícil justificar o uso da força bruta num protesto de escola ou de fábrica. É sinal de que não foram esgotados todos os recursos decentes e legais. Mas o uso da violência pode ser a última solução para um caso nacional. Se o grupo ditador está oprimindo o povo de tal maneira que lei alguma segure seu braço opressor; se o país invasor não obedece a nenhuma lei internacional e simplesmente humilha o país invadido; se a impopularidade do governo é tanta que ninguém mais o quer, e a insatisfação tomou conta da maioria do povo, enquanto os governantes não cedem, não negociam e não deixam o poder de maneira alguma; nesses casos pode ser admitido o uso do protesto armado como último recurso. (Oliveira, 1982, p. 112-113.).

Esta é a única menção do padre que justifica a violência, dentre todas as obras lidas nesta pesquisa e deve-se salientar que ele usa a expressão "último recurso". Assim sendo, parece-nos aqui, exclusivamente, que Zezinho se aproxima pela primeira vez, do perfil revolucionário de Cândido (1988, p. 5).

E mais uma vez mesclando os caracteres radical e revolucionário, ele aprofunda seu discurso ao expor sua opinião sobre Cuba, sua revolução e o governo de Castro, onde "seu protesto armado não se desarmou nunca mais" (Oliveira, 1982, p. 113):

> Fidel Castro libertou muitos prisioneiros das prisões do ditador Batista. Mas depois encheu as prisões com os seus prisioneiros e as valas com os justiçados nos *paredones*. Vinte anos depois de sua libertação, seu grupo bem armado não hesita em matar para não perder o poder. O povo cubano pode estar melhor em termos de escola, alimentação, moradia, condução e medicina. Ninguém nega estas conquistas. Mas a imprensa é única e estatal, só há um caminho político possível, a Igreja tem liberdade vigiada e relativa, e quem ousa protestar está na prisão ou sem condições de progredir na vida. Mudaram os donos do país e estes deram algum conforto a mais para a maioria, mas seu protesto armado não se desarmou nunca mais. Era isso o que o povo queria?…" (Oliveira, 1982, p. 113.).

A respeito de sua dedicação aos jovens, Padre Zezinho disse em entrevista que sua proposta era a de formá-los "para a palavra, para a canção e para o teatro (…) formar jovens que fossem capazes de criar formas de comunicação. Não só que repetissem, mas que criassem [e que tal ensejo vem do conceito de que] catequese é repercutir" (*O Lábaro*, 2016). Dentro deste contexto, sabe-se que um dos temores do governo militar, procedente dos ensinamentos da Escola Superior de Guerra, era o do desvirtuamento dos jovens:

> Uma das tópicas dessa narrativa [da censura política exercida pela Divisão de Censura de Diversões Públicas — DCDP] desenvolvia a tese de que a 'crise moral' era fomentada pelo movimento comunista internacional' com o propósito de abalar os fundamentos da família, desencaminhar os jovens e disseminar maus hábitos — sendo, dessa maneira, a antessala da subversão. (Fico, 2021, p. 29).

Destarte, como demonstrado, nota-se a razão de a palestra de Foz do Iguaçu, especialmente a menção aos referidos comunistas, ter chamado a atenção das forças policiais em questão. Em adição, o próprio Padre relembra:

> eu conseguia falar com a multidão de jovens e eles ficavam quietos me ouvindo. Eles gostavam de me ouvir e eu gostava de estar com eles. Então, de repente, descobri que minha vocação era falar com multidão. Começaram a me chamar para estádios, praças e ficava natural para mim, pois eu havia estudado a linguagem da multidão e, ao mesmo tempo, a psicopedagogia do povo (*O Lábaro*, 2016).

E em uma declaração que, sob nossa perspectiva, sintetiza o pensamento de Padre Zezinho, cena de sua biografia e as relações que sugerimos, dele com os estudos de Cândido (1988) e Heuer (2004), ele relata ter, certa vez, recebido ordem de prisão em Belo Horizonte (MG)[27]:

> estava com saudade do tempo em que a gente podia votar e que eu queria uma juventude que se rebelasse e lutasse pelos seus direitos de ser cidadã, e não uma juventude revoltada, porque revoltada vai e destrói tudo. Rebelde é idealista. Era para não engolir normas impostas. Eu queria um País que discutisse, que debatesse.
> (…) Outros pregavam abertamente uma postura de esquerda e eu pregava uma postura social-democrática. Eu sempre segui o nosso fundador italiano que era advogado, e ele propunha o solidarismo, nem a república direitista e nem a socialista. Mas o sistema solidário em que o capital não esmagasse as pessoas e elas tivessem liberdade.
> Meu modelo não era e não é Cuba. E também não era e não é os Estados Unidos. Aliás, assino embaixo do Martin Luther no último documento dele: 'O capitalismo é uma questão de amor.' Eu assino por aquilo que eu vivi quatro anos nos Estados Unidos e eu sei do que o capitalismo é capaz. Ele massacra as pessoas com seu poder de compra. E no Congresso massacra as pessoas com seu poder de compra de deputados.
> Não somos ainda uma República que discute, nos deixamos levar pela pressão do momento e pela troca de partidos e igrejas pela vantagem. O Brasil vive isso há muito tempo: 'vá com o vencedor', fique com o que está em primeiro lugar e aí você será vitorioso. Acho que é vitorioso quem tem opinião e corre todos os riscos para dizer o que pensa. (Oliveira, 2012).

Em consonância com tal afirmação, mais uma vez em *Este rebelde quer ser padre* (1972, p. 42), Zezinho escreve que tinha:

> … um grande sonho: conduzir meu povo à libertação. Não estou falando da libertação imediatista e imatura desprovida de fé que fala de direitos e leva a lutar por eles sem ajudar a assumir os deveres e as limitações. Libertação não é um ideal para ser colocado na mão de um indivíduo imaturo. Nem pode ser horizontalista. Se não partir de Deus e não levar a ele, será independência temporária mas nunca libertação porque jogará meu povo de uma esfera de poder humano para outra Nunca libertará interiormente. Nunca ajudará a crescer. Aumentará talvez o poder aquisitivo e diminuirá as horas de trabalho, mas não libertará. (Oliveira (1972, p. 14).

E na obra de comemoração dos 35 anos de vida religiosa*: Padre Zezinho scj 35 anos a serviço da fé* (Paulinas, 1999)*,* produzida a partir de entrevistas com Padre Zezinho, encontra-se:

> embora livre de qualquer vínculo ideológico — limitações dessa ordem sempre lhe foram estranhas — padre Zezinho defendia claramente a liberdade de expressão, indignava-se com a violência e a tortura, batia-se pela igualdade. Parecia ser, portanto, perigoso. Ao mesmo tempo, porém tinha sobre si o manto protetor dos setores aprogressistas da Igreja Católica e do carinho do contingente cada vez maior de pessoas que acompanhavam seu trabalho (…) é um homem (…) pouco afeito às classificações: se os conservadores não o aceitavam, também a esquerda não admitia sua independência, classificando-o de 'modernizante, mas não revolucionário', acusando-o de estar 'em cima do muro'. Padre Zezinho não se incomodou com as patrulhas 'é preciso ter muito equilíbrio para ficar tanto tempo em cima do muro', respondia, sereno. 'Também é de lá que se enxerga mais longe' (Figueira, 1999, p. 20-22).

[27]Tal documento não foi localizado por esta pesquisa.

Embora Padre Zezinho seja cantor e compositor, além de violonista, ele não reconhece o canto como uma de suas vocações principais: “nunca desejei ser um superastro. Sou o que sou, apenas um padre que canta. Aliás não sou padre porque canto, eu canto porque sou padre” (Figueira, 1999, p. 41). De fato, o clérigo se define como “padre formador, comunicador, escritor” (*O Lábaro*, 2016), afirmação que se confirma através de diversos de seus escritos aqui referenciados, bem como do relato oficial do agente Jardim (1973).

Como consequência do fato de o padre ter tido a coragem de manifestar suas posições políticas e sociais por meio de suas canções e de seu discurso, ele teve diversas composições vetadas pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), tendo sido considerado uma figura “subversiva” (Brasil, 1981A), autor de obras musicais com conteúdo crítico ao regime vigente, sendo a principal evidência o veto à quase totalidade das canções que comporiam o álbum *Oferenda*.

Em conclusão, ao afirmar que “protestar é um direito de todo aquele que se sente oprimido ou solidário com os oprimidos” (Oliveira, 1982, p. 113), Padre Zezinho sintetiza a postura ética que orienta sua trajetória: resistência radical não violenta, expressa por meio de obras literárias e composições musicais. Sua biografia, conforme apresentada neste capítulo, evidencia uma atuação marcada pela coragem civil (Heuer, 2004) e pela capacidade de dialogar com diferentes classes sociais e faixas etárias.

No próximo capítulo, trataremos do histórico da Censura no Brasil, expondo os decretos que a institucionalizaram desde sua criação até sua extinção, as diretrizes do treinamento dos técnicos de censura e os mecanismos pelos quais a Divisão de Censura de Diversões Públicas operava. Isto será colocado a fim de se avaliar, no capítulo 3, de forma imparcial, o parecer do censor Oliveira, o policial federal que carimbou e assinou os vetos às canções do álbum Oferenda (1981). Além disso, analisaremos em paralelo a produção musical evangélica engajada contemporânea estudada por Mendonça (2016) e Barros (2024).

2. A CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

Em suas pesquisas de campo com os povos originários da América do Sul, Pierre Clastres avalia que existem as sociedades "sem Estado" — como as indígenas, de no máximo alguns milhares de indivíduos — e aquelas "com Estado" — a sociedade ocidental judaico-cristã, por exemplo — lançando lume sobre as implicações sociais da censura:

> O exercício do poder assegura o domínio da palavra: só os senhores podem falar. Quanto aos súditos, estão submetidos ao silêncio do respeito, da veneração e do terror. Palavra e poder mantêm relacionamentos tais que o desejo de um se realiza na conquista do outro. Príncipe, déspota ou chefe de Estado, o homem de poder é sempre não somente o homem que fala, mas a única fonte de palavra legítima: palavra empobrecida, porém eficiente, pois ela se chama "ordem" e visa exclusivamente a obediência do que está a ela submetido. (Clastres, 2003, p. 169).

Ainda que a dinâmica do poder nas sociedades indígenas difira radicalmente daquela da civilização ocidental, o que interessa aqui é que tal relação existe e que quem detém a palavra (o líder) concentra o poder (total, em tempos de guerra) e a responsabilidade de estabelecer e manter a "ordem". Ademais, quem escuta, obedece.

Para nós, a analogia é a de que a censura se apresentou como a reguladora da palavra, enquanto instrumento do Estado. Através do estudo de regimes de exceção, ditatoriais, de força, como a ditadura civil-militar no Brasil (Garcia, 2021, p.70), a censura de diversões públicas manifesta-se como uma das ferramentas essenciais de manejamento da hierarquia social, "de monitoramento e interdição da produção simbólica" (Costa, 2021, p. 51). Ocorre que o discurso, a palavra, a ideia livre, um dos principais direitos e pilares da liberdade individual, é usurpado, regulado, controlado e vigiado pelo Estado. Em casos como esse, a censura se torna mais evidente devido ao fato de a comunicação e a produção artística tenderem a assumir um papel predominantemente crítico e de resistência. A censura surge, destarte, como a ferramenta mais eficiente para conter a dissidência e a revolta, emergindo em conflitos sistemáticos entre comunicadores e mecanismo de controle (Costa, 2021).

Neste capítulo, trataremos do histórico da Censura no Brasil, expondo os decretos que a institucionalizaram desde sua criação (1947) até sua extinção (1988). Bem como, as diretrizes do treinamento dos técnicos de censura e os mecanismos pelos quais a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) operava. O objetivo do capítulo é o de observar a perspectiva do censor Oliveira, o responsável pelos vetos às canções do álbum *Oferenda*. Em paralelo, ao final deste capítulo traremos uma subseção demonstrativa sobre a produção musical evangélica engajada da década de 1970 e 1980, estudada por Mendonça (2016) e Barros (2024).

2.1. Estrutura e prática institucional da censura no regime militar

De acordo com Costa (2021, p. 51), em períodos de governos totalitários, a crítica à censura tende a ser indireta e, por extensão, a utilizar profusamente linguagem metafórica, exatamente como no caso da obra vetada de Padre Zezinho. Em adição, convém recordar que a arte, a imprensa e a produção científica submetem-se igualmente à repressão, além da imprensa, radiodifusão e produção cinematográfica.

Cronologicamente, o primeiro decreto a instituir um serviço regular de censura no Brasil data de 4 de abril de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, e traz consigo o número 21.240 (Costa, 2021, p. 58). Três anos depois, ocorre a 1ª edição da Lei de Segurança Nacional, a qual foi fortemente influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida pela Escola Superior de Guerra — instrumento governamental que data do ano de 1949 (Napolitano, 2014, p. 6).

O objetivo inicial da referida lei era o de "conter os crimes contra a ordem política e social" (Mostaço, 2021, p. 30), e ela operava tanto no sentido de instruir sobre as formas de se lidar com os conflitos internos, quanto às dos externos. Particularmente, com relação ao primeiro item, a "perturbação da ordem" política e social e a "guerra psicológica adversa" se encontravam passíveis de serem tomadas como crime. É aqui que reside a censura enquanto instrumento mediador entre o que os artistas criavam e manifestavam e as disposições da Doutrina de Segurança Nacional (Mostaço, 2012, p. 31).

Em 1934, ainda durante o governo Vargas, é criado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), ligado ao Ministério da Justiça. Na visão de Costa (2021, p. 59), este fato evidencia que foi a partir desse momento histórico que o controle dos meios de comunicação passou a ser de interesse da Segurança Nacional, pois a DPDC era, então, a responsável por regularizar a imprensa, o rádio e o cinema, sendo ainda que dentre suas atribuições estava a censura das letras das canções (Garcia, 2008).

No ano de 1937, ano em que já vigorava o Estado Novo, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um "mega órgão de controle da produção cultural e artística", responsável pelo controle do Rádio, Turismo, Imprensa, Cinema e Teatro (Costa, 2021, p. 59). Em 1945, a censura passou a ser atribuição do Departamento Nacional de Informação, agora subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. No ano de 1946, por sua vez, foi criado o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), através do decreto nº 8.462, subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). A este outorgou-se o poder e a função de realizar "a censura prévia aos espetáculos públicos classificados, a partir de então, como 'diversões públicas'" (Costa,

2021, p. 61). Tal designação se aplicava ao teatro, programas de rádio, cinema e jogos de azar, shows de variedades e de strip-tease e o órgão era, então, o responsável pela censura prévia igualmente de letras musicais, filmes e da televisão (Costa, 2021, p. 61). A lei da censura, art. 41 do Decreto 20.493 de 1946 (Brasil, 1946), prevê:

> **Art**. 41. Será negada a autorização sempre que a representação, exibição ou transmissão radiotelefônica:
> a) contiver qualquer ofensa ao decôro público;
> b) contiver cenas de ferocidade ou fôr capaz de sugerir a prática de crimes;
> c) divulgar ou induzir aos maus costumes;
> d) fôr capaz de provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades constituídas e seus agentes;
> e) Puder prejudicar a cordialidade das relações com outros povos;
> f) fôr ofensivo às coletividades ou às religiões;
> g) ferir, por qualquer forma, a dignidade ou os interêsses nacionais
> h) induzir ao desprestígio das fôrças armadas.[28]

Até o ano de 1967, a censura era realizada nos Estados, tendo sido centralizada em Brasília e de fato institucionalizada um pouco antes da edição do Ato Inconstitucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, portanto três anos após o golpe civil-militar (Napolitano, 2014, p. 72). A partir desta data, a SCDP passou a ser subordinada ao Departamento de Polícia Federal (DPF), por meio do decreto nº 200 (Garcia, 2021, p. 66-67).

Em 1969, o Decreto-lei de nº 898, de 29 de setembro:

> Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social (...):
> Art. 1º Tôda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.
> Art. 2º A segurança nacional a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.
> Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.
> § 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, fôrma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.
> § 2º A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.
> § 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo contrôle progressivo da Nação. (Brasil, 1969).[29]

Foi somente em 1972 que o órgão passou a se chamar Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), em virtude do decreto 70.665 (Garcia, 2021, p. 66-67).

[28] Mantida a grafia original do documento.

[29] Mantida a grafia original do documento.

Tal reestruturação implicou em uma necessidade de padronizar os procedimentos, aumentar o contingente e qualificar os servidores públicos destinados à função censória:

> com a meta de cobrir todo o território nacional. Um curso de formação foi então instituído, com a finalidade de afinar os critérios e criar balizas menos dúbias quanto aos temas, assuntos e objetos de censura. O curso compreendia as disciplinas: Introdução à Ciência Política, Introdução à Sociologia, Psicologia evolutiva e Social, Técnica de Cinema, Técnica de Televisão, Comunicação Social, Literatura Brasileira, Ética Profissional, Técnica Operacional e Segurança Nacional (Fagundes, 1974, p. 91 citado por Mostaço, 2021, p. 37).

Napolitano (2014, p. 133) observa que, durante o regime militar, a censura possuía um *modus operandi* bastante distinto, agindo "muito à vontade na proibição de programas de TV e de rádio". Ainda assim, era, como reconheciam os próprios militares

> um fator complicador para a indústria da cultura e da diversão, que movimentava muito dinheiro e era parte da modernização industrial sonhada pelo regime. Ironicamente, a censura musical tornou-se mais voraz depois de 1979, quando se respiravam os ventos da abertura política. (Napolitano, 2014, p. 133).

Em 1º de janeiro de 1979 ocorreu "a revogação oficial do AI-5" (Napolitano 2014, p.185) e a mencionada "ironia" deveu-se principalmente à admissão de Solange Maria Teixeira Hernandes como diretora da DCDP e "a entrada de Ibrahim Abi-Ackel no Ministério da Justiça" no ano de 1981 (Garcia, 2008 p. 22). Assim sendo, os acontecimentos que estudamos nesta pesquisa, apesar de estarem contidos em "um período de ditadura mais branda" (Napolitano, 2014, p.191 e 238), estão paradoxal e paralelamente inseridos em um ano "de recrudescimento da atividade censória e uma retomada da **censura política"** (Garcia, 2008 p.22, grifo nosso).

Salientamos a expressão "censura política" em virtude do consenso entre diversos pesquisadores (Censura no Brasil Republicano, v. 1 e v. 2, 2021) de que existiam duas formas de censura, a "moral" e a "política[30]". Apesar de ambas habitarem o mesmo sítio, a primeira ofuscou a segunda (Kushnir, citado por Garcia, 2021), principalmente pelo fato de representar grande parte da vontade popular.

É o que se comprova no artigo de Carlos Fico: "Prezada censura: cartas ao regime militar" (2021, p. 251-286), onde o autor destaca que: "a distinção [entre as censuras] não escapava às pessoas comuns, sendo perfeitamente natural, para aqueles que escreviam cartas à DCDP, a existência da censura moral." (Fico, 2004, p. 10). Em síntese, tal modalidade era voltada à vigilância e conservação do que Fagundes (citado por Garcia, 2021, p. 69) considerava como "bons costumes".

Em geral, tanto as cartas dos cidadãos trazidas à lume por Fico, quanto os artigos pesquisados que tratam de censura, convergem no sentido de que os vetos e cortes eram operados principalmente

[30] Trata-se de duas obras de referência sobre o assunto, que trazem artigos de vários historiadores sobre os mecanismos da censura no Brasil durante o período da ditadura civil-militar.

contra a nudez, sexo explícito, alusão a entorpecentes e comportamentos "desviados", como o homossexualismo (Fagundes, 1974, p. 24, citado por Mostaço, 2021, p. 43). Sendo assim, um dos tópicos da narrativa da censura que tocam o tópico da guerra psicológica adversa:

> … desenvolvia a tese de que a 'crise moral' era fomentada pelo 'movimento comunista internacional' com o propósito de abalar os fundamentos da família, desencaminhar os jovens e disseminar maus hábitos — sendo, dessa maneira, a antessala da subversão. O Decreto-lei de 1970, por exemplo, em seus consideranda, afirmava que o emprego dos meios de comunicação para esses fins 'obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional'. Tal desvario, porém, não esteve circunscrito aos militares, tendo sido absorvido e reinterpretado também pelas pessoas comuns que escreviam à DCDP. (…) Assim, 'desagregação' da 'família brasileira' era o objetivo inicial da subversão, afinal 'o comunismo começa não é pela subversão política. Primeiro, ele deteriora as forças morais, para que, enfraquecidas estas, possa dar o seu golpe assassino'. Desse modo, a censura era instada a não esquecer, jamais, 'que vivemos uma 'guerra total, global e permanente', e o inimigo se vale do recurso da corrupção dos costumes para desmoralizar a juventude do país e tornar o Brasil um país sem moral e respeito:
> Essa é a tática dos inimigos da Pátria, solapar a família, corromper a juventude, disseminar o amor livre, a prostituição e toda sorte de degradação do povo. Feito isso, nada mais precisa ser feito para se dominar um País'. (Fico, 2004, p. 262).[31]

As partes da citação acima entre aspas simples são trechos de cartas expostos pelo autor e servem de exemplo acerca da opinião pública da época, algo que também se verifica no seguinte trecho:

> Em muitas cartas as mulheres eram tratadas como incapazes: 'nossas mulheres, dotadas, mentalmente, igual à criança, absorvem todas essas imundícies [da TV]'. Um filme como D. Flor e seus dois maridos 'só deveria ser exibido para homem'(...) a presença erótica de mulheres na TV, como [as] que dançavam em programas de auditório, ofendia ou excitava, pois muitas reclamações quase chegavam a ser eróticas: 'manecas despudoradas e de formação duvidosa'; 'mulheres exibem sensualmente suas exuberâncias [...] balançando licenciosamente seus exuberantes mamões'. (Fico, 2004, p. 270).

A maioria das cartas remetidas ao órgão censor provinha de homens, em segundo lugar vinham de "entidades diversas, como associações cívicas, clubes de serviços e as próprias empresas atingidas, como as emissoras de TV, produtoras de filmes ou editoras de livros e revistas (…) em terceiro lugar vinham as mulheres individualmente" (Fico, 2004, p. 269). Todavia, vale salientar que os temas das reclamações por censura moral eram em maioria relativos à sexualidade. Além de denunciarem pornografia, protestavam contra:

> a aparição do nu masculino e o homossexualismo também se inserem nesse contexto de censura moral. (...) O homossexualismo, para uma mulher que escreveu ao ministro da Justiça, era causado pelo abandono da prática de educar-se os jovens em colégios separados, uma educação 'de rendinhas e perfume' para as meninas e de 'botinas e cigarro' para os meninos.' Todo tipo de menção ao homossexualismo motivava reclamações, especialmente quando relacionada a artistas famosos: 'muitos gays estão, para nosso descrédito e vergonha, brilhando na constelação artística nacional [...] Se, como soubemos, a AIDS, realmente, ataca os putos, que ela, à falta de coragem para uma sanidade moral, seja muito bem-vinda". (Fico, 2004, p. 274).

[31] Ratifica-se aqui a razão de a proximidade de Padre Zezinho com o público jovem ser de especial atenção por parte das Forças Armadas. A juventude era um público de especial atenção para o governo.

Ainda sobre o público feminino, destaca-se que:

> Mesmo a publicidade das 'precauções da higiene feminina' causava desconforto, inclusive entre (...) mulheres que não gostavam de ser lembradas, a todo momento, de 'nossa tão mísera condição'. Depois de assistir ao filme *A dama do lotação*, assim se expressou uma missivista: 'sinto nojo de ser mulher. Estou com vergonha de me olhar no espelho'. (Fico, 2004, p. 270).

Outro fator que colaborou para o mencionado *ofuscamento* da censura moral sobre a política ocorreu em consequência do decreto 1.077 de 26 de janeiro de 1970, no qual se "faz referência 'à moral e aos bons costumes', à 'instituição da família, aos 'valores éticos' e 'à formação sadia e digna da mocidade'" (Garcia, 2021, p 78). Foi aí que a Censura se concentrou "na formação das crianças e dos adolescentes" (Garcia, 2021, p. 81). Ao término da década o supracitado decreto foi desativado e com isso permitiu-se nas letras de músicas "texto político, desde que não fosse injurioso às autoridades constituídas, nem [representasse] mensagem de violência contra o regime e 'desde que não apresentasse crítica ofensiva à moral e à dignidade das autoridades constituídas" (Garcia, 2021, p.82).

Esse dado suavizou a censura política, porém não a anulou e a continuidade de suas atividades se deu pelo fato de ela estar intimamente alinhada com as questões de Segurança Nacional, como descrevemos anteriormente.

De maneira geral, tal qual afirma Napolitano (2014, p. 133), a censura política "foi eficaz como parte do tripé repressivo, limitando o alcance da criação artística e a circulação de opinião e de informações de interesse geral, (…) [complementando] o trabalho dos setores de informação e repressão, influenciada pela comunidade de informações.". Esta última, ainda de acordo com Napolitano (2014, p. 132), era composta por todo o aparato governamental, as três forças armadas e todas as suas subdivisões, inclusive as polícias — lembrando que os censores eram policiais federais. Como comprovação, "há expressiva documentação produzida por agentes e instituições, policiais e militares" que se utilizavam de sua ampla rede, fazendo circular as informações — confidenciais — por "todas as instâncias do governo" (Garcia, 2021, p. 78).

Em adição, grande parte desta documentação está disponível, por exemplo, no site do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), onde foram encontrados os documentos oficiais utilizados como base da presente pesquisa. A "comunidade de informações" constituía-se em uma espécie de "entidade maior", chegando ao que foi chamado de "supercensura" por Fagundes (citado por Garcia, 2021, p. 80).

Da data da criação efetiva da censura de diversões públicas, em 1945, até o ano de sua extinção, em 1988, esse órgão federal se organizou em um dos principais instrumentos de controle e de manutenção da opinião pública — tanto enquanto censura política, justificada pela Lei de

Segurança Nacional (LSN) quanto enquanto censura moral, empregada como ferramenta de conservação dos "bons costumes" e da cultura aceita e praticada pela maioria da população da época.

Nesse sentido, como afirmou Clastres (2003, p. 169), "toda a tomada de poder é também uma conquista da palavra". A leitura de *Prezada censura: cartas ao regime militar* (Fico, 2021) parece confirmar essa perspectiva — não apenas como "conquista", mas também como alicerce do *status quo* — ao revelar que a censura moral não era apenas imposta pelo Estado, mas também alimentada pela vontade popular.

Durante a ditadura civil-militar, a censura, de uma ação originária mais rigorosa e centralizada (1967/68), passou por uma fase instável ao final da década de 1970 e então transformou-se numa atividade burocrática e inexpressiva no fim da ditadura. (Garcia, 2008, p.13).

2.2. Do processo de submissão das letras à DCDP e do treinamento dos censores

O processo da censura sofreu variações ao longo de seu tempo de atividade, entretanto, durante o período que circunda a produção e o veto do álbum *Oferenda*, ele ocorria da seguinte forma: o artista ou a instituição que a ele representava — no caso de Padre Zezinho, a PIA Sociedade Filhas de São Paulo, Irmãs Paulinas — preenchia via datilografia um requerimento contendo as letras das canções e o enviava à DCDP, um censor recebia o documento, o analisava e emitia seu parecer, impugnando, vetando, aprovando ou sugerindo alterações no conteúdo. Após este parecer ser produzido, se vetada ou impugnada a obra, os responsáveis podiam pedir uma revisão do parecer ou interpor um recurso, o qual era então analisado por outros três censores (Mostaço, 2014, p. 24). Vale salientar que somente as letras das canções eram analisadas, sendo harmonia, ritmo, melodia, estilo e estética musical, ignorados.

A lei nº 5.536 de 21 de novembro de 1968 passou a identificar os censores como "técnicos de censura" e, devido ao fato de haver urgência em se aumentar o quadro de policiais federais destinados a esse fim, o Departamento de Polícia Federal (DPF) realizou o primeiro curso intensivo de formação de censores. Neste caso, foram inscritos e pré-selecionados servidores da própria Polícia Federal (PF), não se exigindo nível superior para as vagas. Isso ocorreu também devido a uma determinação legal de 1967, a qual impedia a abertura de novas vagas enquanto houvesse profissionais capacitados (Carneiro, 2021, p. 208).

Foi desta maneira que Coriolano de Loyola Cabral Fagundes iniciou sua carreira como censor. Este, em se tratando do treinamento dos censores, ao longo da história da Censura e através da

bibliografia especializada, é um nome que majoritariamente se destaca (nos dois volumes de *Censura no Brasil Republicano*, 2021).

Além de ter sido admitido como censor dentro deste regime especial, e ainda quando o órgão se chamava Serviço de Censura de Diversões Públicas (1961), Fagundes foi o primeiro técnico de censura a possuir um diploma de graduação e, durante sua carreira no órgão, foi também professor do Curso de Censura — o qual formava os censores, instituído em 1967 —, escritor de extenso material didático para o referido órgão federal, sendo o autor do livro *Censura & Liberdade de Expressão* (Taika Ltda. Edital, 1974), um compêndio do que era trabalhado tanto nos cursos de formação quanto na realidade diária dos servidores. Em 1985, ele substituiu Solange Hernandes,"a dama da tesoura" (Garcia, 2008, p. 231) na direção da DCDP.

Em *Censura & Liberdade de Expressão*, o censor reflete:

> … é preciso esclarecer que o censor é um policial federal: 'do ponto de vista executivo, o trabalho realizado pelo fiscal de censura é eminentemente policial, de inspeção em estabelecimentos de divertimento coletivo, razão pela qual são utilizados para a missão agentes de Polícia Federal (...) cada agente, ao ser lotado na Censura, deve, antes de mais nada, divorciar-se da conduta truculenta adotada nas delegacias, cadeias, [nos] presídios e em missões outras de policiamento ostensivo e ter sempre em mente que não mais estará privando com marginais e criminosos (…) como todas as outras pessoas [a posição de censor], tem os dois lados, o profissional e o humano. Sob o primeiro aspecto, como guardião da moral coletiva e por força de ofício, é obrigado a tomar medidas disciplinadoras da liberdade de criação e de expressão, ação que a torna antipatizada pelo indivíduo ou pequeno grupo atingido. Contudo, fora de seu ambiente de trabalho, o censor é um cidadão como outro qualquer, dotado de sensibilidade, de censo estético, de inteligência suficiente para ser inebriado, enlevado, extasiado por obras artísticas de mérito (citado por Mostaço, 2021, p. 36-37).

Apesar de a Presidência da República eventualmente autorizar contratações temporárias, o primeiro concurso público para o cargo de técnico de censura foi realizado somente no ano de 1974 (Carneiro, 2021, p. 208). Foi a partir dele que surgiu a exigência de que os servidores tivessem curso superior (Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia). Em adição, por serem policiais federais, todos os candidatos passavam por avaliação física — teste Cooper — e psicotécnica (Garcia, 2021, p. 67 e Carneiro, 2021 p. 206).

O Curso de Censura possuía uma carga de 500 horas e era ministrado por funcionários experientes como Fagundes, docentes da Universidade Brasília (UnB), da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Carneiro, 2021 p. 209), além de artistas e figuras ligadas à Inteligência do Exército (Carneiro, 2021, p. 210 e Garcia, 2021, p. 67 e 76). É oportuno salientar que os servidores passavam periodicamente por cursos e seminários, jornadas e palestras de aperfeiçoamento, sobretudo na década de 1980 (Carneiro, 2021, p. 220).

Vale ressaltar que o treinamento trazia as disciplinas de Introdução à Ciência Política, Introdução à Sociologia, Psicologia evolutiva e Social, Técnica de Cinema, Técnica de Televisão, Comunicação Social, Literatura Brasileira, Ética Profissional, Técnica Operacional e Segurança Nacional (Fagundes, 1974, p. 91 citado por Mostaço, 2021, p. 37).

Na disciplina de Técnica Operacional e Segurança Nacional, constava o estudo da Lei de Segurança Nacional, diretamente ligada à censura política, dentro deste assunto, o que poderia "motivar proibição ou corte" seriam aqueles assuntos direta ou indiretamente ligados:

> `a ações atentórias à segurança nacional a comunicação social, em forma de espetáculo, que (…) represente incitamento contra o regime (...) sirva de veículo para pregação doutrinária contra o regime adotado no país (…) incite a adoção de guerrilhas ou guerras civis, como meio de assunção ao poder; insufle movimento de greve, provoque convulsão social, instigada por agitadores infiltrados em determinada coletividade, como no meio estudantil ilegal ofenda à dignidade e ao interesse nacional (…) induza o desprestígio das forças armadas (…) instigue contra a autoridade por meio de insinuações desrespeitosas das instituições; do desvirtuamento dos fatos, de natureza a despertar revoltas contra decisões de dirigentes executivos (…) da provocação de revolta contra a ação de agente da lei, tanto civil como judiciário ou militar (…) estimule a luta de classe (…) atente contra a ordem pública (…) incite preconceitos étnicos procurando despertar animosidades entre o homem branco e o de cor ou de um destes contra qualquer colônia de imigrantes, ou vice-versa (Fagundes, citado por Mostaço, 2021, p. 38 - 39).

Desta forma, o texto de Fagundes se apresenta bastante correlato à lei de censura, posto que os censores analisavam somente as letras das canções, com foco em possíveis trechos de significado subversivo, os quais provavelmente sofreriam em veto ou corte. Em virtude da existência da Censura, boa parte do material produzido e à DCDP submetido era veiculado por meio de metáforas. Ou seja, os artistas dissimulavam as letras das canções, por saberem que os trechos de crítica ao governo, seriam excluídos. Assim sendo, as análises dependiam não apenas do treinamento do técnico de censura, mas de sua interpretação. Sendo assim, apesar de toda a teoria absorvida, ou ao menos estudada, a decisão sobre o que vetar ou não era imbuída de subjetividade.

Convém adicionar que os censores também analisavam erros de ortografia e gramática (Garcia, 2008, p. 257) e que em alguns casos, julgavam o nível estético da obra, haja vista que diversos dos profissionais que para eles lecionavam eram profissionais da área de Artes (Carneiro, 2021, p. 210 e Garcia, 2021, p. 67 e 76).

Por outro lado, novamente Fagundes, citado por Mostaço (2021, p. 40-41), ao observar que o campo da censura moral e o da política eram muitas vezes de difícil separação, afirma que eram tomados como princípios para a execução da censura:

> a) Ofensa ao decoro público. (…) o que a lei condena são os excessos, que chocam e deseducam a sociedade, ofendendo-lhe a noção de decência, de retidão moral, de honra, de pundonor. (…) são nacionalmente repelidas práticas como a dissolução da família, de aborto como controle de natalidade, de amor incestuoso, de adultério, de anomalias sexuais, etc.
> b) Divulgação ou indução aos maus costumes". A definição de bons costumes está intimamente ligada à acepção moral. Se se refere ao costume, diz respeito àquilo que é usual, habitual, cotidiano, trivial na conduta de um membro de determinada sociedade. Se são bons,

> são moralmente sadios, válidos, louváveis dentro daquele contexto social. Seriam eles, então, as condutas consagradas pela tradição e que impondo-se aos indivíduos de uma sociedade se transmitem através das gerações, como modelos de atitudes ideais. São (…) a prática da honestidade, da lealdade, da gratidão, do amor ao próximo, do altruísmo, da abnegação, do desprendimento, do patriotismo, da caridade, da aversão ao vício, à corrupção, às intemperanças sexuais, à lascívia etc. Não é, pois, válido nem admissível, face à legislação da censura, procurar-se, através da diversão pública, subverter essa ordem de valores morais, ou confundi-la. Por isso são igualmente passíveis de interdição as obras contendo o exercício do furto, mentira, preguiça, traição, hipocrisia, desonestidade, falta de cumprimento do dever, com benefícios para o praticante desses atos;
> c) Sugestão ainda que velada ao uso de entorpecentes. (…) ao que parece, o legislador entendeu que, quanto mais se debate o problema publicamente, mais se desperta curiosidade para o uso de alucinógenos. Por esse motivo a proibição definitiva e expressa.

Percebe-se aqui haver uma relação entre o texto, a legislação e a cultura judaico-cristã ocidental, pois o que se entende por "moralmente correto" está alinhado tanto com os dez mandamentos expressos no Antigo Testamento ("não matarás, não cometerás adultério, não furtarás, não levantarás falso testemunho contra teu próximo, não cobiçarás a casa do teu próximo; não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem seu escravo, nem sua escrava, nem seu boi, nem seu jumento, nem nada do que lhe pertence.")[32], quanto com os pecados capitais, baseados na Bíblia católica: luxúria, preguiça, soberba, ira, inveja, avareza e gula[33].

Não parece ser coincidência que nos anos 1980 o Brasil apresentasse uma presença social majoritariamente cristã, com predominância do catolicismo romano. De um total de 1.176.908 pessoas recenseadas pelo censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 1980, 992.693 se declararam católicas romanas, enquanto 89.247 professaram-se protestantes tradicionais ou pentecostais. Assim sendo, 1.081.940 indivíduos — ou 91,9% da população — se identificavam como cristãos (IBGE, 1983, p. 6, seção 1 — *Dados Gerais: Resultados para o Conjunto da Unidade da Federação*).

Adiante, Fagundes reflete sobre as motivações sociopolíticas para a existência da Censura no Brasil e em outros países do globo, o que carrega uma relação mais clara com a censura "política":

> A missão fundamental do governo é, então, a de organizar e orientar o povo, disciplinando as relações dos indivíduos entre si e com o Estado. Sua ação é orientada no sentido de proporcionar ao cidadão o máximo de liberdade possível, para que este possa exercitar o direito inalienável de procurar a felicidade, sempre que a conduta individual não seja perniciosa a outrem ou à sociedade. É aí que nasce, no campo do entretenimento coletivo, a necessidade de um órgão estatal, com a atribuição de exercer a censura. (…) O censor tem a obrigação funcional e social de vetar, total ou parcialmente, todo o espetáculo que, pelo conteúdo de obscenidade, de violência, de doutrinação política exótica, de desrespeito tanto às instituições como a seus agentes, resulte em mensagem contrária à cultura e às aspirações nacionais (Fagundes, 1974, p. 24 citado por Mostaço, 2021 p. 43).

[32] Êxodo 20:13–17 (Bíblia Sagrada, 2015).

[33] Provérbios, 6:1–35 (Bíblia Sagrada, 2015).

Pode-se notar que a intimidade entre as duas censuras, a política e a moral, é intensa. Logo, em alusão à Lei de Segurança Nacional (LSN), todo o cidadão que, através da expressão de sua opinião, ação ou atividade simbólica pudesse ser percebido como ameaça à ordem instituída em virtude de contrariar a cultura e suas aspirações nacionais, chamaria a atenção das forças armadas e se tornaria alvo de vigilância. No caso de um compositor como Padre Zezinho, dada a obrigatoriedade legal da apreciação das letras musicais por parte da DCDP (Divisão de Censura de Diversões Públicas), ele seria passível de sofrer ação de censura, fosse pela utilização do veto, de recomendações de trocas de expressões, cortes etc. (Mostaço, 2021).

Assim sendo, o veto ao álbum *Oferenda* atesta o que sugere Mostaço (2021, p. 39) em relação à Lei de Segurança Nacional: ela "serviu de guarda-chuva à ação da Censura, interligando temas políticos, morais e religiosos" e, em suma, a censura de diversões públicas, dividida entre política e moral, como sentinela tanto da LSN quanto "dos bons costumes da sociedade", se constituiu como importante instrumento de manutenção do poder e regulação simbólica da linguagem e das ideias por ela veiculadas.

2.3. A Censura e a música cristã popular: perseguições e vetos

Para a produção da presente seção, é necessário salientar que a revisão da bibliografia especializada sobre censura e especialmente censura à música no Brasil — incluindo Garcia (2008; 2021), Mostaço (2021), Napolitano (2014) e Fico (2002; 2021), entre outros, não registra nenhum caso de veto ou impugnação a letras musicais religiosas. Esta pesquisa é, portanto, até este momento, a primeira a tratar especificamente de um registro de veto a uma produção musical cristã.

Para efeito de rigor metodológico, foram pesquisados primeiramente nomes de outros padres cantores, ou compositores católicos atuantes no período de 1970 a 1985. Sob tal panorama, encontramos os nomes do Pe. Jonas Abib, do Pe. Irala[34] e do Pe. Lucas de Paula. Entretanto, ao inserir seus nomes no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), observamos constar apenas 8 resultados em relação ao nome de Abib, nenhum deles correspondendo a requerimentos de letras submetidos à DCDP (Divisão de Censura de Diversões Públicas) e um ao nome de Irala, sendo esse um requerimento[35] cuja imagem do arquivo aparentemente está ausente no site, havendo apenas o

[34] Pe. Irala foi quem ensinou Pe. Zezinho a fazer música, bem como, ele lançou seu primeiro Long Play um ano antes de Zezinho, em 1968, também pela Paulinas. Os dois padres foram muito amigos. Pode-se conferir mais sobre o assunto no link: https://www.youtube.com/watch?v=yiBEr4gmFbI, bem como no site do grupo fundado por Irala: https://opa.art.br/opa/.

[35]Endereço eletrônico do requerimento contendo o nome do Pe. Irala: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1394297&v_aba=1. Acesso em 6 Abr de 2026

registro sem maiores informações. Pe. Lucas, por sua vez, não possui citações no SIAN. Reiteramos, então, que Padre Zezinho foi o único artista de música religiosa a receber vetos.

Ainda sobre os citados padres, recentemente a *BBC News Brasil* publicou uma matéria sobre Zezinho: "Por que Padre Zezinho está (de novo) na mira de católicos tradicionalistas: 'Sou agredido todos os dias, falam que sou um câncer para a Igreja'". A matéria também anuncia o lançamento de sua primeira biografia autorizada, tese de doutorado de sua assistente, a jornalista Gabi Bonvechio[36] e traz alguns comentários sobre ela. Um deles revela:

> que foi formado um grupo de religiosos em 1969, com oito padres de estilos diferentes que passaram a se reunir periodicamente — em uma tradição que durou até 1980.
> Entre eles, estavam Jonas Abib (1936-2022), que depois se notabilizaria como fundador da comunidade Canção Nova e um dos principais expoentes do movimento conservador Renovação Carismática Católica (RCC), e também o padre jesuíta Casimiro Irala (1936-2024), músico paraguaio radicado no Brasil e integrante da Ação Católica, grupo conhecido pela ênfase na doutrina social da Igreja.
> Eram místicas diferentes, lembra Zezinho. 'Mas a gente era muito amigo, coisa assim de irmão'. 'Brincava com padre Jonas: sua mística é ensinar a orar, a minha é ensinar a partilhar. Não pensávamos igual, mas nos amamos do mesmo jeito.'
> Com Irala, disse que aprendeu muito sobre música também. (Veiga, 2026, texto online).

Como no SIAN não foram encontrados requerimentos que citassem os nomes dos mencionados padres, fizemos uma busca dos nomes dos principais compositores evangélicos ligados à chamada Música Popular Brasileira Religiosa (MPBR). Esta sigla se refere ao "movimento denominado MPBR (Música Popular Brasileira Religiosa) representado pelos nomes de Jaci Maraschin, Laan Mendes de Barros, Simei Monteiro, Sérgio Marques Lopes, Valdomiro Pires de Oliveira" (Mendonça, 2016, p. 118). No entanto, não localizamos qualquer requerimento de letras musicais relacionados a seus nomes.

Ou seja, para efeito de comparação e elucidação, não foi encontrada documentação primária oficial sobre a música engajada protestante, ou documentação equivalente aos requerimentos de letras submetidos à DCDP. Sendo assim, esta subseção é baseada em pesquisas já publicadas (Mendonça, 2016; Barros, 2012) sobre a temática em questão.

Compreendemos, pois, que houve na história da música no Brasil, um momento em que se produziu música cristã de protesto — tanto entre os católicos, tendo Padre Zezinho como expoente, quanto entre protestantes, especialmente batistas — e que esse momento ocorreu exatamente durante a ditadura civil-militar. Buscamos então, estudar as raízes do fenômeno e suas implicações.

No artigo *A canção do Senhor na terra dividida: a música engajada dos protestantes brasileiros sob repressão militar e religiosa* (Mendonça, 2016), observamos que o autor examina uma

[36] Padre Zezinho, a título de curiosidade, nos enviou um exemplar do mencionado livro. Devido, entretanto, ao fato de ele ter chegado aproximadamente um mês após a conclusão desta pesquisa, não nos referimos a ele.

seleção de cânticos protestantes socialmente engajados produzidos nos anos 1970, demonstrando e analisando a ocorrência de uma polarização política e ideológica neste nicho.

Naquela década, alguns dos setores evangélicos mais politizados, influenciados principalmente pela Teologia da Libertação (TL) católica, passaram a criticar não apenas a "letargia espiritual" (Mendonça, 2016, p. 129) pregada em suas igrejas, como a consequente passividade política que a acompanhava. Para Laan de Barros (1988, p. 126), a mensagem geral cristã seria, para determinados protestantes, a de que os problemas desse mundo viriam a ser todos solucionados no Apocalipse, uma "abordagem escatológica que apontava somente para o porvir, um enfoque da fé cristã totalmente desvinculado da realidade social, tratando o tema de maneira romântica, idealista".

Assim sendo, em síntese, a humanidade não deveria ou necessitaria tomar nenhuma atitude direta em prol de qualquer mudança social, pois escatologicamente, tudo seria resolvido por Deus, no fim dos tempos.

Vale colocar que Mendonça estuda o fenômeno em sua parábola temporal total, das primeiras manifestações dos músicos protestantes engajados até o que seria o fim do movimento, enquanto que Barros traz uma perspectiva mais focada no fato de o movimento ter existido, não realçando as razões de ele ter terminado. Trata-se, assim de uma análise mais factual e pontual do que crítica, ao contrário de Mendonça, sob nossa ótica. Ainda assim, trata-se de dois trabalhos acadêmicos complementares.

Tomando em consideração o fato de ter havido um movimento progressista entre os músicos cristãos brasileiros, mais especificamente entre os anos 1970 e 1983, destaca-se que, entre os protestantes, ele foi influenciado tanto pela TL, quanto pelas canções de protesto dos músicos da MPB:

> As canções politizadas dos protestantes ecoavam as canções de protesto dos festivais dos anos 1960 (Festival da Música Popular Brasileira — TV Record, Festival Internacional da Canção — TV Globo) e a crítica social de Chico Buarque presente nas canções do LP *Construção* (Phonogram/Philips, 1971) e no compacto simples *Apesar de Você* (1970). (Mendonça, 2016, p. 116-117).

A Teologia da Libertação foi um movimento sistematizado na América Latina pelo teólogo católico peruano Gustavo Gutiérrez (Fatareli, 2008, p. 130, citado por Barros, 2021, p. 16), que escreveu e publicou em 1971: "*Teologia da Libertação: Perspectivas*". Esta vertente da esquerda católica combinava Bíblia e marxismo e visava à libertação política e espiritual das camadas populares marginalizadas." (Mendonça, 2016, p.129).

Michael Löwy em sua obra *O que é Cristianismo da Libertação?: religião e política na América Latina* (2016) completa:

> ... a Teologia da Libertação é um corpo de textos produzidos a partir de 1970 por figuras latino-americanas tais como Gustavo Gutiérrez (Peru), Rubem Alves, Hugo Assmann, Carlos Mesters, Leonardo e Clodovis Boff, Frei Betto (Brasil), Jon Sobrino, Ignacio Ellacuría (El Salvador), Segundo Galilea, Ronaldo Munoz (Chile), Pablo Richard (Chile-Costa Rica), José

> Miguez Bonino, Juan Carlos Scanone, Ruben Dri (Argentina), Enrique Dussel (Argentina-México), Juan-Luis Segundo (Uruguai), Samuel Silva Gotay (Porto Rico), para mencionar apenas o mais conhecidos.
> No entanto, como afirmou Leonardo Boff, a Teologia da Libertação é (...) a expressão de um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 1960. Esse movimento envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), bem como várias organizações populares criadas por ativistas das CEBs; clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses ou trabalhadores etc. Sem a existência desse movimento social não poderíamos entender fenômenos sociais e históricos de tal importância como a emergência do novo movimento operário no Brasil e o surgimento da revolução na América Central (...). Normalmente, refere-se a esse amplo movimento social/religioso como 'Teologia da Libertação'". (p.74-75).

Completando a afirmação de Mendonça, supracitada e ainda de acordo com Löwy (2019, p. 92-93), no ano de 1972, houve a primeira reunião do movimento dos Cristãos para o Socialismo, da américa Latina. O evento ecumênico foi alocado em Santiago do Chile e foi composto por católicos e protestantes. Esse evento:

> ... representou a forma mais radical da Teologia da Libertação, chegando ao extremo de tentar elaborar uma síntese entre o marxismo e o cristianismo – o que fez com que o episcopado chileno logo o premiasse com uma proibição. A resolução final da reunião (...) declarou o apoio dos participantes, como cristãos, à luta pelo socialismo na América Latina. Uma das sessões desse documento histórico explica a dialética da fé e da revolução nos seguintes termos:
> A presença real da fé no próprio coração da práxis revolucionária dá lugar a uma interação fecunda. A fé cristã torna-se um fenômeno essencial e dinâmico para a revolução. A fé intensifica a exigência de que a luta de classes avance com determinação em busca da libertação de todos os homens – especialmente aqueles que sofrem as formas mais intensas de opressão. Ela fortalece também nossa aspiração de uma transformação total da sociedade, e não de uma mera transformação das estruturas econômicas. Assim, entre cristãos compromissados e através deles, a fé faz uma sociedade que é qualitativamente diferente da atual, e para o surgimento de um homem novo.
> (...) Os cristãos que participam do processo de libertação serão levados a compreender claramente que as necessidades da práxis revolucionária os força a redescobrir os temas centrais da mensagem do evangelho – só que, agora, eles estarão livres de sua roupagem ideológica. O verdadeiro contexto para a fé viva nos dias de hoje, é a história da opressão e da luta pela libertação dessa opressão. Para nos situarmos nesse contexto, no entanto, precisamos realmente participar do processo de libertação, pertencendo aos partidos e organizações que sejam instrumentos autênticos da luta da classe trabalhadora.

Vale dizer que o Vaticano emitiu em 1937 a encíclica *Divinis Redemptoris* ("do Redentor Divino", Pio XI), na qual consta:

> 58. Procurai, Veneráveis Irmãos, que os fiéis não se deixem enganar! O comunismo é intrinsecamente perverso e não se pode admitir em campo nenhum a colaboração com ele, da parte de quem quer que deseje salvar a civilização cristã. E, se alguns, induzidos em erro, cooperassem para a vitória do comunismo no seu país, seriam os primeiros a cair como vítimas do seu erro; e quanto mais se distinguem pela antiguidade e grandeza da sua civilização cristã as regiões aonde o comunismo consegue penetrar, tanto mais devastador lá se manifesta o ódio dos "sem-Deus". (Pio XI, 1937, n. 58).

Além disso, a Igreja Católica também, investigou vários clérigos comprovadamente progressistas, tendo eles sofrido penalidades. Um exemplo é o frei brasileiro Leonardo Boff, que no

ano de 1985 foi submetido à sanção do *silêncio obsequioso* em razão de suas teses na obra *Igreja: Carisma e Poder: ensaios de eclesiologia militante* (Marinho, 2015, p. 14).

Em relação ao Padre Zezinho, Veiga (2026) traz:

> Como suas canções sempre foram mais com mensagens sociais do que de louvor, ele acabou sendo associado à linha Teologia da Libertação (TL), (...) [fato que] Desde aqueles primeiros anos, era uma postura que o deixava alvo de críticas dos conservadores.
> Padre Zezinho é cuidadoso nas palavras. Refuta ser chamado de progressista, porque entende que isso deixa os conservadores na posição antagônica de 'atrasados': 'Sou atualizador. Respeito os conservadores e respeito os progressistas'.
> Sobre a TL, ele gosta de ser específico. 'Sou da TL bíblica[37], não da TL marxista', comenta. Diz que seu viés é a libertação que está nos textos sagrados, em prol do ser humano. 'É por aí que eu vou', ressalta, lembrando que suas músicas falam das alegrias, das esperanças, das dores e das lutas do 'povo de Deus'.
> 'Fiz música de doutrina social. Música de justiça e paz'.

A literatura da TL atingiu também os protestantes, conforme diz o músico presbiteriano Décio Lauretti: "eu havia lido 'Jesus Cristo, Libertador', do Leonardo Boff, que me impressionou bastante. (…) os textos de Rubem Alves (…) de John Robinson, Tillich, Bonhoefer e tantos outros [que] sedimentaram em mim uma visão menos conservadora do que a então vigente na Igreja Presbiteriana do Brasil". (citado por Mendonça, 2016, p. 118-119). Em decorrência, surgiu a canção cristã protestante de protesto e o já citado movimento MPBR (Música Popular Brasileira Religiosa). Nessa perspectiva, foram compostas canções que tanto discutiam assuntos que tangiam a esfera do "litúrgico/religioso" quanto a do "político/ideológico" (Mendonça, 2016, p. 115)

As letras das canções inspiravam repetidamente a ações "para a implantação de justiça social no mundo terreno "agora mesmo", de forma que não se deixasse a idealizada mudança social exclusivamente por conta do Divino, "no futuro, num dia por vir." (Mendonça, 2016, p. 115-116).

Para efeito de esclarecimento, Mendonça (2016) recorre aos termos dicotômicos "engajados" e "alienados" que foram usados nos anos 1960 e 1970 em referência à divisão ideológica observada na música popular brasileira. Os chamados "engajados" eram artistas tidos como politizados, como Geraldo Vandré (em canções como "Pra Não Dizer que Não Falei das Flores") e Chico Buarque (em canções como "Apesar de Você"), enquanto os alienados eram aqueles vistos por quem se considerava engajado como politicamente descompromissado, como os artistas da Jovem Guarda, ou mesmo ligados à MPB, como Elis Regina. Nesse sentido, as canções cristãs socialmente engajadas estariam alinhadas, na avaliação de Mendonça (2016) e Barros (2021), ao discurso de resistência política de determinados artistas populares, ao passo que o compositor cristão tradicional, ou "conservador,

[37] A expressão "TL bíblica" constitui um recurso de autoidentificação do próprio Padre Zezinho, não correspondendo a uma divisão conceitual ou historiográfica da Teologia da Libertação. Seu uso do termo objetiva delimitar seu trabalho e sua postura no âmbito da Doutrina Social da Igreja e da mensagem evangélica, esclarecendo sua oposição às leituras de cunho marxista.

como denomina Barros (2021, p. 14), estaria contado entre o grupo de músicos "alienados". A analogia feita pelos autores se dá somente por busca de comparação com os movimentos musicais e políticos observados concomitantemente nas atividades musicais secular e cristã.

De acordo, então, com a perspectiva dos evangélicos engajados, a canção tradicional remetia reiteradamente:

> ao segundo advento de Cristo e ao Juízo Final como soluções únicas para os males do mundo. A canção evangélica não politizada e os hinos protestantes 'importados[38] configurariam também uma "catarse escapista", pois embora ressaltem os temas da fraternidade, a mudança integral da sociedade só poderia ser efetivada por uma entidade divina. (Mendonça, 2016, p. 125).

A seguir, a título de exemplo, colocamos quatro trechos de canções de protesto protestantes escolhidas e estudadas por Mendonça e Barros:

> "A oferenda dos sentidos"
>
> Mil vozes eu quisera ter pra proclamar o teu amor
> E celebrar com gratidão o teu louvor
> Mil vozes eu quisera ter pra denunciar a escravidão
> As injustiças sociais e protestar
> Mil olhos eu quisera ter pra ver no céu, no mar, na flor
> Tua face salutar e te adorar
> Mil olhos eu quisera ter pra te encontrar também na dor
> Dos desolados e sem lar, e protestar
> Ouvidos mil quisera ter pra ouvir contrito a tua voz
> E no silêncio da manhã ficar feliz
> Ouvidos mil quisera ter pra ouvir também o teu clamor
> No grito amargo da opressão e protestar.
>
> *Que estou fazendo?* (João Dias de Araújo / Décio Lauretti)
>
> Milhões não sabem como escrever, milhões de pobres não sabem ler
> Nas trevas vivem sem perceber que são escravos de um outro ser
> Que estou fazendo se sou cristão, se Cristo deu-me o seu perdão?
> Há muitos pobres sem lar, sem pão, há muitas vidas sem salvação
> Aos poderosos eu vou pregar, aos homens ricos vou proclamar
> Que a injustiça é contra Deus e a vil miséria insulta os céus (Araújo;Lauretti, 1989)
>
> *Esperança* (Jaci Maraschin)
>
> Aprisionado numa só cadeia
> O povo quer e busca libertação
> Que os desolados, os pobres e os sem lar
> possam cantar, vibrantes,
> a vitória de um reino que começa aqui e agora
>
> "Canto o Novo Canto da Terra" (Simei Monteiro)
> Quero mudar a face do mundo
> E dar-lhe amor mais profundo,
> Senhor, do que se costuma dar.

[38] Para maiores esclarecimentos sobre a influência de culturas estrangeiras no protestantismo brasileiro, ver também Barros, 2021, p. 40;66.

> Pois Cristo veio e morreu, e veio para ficar,
> E vem comigo lutar, lutar,
> E vem comigo lutar, vem lutar, vem lutar (Maraschin, 1987).

Por meio desses trechos, percebe-se que como nos textos de Padre Zezinho, e como se verá nas letras do álbum *Oferenda*, primeiramente os versos inspiram à conscientização de seus ouvintes em relação à existência de diferentes realidades sociais e às inerentes dificuldades e sofrimentos das pessoas que nelas se encontram. Mas, posteriormente, cobram do ouvinte uma ação, um movimento individual contestador que nos recorda a coragem civil de Heuer (2014) e que, no presente contexto, pode até ser violento, haja vista os versos de Maraschin supracitados.

Enfim, "os compositores da nova canção cristã, cientes de que 'quem sabe faz a hora, não espera acontecer', não postergavam a libertação para um futuro porvir, e sim, requeriam-na no presente, promovendo um enfoque religioso consciente da realidade social." (Mendonça, 2016, p. 123).

Em adição, são citados por Mendonça (2016) e Barros (2021) o fato de ter havido seminários, coletâneas e discos gravados pelos músicos engajados do MPBR (Música Popular Brasileira Religiosa). Houve inclusive "debates realizados pela Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE) na década de 1970" (Mendonça, 2016, p. 118). Estes debates abordaram a utilização "dos gêneros musicais nacionais na liturgia e legaram uma conscientização quanto ao posicionamento da igreja em relação às questões nacionais mais urgentes." (Barros, 2021, p. 66).

Mendonça (2016, p.116), porém, aponta que as canções engajadas protestantes não sobreviveram às areias do tempo, não tendo o movimento se estendido para além da década de 1970: "os aspectos musicais e ideológicos dessas canções nem encontraram fácil aceitação entre os evangélicos nem se tornaram conhecidos no âmbito da canção brasileira de protesto". Ou seja, a adesão dos músicos protestantes à canção de protesto foi pequena, posto que a maioria tanto dos compositores quanto dos fiéis era de linha conservadora. Além disso, as igrejas locais não acolheram "as canções protestantes engajadas devido a sua preferência em preservar 'o núcleo da mensagem tradicional do protestantismo brasileiro'", posto que os músicos engajados apresentaram uma "postura antiecumênica, sectária e individualista" (Cunha, 2007, p. 80, citada por Mendonça 2016, p. 123).

Padre Zezinho, entretanto, teve seu discurso — tido como subversivo em diversas ocorrências — não apenas acolhido por seus pares, como multiplicado através das publicações da Pia Sociedade Filhas de São Paulo, Edições Paulinas, tanto em prosa quanto em verso, tanto escrito quanto cantado.

Até o momento, não há registros públicos ou certificados de vendas para o álbum *Oferenda* (1983) no Brasil[39], ao contrário dos discos de maior circulação do padre, o que sugere que sua recepção comercial não figura entre as maiores de sua carreira, porém também não a coloca entre as menores. Ou seja, Padre Zezinho não sofreu rejeição por seu trabalho engajado, ao contrário dos músicos evangélicos aqui estudados.

No próximo e último capítulo desta pesquisa, exporemos o requerimento de letras com as letras das canções que comporiam o álbum *Oferenda* e seu respectivo parecer, outros três documentos oficiais que trazem o nome do Padre (Brasil, 1978, Brasil, 1983 e Brasil, 1981B), uma análise contextual sobre o Documento de Puebla frente às letras e os demais documentos e, a pesquisa hemerográfica que empreendemos sobre o envolvimento de padres católicos em questões fundiárias contemporâneos aos vetos das canções, fatos que corroboram para as alegações do censor Oliveira em sua decisão. A razão disso é que os assuntos supracitados acabaram por aparecer recorrentemente em nossa pesquisa, associados direta ou indiretamente tanto ao Padre Zezinho quanto às canções vetadas, estando, portanto, entrelaçados.

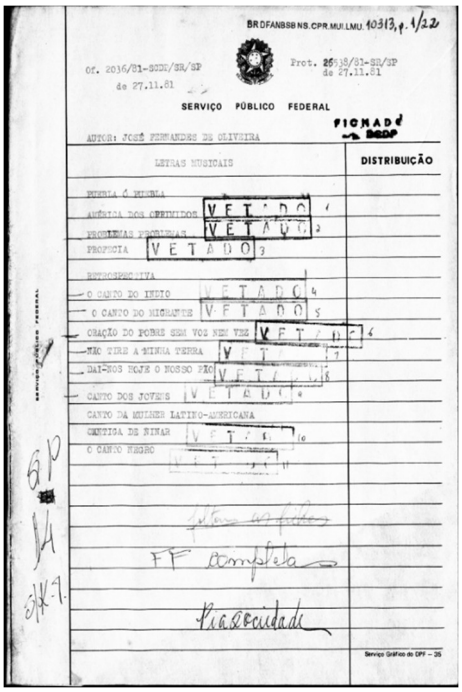
[39] Enviamos um e-mail à Paulinas no dia 8 de abril pedindo informações, porém até o fechamento de nosso texto (junho de 2026) não havíamos recebido resposta.

3. OFERENDA VETADA: O REQUERIMENTO DE LETRAS E O PARECER DO CENSOR OLIVEIRA

No presente capítulo apresentaremos o documento base desta pesquisa, o requerimento de letras redigido datilograficamente pela PIA Sociedade Filhas de São Paulo, Edições Paulinas, protocolado no dia 27 de novembro de 1981, sob o número 26538/81-SR/SP e mais tarde catalogado como BR DFANBSB NS CPR MUI LMU 10313, no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Pode-se analisar o documento original no seguinte link:https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2101655&v_aba=1.

O requerimento possui 22 páginas. A capa traz no topo direito um carimbo com sua identificação (BR DFANBSB NS CPR MUI LMU), seguida de uma anotação à caneta: “10313. p. 1/22”. Logo a baixo vem o código do protocolo com sua data, a flâmula da república, o nome completo de Padre Zezinho, um carimbo com a palavra “fichado”, o título “letras musicais” e em sequência, os títulos das 14 canções, sendo que as 11 vetadas trazem o carimbo com a palavra “vetada” ao lado de seus títulos. Há também a informação “serviço público federal, na lombada e algumas anotações à caneta: “faltam as fichas”, “FF completa”, “Pia Sociedade”, “SP” algo que parece ser “¼” e “S/oK.1”. No canto inferior direito encontra-se: “Serviço gráfico do DPF - 35”. Todas as informações datilografadas estão em letras maiúsculas.

FIGURA 1 - Capa do requerimento de letras



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional

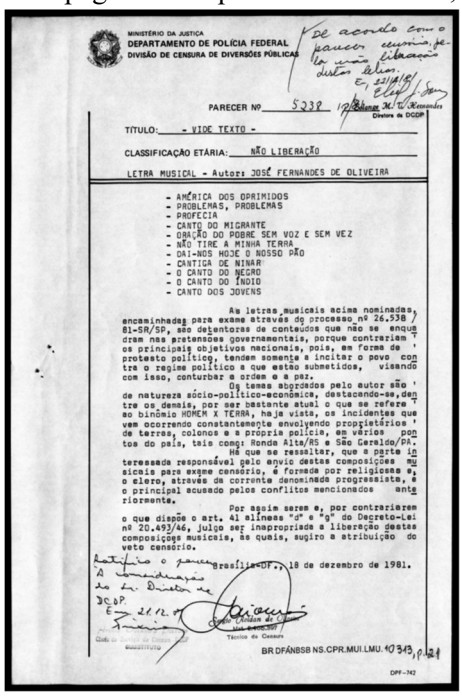
A segunda página corresponde a parte do requerimento redigida pela PIA Sociedade Filhas de São Paulo — Edições Paulinas Discos. Dela até a página 20 pode-se ver no topo a mesma identificação do SIAN com a anotação do número 10313 e o número da página, manuscrita e à tinta. Logo abaixo se encontra a logomarca e a os dados da editora, razão social, endereço completo e telefone. Lemos, então, um texto formal produzido pela Paulinas que diz:

> ILMO. SR. CHEFE DO SERVIÇO DE CENSURA DE DIV. PUB. DO E. P. F. EM SÃO PAULO RUA ANTÔNIO GODOY, 27 CAPITAL
> A PIA Sociedade Filhas de São Paulo [repetem-se todos os dados já mencionados], no ato representada pela abaixo assinada Amália Ursi, cédula de identidade RG. 2.407.936, vem mui respeitosamente solicitar de V.S. suas providências no sentido de que sejam censuradas as letras abaixo relacionadas.
> Outrossim esclarece que as letras em questão, até a presente data, não foram submetidas a verificação censória em dependência da Censura Federal.

Em seguida pode-se ver a data, os títulos das canções na coluna da esquerda e o nome de Padre Zezinho, como autor, na coluna da direita. Abaixo encontra-se a assinatura de Amália Ursi com seu registro de identidade e uma anotação manuscrita de autoria de um funcionário da DCDP, que parece ser Hellé Carvalhedo, possuidor da matrícula 2416791. Essa anotação diz “Ao senhor chefe do SC [Serviço de Censura] considerando os vetos indicados no parecer nº 5238/81, e 18/12/81”.

E então seguem-se as letras, todas acompanhadas da assinatura de Padre Zezinho e seus respectivos carimbos de “vetada” ou “aprovada”, da terceira à vigésima página. A vigésima primeira página do documento consiste no parecer do censor Oliveira:

FIGURA 2 – Vigésima primeira página do requerimento de letras, o parecer do censor Oliveira



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

De acordo com o parecer exarado. Se não liberação. Outras ações. Em 21/12/81

PARECER Nº 5238 / 81

TÍTULO: - VIDE TEXTO -

CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: NÃO LIBERAÇÃO

LETRA MUSICAL - Autor: JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA

- AMÉRICA DOS OPRIMIDOS
- PROBLEMAS, PROBLEMAS
- PROFECIA
- CANTO DO MIGRANTE
- ORAÇÃO DO POBRE SEM VOZ E SEM VEZ
- NÃO TIRE A MINHA TERRA
- DAI-NOS HOJE O NOSSO PÃO
- CANTIGA DE NINAR
- O CANTO DO NEGRO
- O CANTO DO ÍNDIO
- CANTO DOS JOVENS

As letras musicais acima nominadas, encaminhadas para exame através do processo nº 26.538/81-SR/SP, são dejetoras de conteúdos que não se enquadram nas pretensões governamentais, porque contrariam os principais objetivos nacionais, pois, em forma de protesto político, tendem somente a incitar o povo contra o regime político a que estão submetidos, visando com isso, conturbar a ordem e a paz.

Os temas abordados pelo autor são de natureza sócio-político-econômica, destacando-se, dentre os demais, por ser bastante atual o que se refere ao binômio HOMEM X TERRA, haja vista, os incidentes que vem ocorrendo constantemente envolvendo proprietários de terras, colonos e a própria polícia, em vários pontos do país, tais como: Ronda Alta/RS e São Gerald/PA.

Há que se ressaltar, que a parte interessada responsável pelo envio destas composições musicais para exame censório, é formada por religiosos e, o clero, através de corrente denominada progressista, é o principal acusado pelos conflitos mencionados anteriormente.

Por assim serem e, por contrariarem o que dispõe o art. 41 alíneas "d" e "g" do Decreto-Lei nº 20.493/46, julgo ser inapropriada a liberação destas composições musicais, às quais, sugiro a atribuição do veto censório.

Brasília-DF., 18 de dezembro de 1981.

Ratifico o parecer. À consideração do Sr. Diretor da DCDP. E. 21.12.81

João Batista de Oliveira
Técnico de Censura

BR.DFANBSB.NS.CPR.MUI.LMU.10313,p.21

DPF-742

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional

Na sequência, trazemos a transcrição do supracitado documento:

> As letras musicais acima nominadas, encaminhadas para exame através do processo nº 26.538/ 81-SR/SP, são detentoras de conteúdos que não se enquadram nas pretensões governamentais, porque contrariam os principais objetivos nacionais, pois, em forma de protesto político, tendem somente a incitar o povo contra o regime político a que estão submetidos, visando com isso, conturbar a ordem e a paz.
> Os temas abordados pelo autor são de natureza sócio-político-econômica, destacando-se, dentre os demais, por ser bastante atual o que se refere ao binômio HOMEM X TERRA, haja vista, os incidentes que vem ocorrendo constantemente envolvendo proprietários de terras, colonos e a própria polícia, em vários pontos do país, tais como: Ronda Alta/RS e São Geraldo/PA.
> Há que se ressaltar, que a parte interessada responsável pelo envio destas composições musicais para exame censório, é formada por religiosas e, o clero, através da corrente denominada progressista, e o principal acusado pelos conflitos mencionados anteriormente.
> Por assim serem e, por contrariarem o que dispõe o art. 41 alíneas "d" e "g" do Decreto-Lei nº 20.493/46, julgo ser inapropriada a liberação destas composições musicais, às quais, sugiro a atribuição do veto censório.

Na próxima subseção analisaremos as letras, mediante seu contexto e as cotejaremos com as justificativas do censor Oliveira e informações coletadas dos demais documentos oficiais do governo.

3.1. Puebla e *Oferenda*: análise das canções frente a seu contexto

Na presente subseção analisaremos as onze canções vetadas, mais a primeira, “Puebla, ó Puebla”, que foi aprovada. A razão é que além do fato de todas as canções se referirem direta ou indiretamente à III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla de Los Angeles – México, 1979 e a seu Documento – Documento de Puebla (DP) –, a referida canção traz esse fato em seu título e para nós, atua frente a seu contexto como uma introdução ao nicho musical, intelectual e cultural que Padre Zezinho cria – ou tenta criar – no próprio álbum.

Adicionamos aqui a informação, cedida pelo próprio padre em entrevista a esta pesquisa[40], de que o álbum *Oferenda* foi uma gravação de canções de uma opereta homônima escrita por ele, a qual foi apresentada mais de uma dezena de vezes tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina. A censura ocorreu justamente devido ao fato de a editora Paulinas ter decidido tornar o trabalho um álbum.

Eis que o encontro de Puebla é o quarto evento da Igreja Católica, desde o Concílio Vaticano II (1962-1964) e nele, ela:

> (...) volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral [realizada em Medellín, Colômbia, no ano de1968] que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações

[40] Lembramos que a entrevista ocorreu um dia antes da defesa da dissertação, portanto, posterior ao encerramento dela.

> com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellin, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação. (DP, p. 166)[41].

No contexto de Puebla, a Igreja latino-americana se voltou a si mesma, analisou as grandes transformações que sofria, como a proliferação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a presença implícita da "Teologia da Libertação (TdL), que reaproximaram a realidade do povo à fé professada nos templos" (Chaves, 2019, p. 38).

Buscou-se, desta forma, "uma Igreja autêntica, aberta ao próximo, atenta às realidades sociais, que assume a opção preferencial pelos pobres e que combate com afinco as injustiças" (Chaves, 2019, p. 38). Eis os dois tópicos de maior relevância presentes no DP e nas letras de *Oferenda*.

Vale colocar que os assuntos discutidos na III Conferência de Puebla (1979) e suas resoluções, se manifestam como uma continuação do que se estabeleceu tanto no Concílio Vaticano II (1962-1965), quanto na II Conferência de Medellín[42] (1968), não sendo, portanto, um evento isolado na história recente da Igreja Católica, mas o resultado de uma concatenação de eventos.

O CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano), fundado em 1955, em virtude do "clamor dos bispos da América Latina e do Caribe" (Chaves, 2019, p. 39), lutou e alertou o restante da Igreja para o fato de que a realidade da América-latina era completamente diferente da europeia, anunciando. Em síntese, foi desse consenso que floresceu a "opção preferencial pelos pobres" (Chaves, 2019, p. 38). O continente sul-americano representaria o rosto e o corpo do Cristo sofredor em diversas matizes: na colonização imposta pelos países europeus, na escravização e sequestro de etnias para aqui trabalharem, na imposição da fé católica sobre os povos originários etc. Além disso, consta no Documento de Puebla:

> Em virtude da encarnação, a sua paixão [de Cristo] se prolonga no sofrimento de todos os oprimidos, de tal modo que devemos ver nos rostos dos pobres da América Latina (indígenas, afro-americanos, desempregados e subempregados, camponeses sem terra, operários, etc.) 'os traços do Cristo sofredor, o Senhor que nos questiona e interpela' (...). Na sua ressurreição, encontra-se a garantia e a promessa de um mundo novo, plenamente libertado (...) ligado à cristologia, o documento sublinha o significado, para a América Latina, da profetisa Maria de Nazaré, presente, desde o início, na evangelização do nosso continente: 'No seu cântico Magnificat (...), Maria proclama que a salvação de Deus tem muito a ver com a justiça em favor dos pobres. É também de Maria que surge o compromisso autêntico com os demais homens, nossos irmãos, e especialmente com os mais pobres e necessitados, e com a necessária transformação da sociedade" (DP, p.30-31).

[41] Esclarecemos que o documento utilizado para consulta foi o que traz as conclusões de Puebla, disponível em: https://spirandiopadre.wordpress.com/documento-de-puebla-texto-integral/.

[42] Chaves (2019, p. 39) esclarece que: "O encontro de Medellín teve por tema 'A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio', atenta a uma evangelização e às realidades dos empobrecidos, procurando uma alternativa para o protagonismo diante da realidade social e cultural, ouvindo, assim, os 'sinais dos tempos' e trazendo-os para a Igreja".

Puebla, então, como resultado das reflexões sobre esses temas, marca a decisão da Igreja Católica de se voltar ativamente para contribuir com mudanças reais da realidade da:

> (...) imensa maioria de nossos irmãos [que] continua vivendo em situação de pobreza e até miséria, que se veio agravando. Queremos tomar consciência do que a Igreja latino-americana fez ou deixou de fazer pelos pobres depois de Medellín, como ponto de partida para a busca de pistas opcionais eficazes em nossa ação evangelizadora, no presente e no futuro da América Latina.
> Verificamos que episcopados nacionais e numerosos setores de leigos [CEBs], religiosos, religiosas e sacerdotes tornaram mais profundo e realista o seu compromisso com os pobres. Esse testemunho incipiente, mas real, levou a Igreja latino-americana à denúncia das graves injustiças derivadas de mecanismos opressores.
> Os pobres, também alentados pela Igreja, começaram a organizar-se para uma vivência integral de sua fé e, por isso, para reivindicar os seus direitos. A denúncia profética da Igreja e seus compromissos concretos com o pobre causaram-lhe, em não poucos casos, perseguições e vexames de vários tipos: os próprios pobres têm sido as primeiras vítimas de tais vexames.
> Isso tudo foi causa de tensões e conflitos dentro e fora da Igreja. Acusaram-na com frequência, seja de estar do lado dos poderes socioeconômicos e políticos, seja dum perigoso desvio ideológico marxista.
> Na Igreja da América Latina, nem todos nós temos comprometido bastante com os pobres; nem sempre nos preocupamos com eles e somos com eles solidários. O serviço do pobre exige, de fato, uma conversão e purificação constante, em todos os cristãos, para conseguir-se uma identificação cada dia mais plena com Cristo pobre e com os pobres. (DP, p. 166).

No que tange à essa pesquisa, como já colocamos no primeiro capítulo, a Igreja Católica silenciou o movimento da Teologia da Libertação, e uma citação que sugere esse fato é a supracitada parte do DP, aonde se lê "perigoso desvio ideológico marxista", o que compreendemos como uma referência implícita ao movimento.

Padre Zezinho, como esclarecemos no Capítulo 2, é seguidor da hierarquia eclesiástica, além de adepto de um pensamento solidarista e social-democrata (informação reiterada por ele em entrevista concedida a esta pesquisa), não se alinhando à Teologia da Libertação. Devido a isso, nos concentraremos aqui nas relações entre as canções do álbum Oferenda e as resoluções do Encontro de *Puebla*, não entraremos, pois, no mérito conceitual da TL.

Nesse contexto, o encontro de Puebla reconheceu e apoiou "o grande crescimento de uma realidade autêntica latino-americana, [...]: 'a caminhada ecumênica através de um trabalho conjunto, a pastoral da Terra, a pastoral indigenista, e as CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] que continuam e crescem como um sinal de esperança promissor'." (Tepedino, citado por Chaves, 2019, p. 43).

Destarte, duas das mais importantes resoluções do encontro, principalmente para o que se refere aos nossos interesses aqui, foram a de reaproximar a Igreja à realidade do povo, principalmente à dos pobres e a de se comprometer em combater "com afinco as injustiças" (Chaves, 2019, p. 38). Ambas as ações foram facilitadas pelo trabalho das CEBs, fortalecidas pelo ganho de autonomia dos leigos, advindo das resoluções do Concílio Vaticano II, onde os mencionados fiéis começaram a atuar tanto nas ações pastorais (antes do Concílio, o evento apenas reconheceu e acolheu o que se passava)

e auxiliando efetivamente as populações carentes, tanto no sentido de levar a doutrina da Igreja Católica a locais onde ela não ia – às periferias, por exemplo – quanto no de auxiliar no combate às desigualdades sociais: "o tão atualmente conhecido agente de pastoral: leigos e leigas que atuavam na pastoral, encontrando um sentido e compromisso em suas vidas. Com isso, há um grande envolvimento de todos, não havendo mais as grandes investiduras da hierarquia da Igreja, sendo todos Povo de Deus nas comunidades." (Beozzo, 2005, citado por Chaves, 2019, p. 44).

Apesar de não tratarmos aqui da TL, a fim de reforçar os argumentos sobre as CEBS, colocamos que Veiga em sua tese afirma que elas trouxeram a seus agentes:

> (...) a certeza de que existe, na religião, uma função social. Apropriar-se disso é abrir caminho para uma transformação que desemboca na libertação, sobretudo da consciência. Historicamente, o povo sempre fora relegado apenas à condição de vítima, nunca tomando parte na construção da própria história. A educação se torna, assim, não mero acúmulo de conhecimentos, mas motor de participação e mudança. (Veiga, 2009, s.p.).

A supracitada "educação" se refere às campanhas "de alfabetização de adultos calcadas no método Paulo Freire [não exclusivamente], que propunha uma alfabetização conscientizada, e não meramente tecnicista, [e que] mobilizavam vários setores da esquerda, desde 1961, com a criação do Movimento de Educação de Base que tinha apoio da Igreja Católica" (Napolitano, 2014, s.p.). Essas campanhas se iniciaram antes de Puebla e continuaram após ele.

Finalmente, antes de trazermos as letras das canções de *Oferenda* e suas respectivas análises, compreendemos que Padre Zezinho, em seu discurso, se compromete em conscientizar o ouvinte acerca das dificuldades enfrentadas pelos pobres, pobres esses que, na visão de Puebla significam:

> (...) o termo "pobre" no sentido bíblico de *anawin*: o curvado, o oprimido. O termo tem, na Bíblia, uma conotação político-social. Designa o escravo, o estrangeiro, o perseguido, o cativo. Não se trata, pois do simples necessitado, mas do oprimido do explorado. Não designa apenas o indivíduo, mas a classe social explorada a raça marginalizada, o grupo oprimido. (...) [os] pobres da América Latina: indígenas e afro americanos, camponeses sem terra, operários, desempregados e sub-empregados marginalizados e aglomerados urbanos, jovens frustrados social mente e desorientados, crianças golpeadas pela pobreza, menores abandonados e carentes, a mulher. (...) o documento se refere ainda aos migrantes e às prostitutas. Trata-se não da pobreza evangélica (disponibilidade para acolher a Deus e ao próximo estilo de vida sóbria e honesta liberdade existencial frente às riquezas) mas da pobreza anti-evangélica, que é sinônimo de exploração de opressão, de situação desumana. Trata-se da pobreza de dimensão sócio-política, isto é, generalizada e estrutural. (...) 'Ao analisarmos mais a fundo tal situação, descobrimos que essa pobreza não é uma etapa transitória, e sim produto de situações e estruturas econômicas sociais e políticas que dão origem a esse estado de pobreza, embora haja também outras causas da miséria' (...). (DP, 1979, p.27).

Portanto, o documento inclui todos os marginalizados: mulheres, negros, indígenas, migrantes, crianças, jovens. Enfim, todas as classes sobre as quais, pelas quais e para as quais o padre compositor fala nas canções do requerimento de letras que temos aqui por tema de pesquisa. Todas essas camadas sociais passaram a ser atendidas pelas pastorais e Padre Zezinho estava diretamente relacionado a elas, como veremos no devir.

Exporemos agora, as letras, na ordem em que se apresentam no requerimento e após cada uma, sua respectiva análise e cotejo. Adicionamos que para facilitar a leitura e o acompanhamento das análises, enumeramos os versos das canções. Como não encontramos as partituras das canções que foram publicadas em 1983, as análises musicais foram feitas por nós, com base em nossos conhecimentos prévios adquiridos no curso de graduação, Licenciatura em Música (Educação Musical), na Universidade Federal do Paraná (2011).

A primeira canção, que apesar de ter sido aprovada, não apenas não compõe o álbum de 1983, como nunca foi publicada, é "Puebla, ó Puebla" (p. 3 do requerimento de letras):

1. Puebla, ó Puebla!
2. Puebla do México
3. Puebla dos pobres
4. Puebla dos jovens
5. Puebla do povo
6. Puebla dos oprimidos!

7. Puebla de um novo homem
8. Puebla de América Latina

9. Puebla da revolução pelo amor
10. Puebla de Pedro
11. Puebla de Cristo
12. Puebla do homem
13. Puebla da Igreja

14. Puebla de Deus

15. Puebla de todos

16. Puebla de Deus!

Observa-se: "Puebla dos pobres/Puebla dos jovens /Puebla do povo/ Puebla dos oprimidos" (versos 3 a 6) a letra sintetiza cirurgicamente a exata descrição social que o documento oficial de 1979 traz. Em cada um de seus versos, a canção traz de novo e de novo a síntese do encontro e suas resoluções. A única razão que transparece aos olhos, de o técnico de censura não a ter vetado, é a de que ele não possuía qualquer conhecimento sobre o Encontro de Puebla.

Padre Zezinho, ao compor "Puebla, ó Puebla", assume o pobre – o pobre de Puebla – como o tema central de sua mensagem teológica e pastoral da época, e talvez até de sua missão. Como já dissemos, a América Latina como um todo era um ambiente de múltiplas realidades sociais, onde sabidamente havia muita pobreza e exploração das classes mais vulneráveis, como pequenos agricultores, operários e proletários em geral[43]. Puebla, como já colocamos, se debruçou sobre a

[43] Daí as designações das CEBs e das Pastorais: da terra, dos operários, dos índios etc.

realidade desses indivíduos e autenticamente “optou por eles”, de forma prática, buscando alterar sua realidade ativamente.

Em adição, o continente sul-americano se encontrava sob o governo de ditaduras militares - ou civil-militares, como no caso do Brasil - que resultavam, dentre outras consequências, em perseguições políticas e supressão do direito ao voto, o que por conseguinte, vetava a participação popular na política (Chaves, 2019, p. 49). O verso de número 6, também remete a esse contexto e seu acento e exclamação transmite uma figura de linguagem reforçada em simbolismo e veemência, na transmissão da mensagem de luta pela liberdade ideológica.

Com base nessa contextualização e adicionando que Padre Zezinho “foi um divulgador entusiasmado das Conferências dos Bispos da América Latina (CELAM) em Medellín (1968) e Puebla (1979), cantando em prosa e verso a ‘opção preferencial pelos pobres’” (Paulinas COMEP, 2021), cremos que a canção manifeste o desejo do Padre em ver acontecer as resoluções do Encontro.

A canção ecoa, enfim, a supracitada “opção preferencial pelos pobres”. Não possuímos nenhuma evidência; todavia opinamos que o fato de esta letra ter sido aprovada por Oliveira se deve provavelmente à ignorância do censor sobre o evento de Puebla e seu significado.

A segunda canção constante no requerimento é “América dos Oprimidos”; ela também não foi publicada no álbum e, como a anterior, se refere constantemente à Puebla (página 4 do requerimento de letras):

1. Pelos povos da América Latina
2. Pelos povos da América

3. Por causa dos poucos que tudo têm
4. Por causa dos muitos que não tem nada
5. Cantamos um canto de dor
6. Cantamos um canto de ira
7. Cantamos um canto de paz
8. Cantamos um canto de amor
9. Cantamos pedindo justiça
10. Cantamos pedindo mudança
11. Cantamos pedindo fraternidade
12. Cantamos esperando revolução

13. Revolução de amor...

14. Revolução de paz...

Cremos que com base na avaliação da canção anterior, pouco se necessita falar desta. Resumiremos a análise dela à adição do excerto do próprio Documento de Puebla, seção “3.2. Critérios Doutrinais (...) Pastorais”, aonde além de se esclarecer acerca do que se entende por “pastoral”, se lê exatamente a expressão “oprimidos”, diretamente ligada a opção pelos pobres. Lembrando que está se tratando dos povos da América Latina:

> Advogamos:
> 1. a) A superação da distinção entre pastoral de elites e pastoral popular. A pastoral é uma só. Penetra em "quadros" ou "elites" evangelizadoras; afeta todos os âmbitos da vida social; dinamiza a vida da sociedade e, ao mesmo tempo, põe-se a seu serviço.
> 1. b) A responsabilidade específica dos leigos na construção da sociedade temporal, conforme inculca a Evangelii Nuntiandi[44].
> 2. c) A preocupação preferencial em defender e promover os direitos dos pobres, marginalizados e oprimidos. (DP, p. 175).

Como se pode ver, Padre Zezinho reitera os temas da Conferência: "pelos povos da América Latina" (verso 1), "Por causa dos poucos que tudo têm/Por causa dos muitos que não têm nada" (versos 3 e 4), claramente salientando a diferença entre ricos e pobres e a superação desta polarização, por parte da Igreja, o que se verifica no item "1. a)" do DP.

No verso 9 ele pede justiça, mais uma vez remetendo diretamente às resoluções de Puebla. Neste caso o compromisso em combater as injustiças (referência supracitada) e, nos dois últimos versos (13 e 14), aparece a palavra que provavelmente intensificou a decisão de veto do técnico de censura: "revolução". Lembrando que, como já foi colocado no capítulo 2 desta pesquisa, de acordo com Fagundes e seu manual de censura, os censores deviam vetar canções que trouxessem textos que incitassem contra o regime "a adoção de guerrilhas ou guerras civis, (…) provocação de revolta contra a ação de agente da lei" (Fagundes, citado por Mostaço, 2021, p. 38-39). Assim, a palavra "revolução", dentro do referido contexto histórico, remeteria imediatamente a conflitos e revoltas entre a população civil e o governo.

A terceira letra da lista é "Problemas, problemas" (página 5 do requerimento de letras):

1. É o problema do mundo
2. É o problema do homem
3. É o problema da terra
4. É o problema da fome

5. É o problema de quem
6. Já cansou de pedir
7. É o problema daquele
8. Que não quer repartir

9. É o problema do índio
10. É o problema do pobre
11. É o plebeu o problema
12. É o problema do nobre

13. É o problema de quem
14. Não admite mudança
15. É o problema de quem
16. Perdeu até a esperança

[44] "Anunciação do Evangelho" (tradução nossa): exortação Apostólica do papa Paulo VI que trata da evangelização no mundo contemporâneo. Roma: Santa Sé, 8 dez. 1975. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html. Acesso em: 10 jun. 2026.

É o problema de quem
Agride, mata e destrói
É o problema de quem
Já nem percebe que dói

É o problema de quem
Jamais aceita escutar
É o problema de quem
Já se cansou de falar

Problemas que o homem plantou
E que depois cultivou
E que acabou por colher…

Problemas que sem a justiça
E sem amor de verdade
Não se vai resolver

É o problema cruel
Sem solução e premente
De se ter ou não ter
Na solicidade afluente...

É o problema fatal
De vestir luto ou mortalha
E na batalha final
Ver quem ajunta as migalhas

É o problema de cor
De raça e credo e de fé
É de humilhar-se o problema
Ou de morrer, mas em pé

É o problema de quem
Já tem demais e quer mais
É o problema de quem
Por nada ter não tem paz

É o problema de quem
Não tem justiça nem Deus
É problema de quem
A esperança perdeu

É o problema de amar
Ou instrumentalizar
É o problema decente
De lutar pra ser gente

Problemas que o homem plantou
E que depois cultivou
E que acabou por colher

Problemas que sem a justiça
E sem amor e verdade
Não se vai resolver

Problemas!
Problemas!

Eis mais uma canção que nunca foi publicada e bem como as duas anteriores, percebe-se que

o padre novamente escreve sobre os temas de Puebla: combater as injustiças, que aliás, parece ser o estribilho da canção, pois aparece duas vezes (ao final do que parece ser a parte A, que se inicia no começo da música e vai até “Não se vai resolver” - verso 30 - e novamente ao fim da parte B). A estrofe toda é: “Problemas que sem a justiça/E sem amor de verdade/Não se vai resolver” (versos 28 a 30 e posteriormente 58 a 60). A menção à “justiça” continua em: “É o problema de quem/ Não tem justiça nem Deus”, versos 47 e 48.

O comprometimento da Igreja com os direitos humanos aparece claramente em “É o problema decente/De lutar pra ser gente” (versos 53 e 54). A conscientização sobre as abruptas diferenças entre as classes sociais vem em “É o problema de quem/já tem demais e quer mais/É o problema de quem/Por nada ter não tem paz” (versos 43 à 46); “É o problema de cor/De raça e credo e de fé” versos 29 e 40, “É o problema do índio/ É o problema do pobre/ É o plebeu o problema/ É o problema do nobre", versos 9 a 12), o mesmo para o problema social do racismo e do preconceito relacionado à religião. E, aqui convém relembrar que no contexto da Conferência de Puebla:

> Pobre (...) se trata de uma categoria de alcance político-social, para além do meramente econômico, como o demonstram os rostos sofredores que o documento [de Puebla] elenca (31-49) e que incluem crianças, jovens, indígenas e afro-americanos, camponeses, operários, desempregados, marginalizados, idosos e outros aos quais são negados os direitos humanos mais fundamentais. [...] os pobres são entendidos em sentido coletivo, como classe social e como povo, para além de uma percepção meramente individualizante. (Manzatto, 2019, p. 458, citado por Chaves, 2019, p. 48).

Lembrando que, com base no texto oficial, a ideia de Puebla é executar essas tarefas como Jesus Cristo ensinou, sem violência, por meio do amor e da caridade, ações realizadas pelas CEBs. Julgamos cabível aqui outro trecho de Chagas comentando o DP e elas:

> Em Puebla, as Comunidades Eclesiais de Base, verdadeira força da Igreja em prol de uma grande abertura e apoio para a evangelização, apresentam-se como o ponto forte da missão e evangelização na América Latina. O que em Medellín era o início, em Puebla tem sua voz ecoando e atuante, pois as CEBs ‘são expressão de amor preferencial da Igreja pelo povo simples; nelas se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade e se lhe oferece possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e no compromisso de transformar o mundo’ (DP, n. 643). (Chagas, 2019, p. 49).

Enfim, se “Puebla, ó Puebla” para nós, funciona como uma introdução do padre ao discurso de Puebla, “Problemas, problemas”, sob a nossa perspectiva, mediante as demais letras do arquivo e cotejada com o contexto histórico, é um resumo das propostas do Encontro. Essa canção tanto trata das injustiças, quanto indiretamente tange o fato de as CEBs se destinarem exatamente a solução desses problemas, além de evidentemente falar novamente dos pobres.

A quarta canção de Padre Zezinho é “Profecia”, também não publicada no álbum de 1983 (página 7 do documento oficial):

1. Ai de mim se eu não profetizar
2. Ai de mim se eu não profetizar
3. Ai de mim se eu não profetizar
4. Ai de mim se eu não profetizar

5. Por este chão ressequido
6. Por este chão tão querido
7. Vai o teu povo sofrido da América Latina
8. Vai o teu povo querido carregando a sua sina

9. Quando tão poucos possuem demais
10. Quando a miséria nem deixa falar
11. E as injustiças parecem legais
12. Tua igreja não pode calar
13. Tua igreja não pode calar

14. Liberta, Senhor, teu povo
15. Sacode este continente
16. E vem despertar de novo
17. As esperanças da nossa gente

18. Ai de mim se eu não profetizar
19. Ai de mim se eu não profetizar
20. Ai de mim se eu não profetizar
21. Ai de mim se eu não profetizar

Mais uma vez se notam os tópicos discutidos em Puebla: “Sacode este continente” (verso 15), “Vai o teu povo sofrido da América Latina” (verso 7), remetendo mais uma vez ao fato de o Encontro ter tido como tema a ação da Igreja Católica na América Latina – além do fato de os três encontros do CELAM terem sido neste continente.

Quanto ao já mencionado compromisso assumido pelos clérigos, de combater as injustiças, amplamente comentado pelos já citados Chaves (2019) e Veiga (2009), ele é observado em toda a terceira estrofe: “Quando tão poucos possuem demais/Quando a miséria nem deixa falar/E as injustiças parecem legais/Tua igreja não pode calar/Tua igreja não pode calar” (versos 9 a 13). E especialmente nos versos de número 9 e 10, Padre Zezinho remete novamente à “opção preferencial pelos pobres”.

Percebemos ao longo da leitura das letras que os temas se intercalam, se invertem na ordem, na métrica, porém permanecem os mesmos, se reiterando mutuamente, num movimento dialético que beira a redundância.

Entretanto, nesta canção temos uma referência em forma de paráfrase da Exortação *Evangelii Nuntiandi*, já citada. Nesta publicação, Paulo VI escreve:

> Evangelização, vocação própria da Igreja
> 14. A Igreja sabe-o bem, ela tem consciência viva de que a palavra do Salvador, ‘Eu devo anunciar a Boa Nova do reino de Deus’, (34) se lhe aplica com toda a verdade. Assim, ela acrescenta de bom grado com São Paulo: ‘Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim; é, antes uma necessidade que se me impõe. Ai de mim, se eu não anunciar o evangelho’.(35) Foi com alegria e reconforto que nós ouvimos, no final da grande assembleia de outubro de 1974, estas luminosas palavras: ‘Nós queremos confirmar, uma vez mais ainda,

> que a tarefa de evangelizar todos os homens constitui a missão essencial da Igreja';(36) tarefa e missão, que as amplas e profundas mudanças da sociedade atual tornam ainda mais urgentes. Evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar, ou seja, para pregar e ensinar, ser o canal do dom da graça, reconciliar os pecadores com Deus e perpetuar o sacrifício de Cristo na santa missa, que é o memorial da sua morte e gloriosa ressurreição. (Paulo VI, 1975, n. 14, s.p.)

Padre Zezinho apenas substitui "anunciar o Evangelho" por "profetizar", a fim de enfatizar que, tal qual afirma o papa, a evangelização não é opcional, ela consiste na verdadeira identidade da Igreja Católica. Em adição, no contexto latino-americano dos anos 1970/1980, pensando em Puebla, o significado dessa afirmação se estende para a denúncia das estruturas que oprimem o pobre, as ditaduras, por exemplo.

Como sexta canção (a quinta, "Retrospectiva", foi aprovada e é a única que não remete à Puebla, por isso não a incluímos nessa análise), consta "O canto do índio"[45] (página 10 do requerimento de letras):

1. No centro da vida
2. No ventre da mata
3. No meio do verde
4. Debaixo do céu que era limpo
5. Debaixo do sol que brilhava
6. Debaixo da lua, índio vivia
7. Debaixo da lua, índio vivia

8. Índio nascia
9. Índio crescia
10. Índio vivia
11. Índio corria
12. Índio dançava – índio cantava
13. Índio caçava
14. Índio se amava
15. Índio lutava
16. Índio morria – índio vivia feliz

17. Não tinha muito
18. Não tinha tudo [aqui a palavra "não" foi substituída, na versão original por "mas"]
19. Não cobiçava
20. Não precisava
21. Não esbanjava – nunca roubava
22. Não enganava
23. Não comerciava
24. Não devastava
25. Não poluía – índio sabia viver

26. Mas branco chegou falando [antes dessa estrofe, na versão publicada, Padre Zezinho retoma a primeira estrofe e, então segue para esta]
27. Que vem ajudar meu povo
28. E branco foi empurrando
29. Índio pra fora da terra

[45] Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=70C6pB4XwHo>.Acesso em 26 mai 2026.

30. Branco ganhou a guerra
31. Branco tomou nossa terra

32. Branco tomou nossa terra

Aqui percebemos a intenção de denúncia e perdão com relação à história do continente e sua colonização, onde o povo originário foi expulso de sua terra, tanto no passado (a partir do século XVI) quanto no momento histórico sob nossa análise neste trabalho. De forma que a atmosfera da canção reitera a questão fundiária, que foi utilizada pelo censor como justificativa principal para os vetos.

Os versos que isso enfocam são: "E branco foi empurrando/ Índio pra fora da terra/Índio pra fora da terra/Branco ganhou a guerra/Branco tomou nossa terra/Branco tomou nossa terra" (últimos cinco versos). Percebe-se que há um esforço do padre em escancarar a realidade supracitada e por conseguinte, a partir da perspectiva de um clérigo ordenado, o de pedir perdão a Deus e ao Cristo sofredor, que se transfiguram, no mundo real, na figura do indígena humilhado.

Por outro lado, o pedido de perdão em questão cabe igualmente para o próprio indígena, do branco invasor para o "índio"[46] – e o mesmo ocorre em "O canto do negro", como veremos. O reconhecimento da culpa (dos pecados cometidos pelo homem branco, que além de tudo vestia a cruz da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo) e a retratação acerca dessas atitudes. Ou seja: perdão e penitência pelos horrores cometidos pela Igreja ou com a conivência dela. Perdão pela violência da escravidão, pela devastação da terra invadida, pela imposição da fé única – a evangelização forçada – às etnias dominadas.

Na audição desta canção, percebemos a presença dos seguintes instrumentos: baixo, jogo de sinos ou metalofone, bandolim, violão de nylon e pau-de-chuva.

A canção é executada inteiramente por um coro masculino de três vozes em uníssono, feito por Reinaldo, Antonio Fazolin e Padre Zezinho que canta com sua voz de barítono, a qual em algumas canções se mostra impostada – como já colocamos, ele estudou canto lírico, no seminário –, porém não apresentando em suas canções uma grande extensão vocal[47].

A tonalidade é Lá menor, a primeira estrofe é acompanhada exclusivamente do contrabaixo elétrico, que faz uma melodia percussiva em ostinato. Esta estrofe é a exposição do tema da canção. Em seguida, na segunda estrofe (verso 8), entra o jogo de sinos, o bandolim e o pau-de-chuva. A última estrofe conserva os instrumentos do refrão e a canção termina com instrumentos e coro finalizando o acorde em uníssono.

[46] Em referência a própria letra.
[47]Encontramos apenas essas informações, sobre os cantores. A canção se encontra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=70C6pB4XwHo>. Acesso em 26 mai 2026.

Como sétima canção do requerimento de letras, temos “Canto do Migrante”, outra que não foi publicada em 1983 (página 11 do requerimento de letras):

1. A terra que era nossa por primeiro
2. Foi dada palmo a palmo para o gado
3. Por causa da ganância do dinheiro
4. Sertão ficou perdido e abandonado

5. Da terra que era minha eu não sou dono
6. Mas sinto que ela é minha ainda agora
7. E quando aumenta a dor deste abandono
8. Meu coração soluça
9. Soluça mas não chora!

10. Terra de todos terra de ninguém
11. Terra de gado quando a gente passa fome de doer
12. Terra de um dono que aqui nunca vem
13. Terra do boi que agora vale mais que o homem vai valer

14. Às vezes eu me sento na colina
15. Olhando esta paisagem meiga e pura
16. E aquela dor estranha me domina
17. Me agride lá por dentro e me tortura

18. Da terra em que eu vivia eu fui tocado
19. Pra beira de um barranco na cidade
20. O rancho que era meu foi derrubado
21. Ninguém me deu abrigo
22. Nem mesmo por piedade

23. Terra de todos terra de ninguém
24. Terra de gado quando a gente passa fome de doer
25. Terra de um dono que aqui nunca vem
26. Terra do boi que agora vale mais que um homem vai valer

Aqui observamos mais uma vez a clara “opção preferencial pelos pobres”. A canção fala em primeira pessoa, porém, no singular, o que individualiza a narrativa, provocando naturalmente uma maior aproximação do ouvinte, ou leitor, com o emocional da personagem: um pequeno agricultor que teve sua terra tomada e destinada a um latifúndio pecuário.

Toda a segunda estrofe, por sua vez, provoca o leitor – ou o ouvinte – a se compadecer do protagonista, por meio da exposição que Padre Zezinho oferece: a realidade crua que viviam os campesinos, à época da composição.

A canção tematiza os conflitos fundiários e, neste caso, se manifesta como um testemunho do que acontecia com esses agricultores, que assediados ou “tocados” (verso 18), se mudavam para as cidades e nelas terminavam habitando “barrancos” (verso 19), ou seja, as favelas. Cabe aqui a citação de Napolitano, a qual apoia tanto o presente argumento, quanto atesta a posição da Igreja nas periferias:

> A periferia da cidade de São Paulo nos anos 1970 era a síntese do lado B do milagre brasileiro. Nos bairros distantes, carentes, (...) amontoavam-se os trabalhadores, via de regra migrantes que chegavam de várias regiões do Brasil rural em busca de trabalho e vida melhor. (...) Se a vida na cidade era melhor do que aquela vivida em meio à tradicional miséria rural brasileira, as dificuldades ainda eram imensas. A precariedade das condições materiais e serviços públicos ensejava tanto a violência (...), quanto a solidariedade.
> (...)
> Nesses espaços surgiram movimentos sociais de tipo novo, quase sempre apoiados pela Igreja Católica, mas com tendência à auto-organização e à valorização da construção da consciência individual na linha do "ver-julgar-agir". O trabalho organizativo da Igreja, materializado nas comunidades eclesiais de base" (Napolitano, 2012, p. 287-288).

A oitava canção é "Oração do pobre sem voz nem vez" (publicada no álbum com alterações[48]. As alterações estão colocadas entre colchetes. Ela se localiza na página 12 do requerimento de letras).

1. Pai nosso, gritamos o teu nome
2. Pai nosso, teu povo passa fome
3. Pai nosso gritamos o teu nome
4. Pai nosso o teu povo passa fome

5. Trabalha A Terra Pra Jogar Uma Semente
6. Trabalha A Terra Pra Jogar Uma Semente
7. Espera A Chuva [este verso e o seguinte são repetidos, na versão publicada]
8. E A Chuva Não Cai

9. A terra é seca não tem água o sol é quente
10. A terra é seca não tem água o sol é quente
11. Espera açude [este e o verso 12 são repetidos, na versão publicada]
12. Açude não sai

13. O Gado Morre Não Tem Nada Pra Comer
14. A gente fica de teimoso até morrer

15. E se [a] fome não mata, machuca demais
16. Machuca demais [verso repetido mais duas vezes]
17. Machuca demais

18. Quando não chove a gente muda pra cidade
19. Quando não chove a gente muda pra cidade
20. [Procura emprego, emprego não tem]
21. [Procura emprego, emprego não tem]
22. Espera a chance [este e o verso 21 foram excluídos]
23. E a chance não vem

24. A filharada passa fome de verdade
25. A filharada passa fome de verdade
26. Não tem dinheiro
27. Salário não tem [a palavra "salário" foi substituída por "dinheiro" e o verbo "tem", por "vem"]

28. A gente vive de saber sobreviver
29. A gente vive de saber sobreviver ["de teimoso, até morrer" substitui " de saber sobreviver"
30. E se fome não mata, machuca demais
31. Machuca demais
32. Machuca demais

[48] 04GASPAR. 21 - Pe. Zezinho, scj - "Oração dos pobres sem voz nem vez". YouTube, 8 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TeKFKC15z90>. Acesso em: 26 maio 2026.

33. A gente esconde então numa periferia
34. A gente esconde então numa periferia
35. E quer a justiça [“pede” substitui “quer” e o artigo “a” é excluído]
36. Justiça não vem [adicionou-se a conjunção adversativa “mas”, antes de “justiça”]

37. A gente cansa de esperar um novo dia
38. A gente cansa de esperar um novo dia
39. Persegue a chance
40. E se sente ninguém

41. A gente grande não tem nada pra fazer
42. A criançada não tem nada pra comer
43. Se esta vida não mata, machuca demais

44. Machuca demais
45. Machuca demais

46. Pai nosso gritamos o nome
47. Pai nosso o teu povo passa fome
48. Pai nosso gritamos o teu nome
49. Pai nosso o teu povo passa fome

Trata-se de mais uma canção alinhada aos temas de Puebla, sobre os quais já discorremos. Nesta letra, particularmente, nota-se a oração tradicional do Pai Nosso preenchida por carências materiais (falta de chuva, falta de emprego, salário que não vem). Ou seja, os problemas imediatos dos pobres são explicitados e tanto oferecidos a Deus, em súplica de misericórdia, quanto aos ouvintes e concidadãos, na tentativa de provocar neles atitudes que promovam a mudança da realidade e a melhoria das condições dos que sofrem (mais uma vez a visão do Cristo sofredor se manifestando no pobre, como se lê no Documento de Puebla).

Musicalmente, a canção é executada por Padre Zezinho acompanhado de dois coros, um feminino e um masculino, que interagem na maioria das vezes, reforçando as segundas frases dos versos, como em um responsório. A tessitura da canção é larga. Os versos que clamam “Pai nosso” são agudos – trata-se de um clamor a Deus – e demandam de execução de cantores profissionais, entretanto o restante da canção se localiza em oitava média, sem notas muito agudas ou muito graves, de forma a possibilitar que pessoas que não são cantoras profissionais, possam cantá-la sem dificuldade.

A música se apoia no ritmo de baião, gênero tradicional do Nordeste brasileiro que nesse caso, remete justamente à origem dos migrantes, que como supracitamos, saíam em virtude da miséria, de suas pequenas propriedades rurais e acabavam por povoar as periferias das grandes cidades.

A instrumentação utilizada é teclado elétrico (um sintetizador), percussão (queixada, triângulo), violão de nylon, violão de aço e um contrabaixo elétrico, sendo que a tonalidade da música é Mi menor.

Os coros iniciam a canção com a evocação do Pai Nosso (versos 1 a 4), em uníssono e acompanhada de um teclado. Em seguida, se ouve uma melodia com todos os instrumentos e o solo vocal de Padre Zezinho cantando o primeiro verso, ao qual responde o coro masculino. A canção é majoritariamente em forma de responsório, por vezes por parte do coro masculino, por vezes, do feminino.

Os versos 9 e 10, por exemplo, trazem o coro feminino repetindo a melodia em intervalos de 4ªs e 5ªs paralelas, traço típico, juntamente com a estrutura em responsório, da música nordestina (repente e coco).

A nona canção é "Não tire a minha terra" (publicada no álbum de 1983, com alterações[49]. Mais uma vez, as alterações estão dispostas entre colchetes. Ela se encontra na página14 do requerimento de letras):

1. Não tire a minha terra
2. Não tome o chão que é meu
3. Não quero a tua guerra
4. Só quero a minha paz

5. Não quero ter dinheiro
6. Não quero ter demais
7. Eu quero ter o bastante
8. O suficiente pra viver decentemente

9. Eu quero ter o bastante
10. O suficiente pra viver decentemente

11. Não tenho as armas que você usa
12. Nem a força que você tem
13. Não tenho cheque nem documento
14. Mas não devo pra ninguém
15. Não quero sangue, não quero guerra
16. e não gosto de matar
17. Mas não tente me tomar a terra [troca-se a ordem das palavras, o pronome possessivo "me" ficou antes do verbo "tente"]
18. porque eu não vou me calar

19. Você tem tudo e eu não tenho nada
20. Só a terra que você quer
21. Não trapaceie nos documentos
22. que esta terra tem quem quer
23. Fez trinta anos que aqui moro [o verbo "fez" foi substituído em seu tempo verbal por "faz"]
24. e não sou de guerrear
25. Mas não tente me tomar a terra [o mesmo para este verso, trocou-se a ordem das palavras e pronome possessivo "me" ficou antes do verbo "tente"]
26. porque eu não vou me calar

27. Você tem carro e eu só tenho enxada
28. tem diploma e eu não sei nem ler
29. Não me apareça com documento

[49] PADRE ZEZINHO, scj. Padre Zezinho, scj - Não tire a minha terra. YouTube, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SQ_3DenHRQk>. Acesso em: 26 maio 2026.

30. que eu também sei me virar [substituiu-se o verbo “virar” por “mexer”]
31. Não quero briga, não quero guerra
32. porque eu sou homem de paz
33. Mas não tente me tomar a terra
34. que vai ver do que eu sou capaz…

Destarte, mais uma vez se manifestam os temas de Puebla (as dificuldades do pobre, nesse caso novamente o pequeno agricultor, a injustiça que se enfrenta na Terra) e tal qual a canção anterior, o testemunho aparece em primeira pessoa. Trata-se de outro relato metafórico acerca da realidade do trabalhador e pequeno proprietário rural. Todavia, aqui o padre revela um pouco de sua face revolucionária ao sugerir ameaças em versos como “não quero briga, não quero guerra/porque eu sou homem de paz/Mas não tente me tomar a terra/que vai ver do que sou capaz...” (versos 31 a 34), e “não quero sangue, não quero guerra e não gosto de matar/mas não tente me tomar porque eu não vou me calar” (versos 15 a 18). Sob a nossa perspectiva, essa é a canção de texto mais forte e a que mais teria suscitado e justificado o veto do censor Oliveira – mais uma vez, do ponto de vista da DCDP.

A canção está na tonalidade de Lá menor e o ritmo é o do xote. Estruturalmente, as primeiras duas estrofes se reiteram, na versão publicada, no que se compreende como o estribilho da canção. Elas se repetem após os blocos A (versos 11 a 18), B (versos 19 a 26) e C (versos 27 a 34) da música. Particularmente, a extensão vocal de Padre Zezinho aparece aqui, estendida. Ele inclusive recorre ao falsete, ao cantar a palavra “mas”.

A canção se inicia com um cenário auditivo que remete à vida no campo. Os instrumentos utilizados são um violão de nylon, um contrabaixo elétrico, um teclado, uma bateria, uma guitarra elétrica. Ocorre um dueto entre Padre Zezinho e um coro masculino uníssono que canta o refrão (versos 1 a 10). Os versos “mas não tente me tomar a terra/que vai ver do que sou capaz” (17-18, 25-26 e 33-34) são cantados pelo Padre, com exceção do último, que é repetido três vezes e o coro canta a segunda das repetições.

Como décima canção da lista temos “Dai-nos hoje o nosso pão” (publicada no álbum de 1983, sem alterações. Ela se encontra na página 15 do requerimento de letras)[50]:

1. Dai-nos hoje o nosso pão de cada dia
2. Não nos falte a liberdade nem a paz
3. Não domine sobre nós a tirania
4. De quem tem tudo, mas não se satisfaz

5. Não nos vença a tentação da força bruta
6. E na luta
7. Por viver
8. Não pisemos no direito que é dos outros
9. E possamos
10. Conviver

[50] PADRE ZEZINHO, SCJ; NUNES, Astúlio. Padre Zezinho, scj Ft. Astúlio Nunes - Dai-nos hoje o nosso Pão. YouTube, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z9GZb-Bwd20>. Acesso em: 27 mai. 2026.

11. Que reboe pela América Latina
12. Um só canto
13. De amizade
14. Que aconteça nesta América Latina
15. A justiça
16. E a fraternidade

17. Não nos leve ao desespero e à revolta
18. A mania do poder
19. Que somente favorece os poderosos
20. E os que querem tudo ter

21. Que reboe pela América Latina
22. Um só canto de igualdade
23. Que aconteça nesta América Latina
24. O direito e a liberdade

25. Não prospere aqui a ideologia
26. Da vingança por vingar
27. Não domine sobre nós a tirania
28. Do dinheiro ou do poder

29. Que reboe pela América Latina
30. Um só canto de amizade
31. Que aconteça nesta América Latina
32. A liberdade na fraternidade...

Partindo de uma paráfrase da oração do "Pai nosso" ("O pão nosso de cada dia Nos dai hoje"), Padre Zezinho novamente reitera os temas de Puebla. Aqui, no entanto, enfocando o compromisso da Igreja com a justiça (versos 14 e 15) e novamente a situação de desigualdade, esta, todavia, por seu inverso (verso 21 e 22), desejando que a "igualdade" "reboe pela América Latina". Pois, afirmando que almeja o substantivo abstrato em questão, ele denuncia sua inexistência no mundo material e contemporâneo.

José Fernandes de Oliveira traz nesta "música-mensagem"[51] (Ramos, citada por Figueira, 1999, p. 74) o desejo de ver as resoluções do Encontro de 1979, concretizadas. A linguagem é lançada em direção contrária à de "Problemas, problemas", que chama a atenção para o que estaria errado e mereceria a atenção tanto do clero da América Latina (CELAM e os participantes de Puebla), quanto do púbico do padre. "Dai-nos hoje o nosso pão" fala sob a perspectiva do "pedido", da "oração", sua denúncia é dessa forma, não como constatação direta, mas como súplica.

Observa-se um apelo do autor para a não utilização da força bruta (verso 5), o que reafirma o caráter não-revolucionário (radical) de Padre Zezinho, contrabalanceando o caráter revolucionário de "Não tire a minha terra". Bem como, há uma admoestação ao desapego da vingança (versos 25 e 26), que nos remete à mensagem de Cristo:

[51] Diz-se do estilo de música religiosa que não é o utilizado como música litúrgica, portanto, grande parte do repertório do Padre, incluindo todas as canções de *Oferenda*.

> Digo-vos a vós que me ouvis: amai os vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam abençoai os que vos maldizem e orai pelos que vos injuriam.
> Ao que te ferir numa face, oferece-lhe também a outra. E ao que te tirar a capa, não impeças de levar também a túnica.
> Dá a todo o que te pedir; e ao que tomar o que é teu, não lho reclames. (Lucas 6, 27-30)

Pois o padre pede indiretamente que o ouvinte "não se vingue por vingar". Ou seja, a tolerância com a injustiça cometida coabita com o desejo de se fazer justiça, porém sem o uso da violência (verso 5). A mensagem espiritual por essência e a preocupação reiterada em Puebla assim se unem. Além disso Padre Zezinho parece mencionar, metaforicamente, outro tema discutido em Puebla: os governos ditatoriais da América Latina (versos 2, 3, 8 9, 10), ao se utilizar dos substantivos como "liberdade" – "Não nos falte a liberdade" (verso 2) – "tirania" – "Não domine sobre nós a tirania" (verso 3) –, "direito" ("não pisemos no direito que é dos outros (verso 8). Enfim, lê-se nessa letra novamente os temas de Puebla, com a particularidade de que o compositor enfoca agora a opressão governamental.

Musicalmente, temos um coro feminino que inicia a canção com uma melodia lenta e de extensão vocal moderada, seguido por Padre Zezinho e Astúlio Nunes, ambos barítonos, que se revezam em um dueto de linha melódica simples e não extensa, quase falada. Ao final, o coro feminino executa uma melodia mais aguda e agitada, que requer conhecimento técnico vocal.

A canção tem o acompanhamento instrumental de um violão de nylon, realizando a base harmônica, piano, contrabaixo, bandolim, teclado e alguns instrumentos de percussão (peles, jogo de sinos ou metalofone, chocalho ou afoxé). A tonalidade é Sol maior e o ritmo é o *country* – lembramos que Padre Zezinho passou quatro anos nos Estados Unidos. Ao final da canção, há a repetição da primeira estrofe por parte de todos e em uníssono.

A décima canção da lista é "Canto dos jovens" (não publicada. Ela se encontra na página 17 do requerimento de letras):

1. Queremos ver julgar agir
2. Queremos ver julgar agir

3. Quero ver o que acontece nesta América Latina
4. E julgar o que acontece nesta América Latina
5. Agir para mudar o que precisa ser mudado
6. Pois sabemos que a injustiça é um estado de pecado

7. Queremos ver julgar agir
8. Queremos ver julgar agir

Eis uma referência direta ao DP:

> 2. Ver, Julgar e Agir: o Método

> O documento [DP] se desdobra em cinco partes: visão pastoral da realidade da América Latina (primeira parte); desígnio de Deus sobre a América Latina (segunda parte); a evangelização na Igreja da América Latina: comunhão e participação (terceira parte); a Igreja missionária a ser viço da evangelização na América Latina (quarta parte); opções pastorais (quinta parte).
> Não se trata de uma justaposição de partes, pois elas possuem uma estrutura e um eixo. A estrutura se desenvolve segundo o método teológico-pastoral de ver a realidade analiticamente (primeira parte), julgá-1a com os critérios da fé (segunda parte) e agir pastoralmente para transformá-1a (terceira, quarta e quinta parte). (DP, p. 27).

Em outras palavras, através do método, o Padre propõe que em prol da mudança, ou seja, para que ocorra uma melhoria nas condições dos vulneráveis (em sentido amplo, o pobre), haja uma "atuação assídua na realidade vivida" (Chaves, 1999, p. 45) por parte do cristão, principalmente.

"Ver", portanto, consiste em uma tomada de consciência. O cidadão concentra o olhar na realidade, a aceita e verifica nela as mazelas do pobre e as suas próprias. É um momento que demanda catarses. "Julgar", por sua vez, trata-se do momento de avaliar e interpretar a situação vista à luz da fé, da doutrina católica e do Evangelho. E "Agir" representa a execução prática, o momento de efetivamente trabalhar para construir uma "sociedade alternativa". O objetivo do agir, por sua vez, é tornar a salvação algo palpável no mundo real, por meio do envolvimento político e da luta por justiça social, em vez de se esperar passivamente (Veiga, 2009. s.p.), pela salvação apocalíptica.

Em síntese, a mensagem aponta a tarefa para o jovem, público-alvo do padre, de se tornar o protagonista da mudança. Ele está afirmando que é esse (o jovem) o indivíduo que deve se tornar o sujeito ativo da própria história, agindo para que as coisas mudem e as pessoas (o pobre) vivam em melhores condições.

A décima canção vetada é "Cantiga de ninar" (publicada no álbum com seu título expandido: "Cantiga de ninar criança pobre" e alterações. Ela se encontra na página 19 do requerimento de letras).

1. Menino pobrezinho da América Latina
2. Nãna, meu bem
3. Nãna, meu bem
4. Nãna, nana que o amanhã já vem

[repetem-se os versos 2 a 4]

5. Nãna, nana que o amanhã já vem

6. Menino pobrezinho da América Latina
7. O mundo está muda[n]do
8. E sua hora chegará
9. Menino pobrezinho da América Latina [este verso foi suprimido, na versão publicada]
10. A solução vem vindo
11. E a justiça reinará

12. [repete-se a primeira estrofe com as alterações]

13. Menino pobrezinho da América Latina
14. Profetas anunciam
15. Que você triunfará

16. Menino pobrezinho da América Latina [este verso foi subtraído, na versão publicada]
17. Seus pais estão morrendo
18. Pra você viver em paz

19. [Repete-se a primeira estrofe inteira e a próxima é falada]

20. No lixo [em] que você talvez precise remexer
21. Para encontrar o que comer
22. Talvez também encontre a dignidade
23. Que a ganância pôs pra fora
24. Desta nossa sociedade...

[A canção termina com a repetição cantada do verso 5, cuja última sílaba resolve o acorde]

Começando pela análise musical, desta vez, trata-se de um solo feminino da cantora Sandra Brito (mezzo-soprano), acompanhado de violão de nylon, metalofone, contrabaixo elétrico, teclado ou sintetizador. A tonalidade é Fá maior, o ritmo da canção é a da tradicional cantiga de ninar. As estrofes são intercaladas terminando em intervalo ascendente e as subsequentes, em intervalo resolutivo descendente (pergunta e resposta).

O andamento é lento e o compasso é conduzido sem uma pulsação percussiva rígida (bateria ou percussão marcada), o que cria uma sensação de tempo suspenso, simulando o balanço de um berço.

Da perspectiva do DP, seguindo a linha de análises que fizemos até aqui, a letra fala novamente do pobre sul-americano e suas dificuldades ("Menino pobrezinho da América-latina", verso 1). Salienta a condição avessa aos direitos humanos fundamentais em "seus pais estão morrendo pra você viver em paz" (versos 16 e 17), o que sugere, igualmente, os revolucionários mortos na luta armada e os órfãos que deixaram. E finalmente nos versos 18 a 22, o padre escancara a situação de miséria e indiferença, colocando que a criança da canção "remexe o lixo para comer".

Cabe aqui a citação de Napolitano, sobre o manifesto de Glauber Rocha "a estética da fome":

> (...)a "fome", ao se transformar em problema político, nega tanto a visão do estrangeiro, que a vê como "surrealismo tropical", quanto a visão do brasileiro, que a entende como uma "vergonha nacional". A solução estética e política se encontrava, num trecho bem ao estilo do terceiro-mundismo dos anos 1960: 19 'A mais nobre manifestação cultural da fome é a violência'. (Napolitano, 2012, s.p.)

A última (décima primeira) canção é "O canto do negro" (publicada em 1983 com alterações Ela se encontra na página 20 do documento oficial):

[Há, na versão publicada a adição do verso: "É como dizia Castro Alves:" e então segue-se a letra]

1. Auriverde pendão da minha terra
2. Que a brisa do Brasil beija e balança
3. Estandarte que à luz do sol encerra
4. As promessas divinas da esperança

5. Negro chegou aqui no porão de navio, inglês
6. Negro chegou comprado por um patrão português
7. Negro foi feito escravo por preconceito de cor
8. Negro foi agredido e pagou o preço da cor

9. Negro perdeu raiz
10. Negro perdeu mulher
11. Negro perdeu família
12. Negro perdeu a tribo
13. Negro perdeu a liberdade

14. Negro perdeu a voz
15. Negro perdeu a paz
16. Negro perdeu o riso
17. Negro perdeu o nome
18. Só não perdeu a esperança [repete-se esse verso e em seguida a primeira estrofe, versos 1, 2 e 3. Em seguida repete-se o verso 5 e a estrofe seguinte é falada]

19. E o negro continua esperando
20. Que a igreja de Puebla fale também do que os cristãos [o verso publicado é: "que a igreja e o mundo falem mais alto daquilo que os cristãos e os outros homens fizeram contra a minha raça"
21. Fizeram e ainda fazem contra o meu povo? Por causa [o verso publicado foi: "contra o meu povo"
22. Da nossa cor e da nossa cultura!

Musicalmente, a tonalidade é Dó maior, o ritmo é do toque – associado aos ritmos de matriz africana, como nos toques de berimbau na capoeira). Os instrumentos utilizados são atabaque, berimbau, agogô, flauta transversal, caixa. Há um solista, identificado somente como Denílson (baixo-barítono, de voz escura, extensa e potente. Percebe-se que é possuidor de segurança técnica, posto que transita entre as três regiões vocais – graves, médios e agudos – com facilidade), que começa a canção *a capella*. A partir da terceira estrofe ouve-se um coro adulto e um infantil. O final da canção é executado de forma falada, pelo solista.

Com relação a Puebla e as demais análises, a canção novamente reitera os temas da injustiça, das dificuldades do pobre, do vexame que cotidianamente o martiriza. Tal qual "O canto do índio", a presente música busca a retratação histórica do branco europeu e sua Igreja oficial acerca dos abusos cometidos desde a época das grandes navegações. Nesse caso especialmente sobre a escravização dos negros africanos.

Em conclusão, as letras do requerimento 26538/81, que comporiam o álbum *Oferenda* de Padre Zezinho, redigido pela PIA Sociedade Filhas de São Paulo, Irmãs Paulinas e submetido à apreciação censória da DCDP no ano de 1981, são poemas realistas e por vezes crus. As metáforas colocadas não são eufemistas, porém despidas da transcendência abstrata da música litúrgica tradicional. São canções de mensagem que tratam do agora, não da salvação do Dia do Juízo Final.

Elas são crônicas da realidade dos pobres de Puebla e suas implicações, fotografias cantadas

dos pobres da América-latina e das injustiças que sofrem. Em adição, Padre Zezinho scj se refere direta ou indiretamente ao encontro episcopal em todas as letras vetadas e esta é a razão de elas possuírem o tom denunciante da miséria do povo, financeira e espiritual, de todas as classes.

O tom reivindicante, de protesto, é notoriamente católico, posto ser análogo à prática da doutrina: percebe-se e aceita-se que se cometeu um pecado (os abusos cometidos no passado do continente, a indiferença que as classes sociais praticam entre si) sua confissão, pedido de perdão, arrependimento e assunção da penitência (a retratação).

Ademais, no Encontro de Puebla de los Angeles, a Igreja entra no consenso de que deve ser um instrumento de fortalecimento constante da comunhão dos fiéis tanto com Deus, quanto entre si: "A missão da Igreja é anunciar o reino de Deus na história, a partir do encontro e da partilha fraterna, da oração e do serviço solidário, sendo sinal e instrumento no processo de transformação da sociedade." (Scopinho, citado por Chaves, 2019, p. 44). As letras do padre traduzem isso.

Trata-se de um discurso em doze partes, com onze silenciadas, que defende os direitos humanos, que celebra o momento em que a Igreja Católica escolhe se voltar aos pobres, aos marginalizados, particularmente da América Latina. "Puebla, ó Puebla" diz "Puebla dos oprimidos!" (verso 6), com ponto de exclamação, para ser mais veemente, o que poderia muito bem resumir todo o álbum, para aqueles que agora sabem do que se trata o texto.

Na próxima subseção traremos o parecer do técnico de censura Sérgio Roldon de Oliveira e nossas considerações sobre ele em cotejo com seu contexto.

3.2. O parecer do censor Oliveira: enquadramento no decreto 20.493/46, "binômio homem x terra" e a Igreja Católica

Na presente subseção apresentaremos o parecer do técnico de censura responsável pelos vetos às canções que comporiam originalmente o álbum *Oferenda*, de Padre Zezinho e o analisaremos frente ao seu contexto histórico, sem descartar a subseção anterior. O objetivo é conhecer as justificativas do policial federal e refletir se foram pertinentes ao que lhe foi oferecido como treinamento na DCDP, de acordo com o que expusemos no capítulo 2 desta pesquisa. Cremos que essa concatenação de ideias e fatos vá o que vá de encontro à ideia de que o censor teria tomado sua decisão de forma subjetiva. Ou seja: Oliveira fez o que foi treinado para fazer, cumprindo seu papel de servidor público. Salientamos aqui o critério imparcial de uma dissertação, não fazemos nenhum juízo de valor, nossa intenção é, mais uma vez, analisar e expor os fatos históricos.

As análises a seguir foram igualmente concebidas em cotejo com os estudos sobre o tema até aqui concatenados. Nesta subseção, buscamos, em síntese, a resposta para nossa pergunta

fundamental de pesquisa, exposta na Introdução e aqui reformulada, em virtude de todo o material coletado e estudado: “por que as canções de um padre católico seriam vetadas pela DCDP?”.

O parecer, documento oficial (figura 2, p. 54), redigido pelo policial federal técnico de censura Sergio Roldon de Oliveira, inscrito na DCDP sob a matrícula 2.405.397, assinado pelo chefe substituto do Serviço de Censuras – DCDP, Arésio Teixeira Peixoto e pela diretora do órgão, Solange Maria Teixeira Hernandes, possui o número 5238 e traz como texto:

> As letras musicais acima nominadas, encaminhadas para exame através do processo nº 26.538/ 81-SR/SP, são detentoras de conteúdos que não se enquadram nas pretensões governamentais, porque contrariam os principais objetivos nacionais, pois, em forma de protesto político, tendem somente a incitar o povo contra o regime político a que estão submetidos, visando com isso, conturbar a ordem e a paz.
> Os temas abordados pelo autor são de natureza sócio-político-econômica, destacando-se, dentre os demais, por ser bastante atual o que se refere ao binômio HOMEM X TERRA, haja vista, os incidentes que vem ocorrendo constantemente envolvendo proprietários de terras, colonos e a própria polícia, em vários pontos do país, tais como: Ronda Alta/RS e São Geraldo/PA.
> Há que se ressaltar, que a parte interessada responsável pelo envio destas composições musicais para exame censório, é formada por religiosas e, o clero, através da corrente denominada progressista, é o principal acusado pelos conflitos mencionados anteriormente.
> Por assim serem e, por contrariarem o que dispõe o art. 41 alíneas "d" e "g" do Decreto-Lei nº 20.493/46, julgo ser inapropriada a liberação destas composições musicais, às quais, sugiro a atribuição do veto censório.

Para investigar a coerência do parecer quanto ao seu principal apontamento: as implicações acerca das referências, nas letras, ao “binômio HOMEM X TERRA”. Ou seja, o potencial que teriam as canções de incitar conflitos fundiários entre pequenos proprietários, latifundiários e as forças policiais mediante a intervenção direta de membros do clero, como coloca Oliveira.

Nos utilizamos para tal intento da seguinte metodologia: primeiramente verificamos a quantidade e qualidade da ocorrência da palavra “terra” (no sentido de propriedade, relativa à questão fundiária) no documento oficial. E o resultado é:

Canção “Problemas, problemas”:1 ocorrência (verso 3: “É o problema da terra”);

Canção “Canto do Índio”: 5 ocorrências (versos 28 a 32: “E branco foi empurrando/Índio pra fora da terra/Branco ganhou a guerra/Branco tomou nossa terra/Branco tomou nossa terra”);

Canção “Canto do Migrante”:13 ocorrências (verso 1: “A terra que era nossa por primeiro”, verso 5: “Da terra que era minha eu não sou dono”, verso 10: “Terra de todos terra de ninguém", verso 11: “Terra de gado quando a gente passa fome de doer”, verso 12: “Terra de um dono que aqui nunca vem”, verso 13: “Terra do boi que agora vale mais que o homem vai valer”, verso 18: “Da terra em que eu vivia eu fui tocado”, verso 23: “Terra de todos terra de ninguém”, verso 24: “Terra de gado quando a gente passa fome de doer”, verso 25: “Terra de um dono que aqui nunca vem”, verso 26: “Terra do boi que agora vale mais que um homem vai valer”);

Canção “Oração do pobre sem voz nem vez”: 4 ocorrências (verso 5: “Trabalha a terra pra jogar uma semente”, verso 6: “Trabalha a terra pra jogar uma semente”, verso 9: “A terra é seca não tem água o sol é quente”, verso 10: “A terra é seca não tem água o sol é quente”. Entendemos que tais versos são indiretamente relacionados ao tema, posto que tratam da razão pela qual o pequeno agricultor precisa de sua terra, para a lavoura e por isso os incluímos na contagem);

Canção “Não tire a minha terra”: 6 ocorrências (verso 1: “Não tire a minha terra”, verso 17: “Mas não tente me tomar a terra”, verso 20: “Só a terra que você quer”, verso 22: “que esta terra tem quem quer”, verso 25: “Mas não tente me tomar a terra”, verso 33: “Mas não tente me tomar a terra”).

Ao todo, a palavra aparece 29 vezes, nas 5 canções, tomando em consideração o fato de que a palavra “terra” aparece nos textos de Padre Zezinho aqui analisados, em dois contextos: atrelada à propriedade privada que foi tomada, seja ela do indígena ou do pequeno agricultor, e significando a África, terra da qual são provenientes os povos negros que para a América do Sul foram trazidos como escravizados.

A questão fundiária era, de fato, um assunto de particular importância para a Igreja Católica, pois estava diretamente relacionado aos temas de Puebla, à dignidade do pobre e ao combate às injustiças, como colocamos na subseção anterior. Nesse sentido convém recordar a existência das pastorais (da terra, do migrante, do índio, etc.), que auxiliavam diretamente essas pessoas (Silva; Medeiros, 2016, Napolitano, 2014, p. 381)[52]. Exclusivamente sobre as canções “Oração do pobre sem voz nem vez” e “Canto do Migrante”, inferimos que Padre Zezinho tenha conhecido essa realidade em primeira pessoa, apesar de não termos encontrado evidências de ele ter se envolvido diretamente com pastorais da terra.

Expomos, a seguir, dois dos documentos oficiais encontrados no SIAN, os quais ratificam os argumentos aqui colocados, que os progressistas católicos estavam imiscuídos em questões fundiárias.

O primeiro deles, “oriundo da Agência Central do SNI e intitulado: “Atuação de militantes e ex-militantes de organizações subversivas ligados a entidades religiosas" (Brasil, 1981A). Este documento é, como se pode ver, contemporâneo ao documento por esta pesquisa analisado constitui-se em uma “relação” (como explícito no próprio documento, p.3) de 77 nomes de clérigos, entre freis, padres (Padre Zezinho inclusive), bispos e freiras, sendo eles brasileiros, holandeses e portugueses.

De maneira geral, essas pessoas se fazem presentes na listagem por participarem e, ou promoverem manifestações contra o governo vigente, integrarem; promoverem pastorais da terra; de jovens, de operários e principalmente por estarem ligados à reforma agrária; a questões e discussões que

[52] Os documentos sigilosos também mencionam as pastorais: Brasil, 1983, p. 41 e Brasil, 1981A, p. 11.

envolviam agricultores, posseiros, proprietários de terras, indígenas. Ou seja, o que sugere Oliveira com o "binômio HOMEM x TERRA" (Brasil 1981B). A seguir e a título de ratificação, salienta-se no documento:

> MANOEL GERÔNIMO NUNES — Pe.(…) em comemoração ao dia do Trabalhador rural durante a qual disse que 'o Governo é culpado pela situação em que se encontra o trabalhador rural no Brasil' (p. 17);
>
> DOM PEDRO CASALDÁLIGA (…) Respondeu a Inquérito em 77, na Comissão Parlamentar de Inquérito, por atividades ligadas, ao sistema fundiário (p.18);
>
> PIERO THIBALDI - Pe. (…) Pároco da Igreja Matriz de T. Otoni. É membro da Pastoral da Juventude, organizador e orientador de movimentos e Grupos de Jovens, Movimentos Populares e de Base, além de se imiscuir em movimentos contestatórios e de reivindicações classistas. É o principal responsável pela elaboração e distribuição de livretos e panfletos em todas as Paróquias da Diocese, e (...) pelo jornal contestatório 'Tribuna Operária'. (p.18-19);
>
> DOM ARNALDO RIBEIRO (…) Bispo Auxiliar [Belo Horizonte - MG] (…) assinou uma nota (…) 'Declaração dos Padres': atacando o Governo de violento e arbitrário contra os estudantes; acusando-o de praticar violências contra o povo; que o Brasil precisa mais de estudantes do que militares; mais livros do que armas e mais escolas do que quartéis (p.7-8);
>
> DOM ADOLPHO QUIRINO SCHIMITZ (…) Bispo Diocesano de T.Otoni/MG, atua, intensamente, em todas as atividades dos sindicatos de trabalhadores rurais de T.Otoni. Na sede de sua diocese, tem sido o principal mentor das atividades dos movimentos populares, não só nas manifestações de caráter reivindicatório e de contestação, como também nos movimentos grevistas das mais diversas categorias. Responsável pela disseminação de idéias esquerdistas na região, por meio de uma vasta documentação panfletária ali mesmo confeccionada ou importada de outros pontos do pais, sobretudo, do nordeste. Tendo o no minado à frente, vem ocorrendo, na região, o incitamento do homem do campo para que lute por melhores condições de vida, melhore salários e etc, induzindo o mesmo a atritar-se com o patrão. (p.7)
>
> BASÍLIO REZENDE – frei (…) franciscano, de tendência socialista, professor da UCMG e estudante de engenharia da UFMG. Faz parte do grupo de padres que lutam pelos direitos humanos; participante de vários encontros de movimentos que lutam pela anistia. Em um dos debates públicos sobre anistia (…) afirmou que a igreja está dividida por aqueles que se envolvem com a política e aqueles que não. Criticou D. Eugênio Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro, dizendo que este não deixou que celebrassem missa para as vítimas da repressão mas deixou que a celebrassem para os que fizeram a repressão (…) foi designado para celebrar uma missa em Santos Dumont para uns oficiais militares, mas deixou claro ao seu superior que durante a celebração iria engrandecer não os militares e sim os presos políticos e aos exilados, 'pois estes sim, serão lembrados como heróis'. No dia 07.04.78, em uma das reuniões do movimento feminino pela anistia (...) fez a declaração: que não falava, em nome do clero e sim pelos ideais dos estudantes; que apoiava o movimento estudantil pela libertação dos operários e estudantes presos em São Paulo. (p.8)

Dentre outros, o 40º nome listado é o do próprio Padre Zezinho:

> 40. JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA - Pe. (…) colaborador do jornal "Lar católico", onde assina como "PADRE ZEZINHO", participa, semanalmente, das reuniões do Partido dos Trabalhadores de Juiz de Fora. A presença do citado padre nas reuniões do partido é vista com simpatia por trabalhadores e desempregados levados a se filiarem naquele. (p.15)

Acrescido a isso, sabemos que esse assunto interessava em especial ao lado progressista da Igreja Católica, posto que encontramos essa informação no já mencionado documento classificado "Estudos sobre a Igreja Católica" (Brasil, 1983), de autoria do Tenente Coronel Leopoldino – descrito sem sobrenome – o qual traz o nome do Padre Zezinho como fonte bibliográfica. Vale recordar que

as referências bibliográficas entre as quais se apresentam os livros de Zezinho somam 3 páginas (páginas 45 a 47) e trazem os nomes de 7 autores católicos, incluindo Padre Zezinho e Leonardo Boff. Os títulos de Zezinho presentes na lista são: *Meu povo minha igreja, A revolta e paz de Maria Helena* e *A comunidade jovem.*

O referido documento consiste em um detalhado estudo sobre o tema que lhe dá o título, frente ao seu contexto, sob o ponto de vista da guerra psicológica adversa. Os militares examinaram diversas encíclicas papais, de 1891 à 1968 – todas publicadas pela Edições Paulinas, a mesma editora do Padre Zezinho –, chamando a atenção para a primeira que trata da "questão operária", a "Rerum Novarum" – "do novo mundo", (tradução nossa, 1891 (Papa Leão XIII) e sobre ela, Leopoldino escreve: "é muito popular e, tal como a questão social, foi ardentemente debatida durante quase um século de sua aplicação" e ainda, que ela: "... define uma posição da Igreja (…) Opondo-se diretamente à ação socialista, representa[ndo] para a ação social cristã o que foi o Manifesto dos Comunistas (1848) ou "O Capital" – de MARX – para a ação socialista." (Brasil, 1983, p. 19-20). E como pontos de destaque que ratificam a sua posição, ele cita:

> (…) difícil precisar com exatidão os direitos e os deveres que devem reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho (…) Por outro lado, o problema não é sem perigos, porque poucas vezes homens turbulentos e astuciosos procuram desvirtuar-lhe o sentido e aproveitam-no para excitar multidões e fomentar desordens (…) [em] 'Não luta, mas concórdia de classes', cita o Gêneses (3,17) indicando o trabalho como uma necessidade.
> Esta encíclica cuja análise foge aos objetivos limitados deste trabalho, é um marco da doutrina oficial da Igreja, em prol da concórdia entre as classes e dos direitos dos operários" (Papa Leão XIII, citado em Brasil, 1983, p. 20)[53].

O estudo também traz o histórico detalhado da *Gauche Catolique* (Esquerda Católica) e "da infiltração comunista nos seculares e nas ordens religiosas" (Brasil, 1983, p.23), organogramas hierárquicos da Igreja Católica (geral e especificamente no Brasil), mapas, nomes de todos os clérigos e suas respectivas atribuições, suas posições ideológicas – com conceituação – enquanto "progressistas subversivos", os "Reformistas-progressistas", "Reformistas Pastoralistas" e "conservadores", ou "Papistas"[54] (Brasil, 1983, p.33), suas quantidades e até mesmo as áreas de posse da Igreja abrangidas em km², além da análise dos seguintes:

> aspectos da igreja: (…) Representações Diplomáticas; Organizações Religiosas Internacionais Para a América do Sul; (...) Tomada de Posição da Igreja no Campo Temporal; A Igreja e o Movimento de 1964; Grupos e Correntes de Opinião; Classificação do Episcopado na Área Regional; Atuação do Clero na Área Regional; O que falta saber e Possibilidade de um plano de ação conjunto (Brasil, 1983, p.2).

[53] A encíclica original está disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html#_ftnref5. Acesso em 24 de ago de 26.
[54] Estes dois últimos são respeitadores da hierarquia eclesiástica, ou seja: aceitam o papa como seu líder e líder da Igreja, ao contrário dos progressistas.

O objetivo do trabalho era (dentre outros): "reunir informações básicas para o analista que se inicia no acompanhamento dos problemas gerados pela atuação temporal da Igreja Católica no campo psicossocial e político-administrativo; contribuir para uma ação integrada da Comunidade de Informações de Brasília" (Brasil, 1983, p.9)[55]. E como pontos de interesse específicos para a nossa pesquisa, encontra-se na sessão "Considerações preliminares" que a justificativa de sua produção, dentre outras, seria o de elucidar o conceito de subversão entre os religiosos católicos e aprofundar os:

> (…) conhecimentos históricos que permitam apreciar, com exatidão, a posição da Igreja e a evolução desta posição, através dos séculos [e de ressaltar as] similitudes de teses sociais cristãs e de algumas teses da filosofia comunista, [tendo em vista que há uma] infiltração de uma minoria comunista altamente ativa no seio do clero católico. (Brasil, 1983, p. 18).

Ademais, o documento constata que há um movimento progressista no seio da Igreja Católica, porém que ele é pequeno, composto por uma minoria de adeptos. E seu autor ainda coloca que compartilham um vigoroso sentimento grupal os religiosos e os militares (Brasil, 1983, p.19), posto que os clérigos "Papistas" "sob o ponto de vista ideológico apoiam, (…) de um modo geral, a orientação do Governo." (Brasil, 1983, p.34).

Anacrônica e acidentalmente, encontramos ainda uma citação de Leopoldino que condensa tanto o DP, quanto às letras de Padre Zezinho. O oficial escreve que a Igreja sempre foi uma espécie de refúgio para os pobres, bem como - salvo em isolados eventos - se colocou ao longo de sua história como antagônica aos poderosos (Brasil, 1983, p.19).

Numa relação direta com a presente subseção, Leopoldino coloca que em 1969 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), se manifestou diversas vezes contra perseguições e prisões de estudantes, religiosos e de representantes da classe proletária (Brasil, 1983, p.27)[56], tendo aprovado a moção de Dom Fernando Gomes Dos Santos, de apoio a Reforma Agrária, que reafirmava "a prioridade do bem comum sobre a propriedade privada."[57].

Em conclusão preliminar, acreditamos que essas informações lancem luz ao que levou à determinação proibitiva do técnico de censura. Todavia, como não nos contentamos apenas com os documentos supraexpostos, exporemos na próxima subseção, a pesquisa hemerográfica que

---

[55] Aqui convém recordarmos a citação de Napolitano na obra *1964*, s.p.: "Várias agências operativas realizavam as ações do tripé repressivo e trocavam informações entre si, embora quase nunca sua ação fosse coordenada a partir de uma estrutura burocrática comum e integrada. (...) a 'comunidade de informações' era ativa e influente." Ou seja, os diferentes documentos produzidos pelas forças militares convergiam e circulavam entre os agentes, formando uma grande rede de informações.

[56] Acontecimentos citados igualmente por Napolitano (2004, p. 32, 257, 277, 279).

[57] Não encontramos o documento citado, porém, encontramos que: "Dom Fernando foi empossado pelo Presidente Jânio Quadros como integrante do grupo de trabalho que tem a seu encargo o estudo e a execução do Plano de Reforma Agrária. Ele deveria apresentar ao governo uma fórmula humana e cristã de se por em prática a Reforma Agrária no País." (Freitas, 2008, p. 50)

empreendemos a fim de averiguar se Oliveira alegava a verdade ao afirmar que a Igreja estava envolvida em conflitos de terra no Brasil.

3.3. Pesquisa hemerográfica: a atuação da Igreja Católica em conflitos de terras

Buscou-se registros da imprensa entre os anos de 1981 e 1983, no site da Hemeroteca Digital, que tratassem de possíveis conflitos entre trabalhadores rurais e latifundiários, nos quais religiosos católicos estivessem envolvidos, especialmente visando os dois estados citados pelo censor Oliveira, Rio Grande do Sul e Pará. Na pesquisa, encontrou-se apenas uma matéria relevante e seus desdobramentos, o que levou nosso foco a se ampliar para matérias que falassem de "padres" envolvidos em lutas de terras em todo o território nacional.

Com relação à busca inicial, encontrou-se que:

> Os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, que foram condenados recentemente pela Justiça Militar juntamente com um grupo de 13 posseiros do Sul do Pará, foram transferidos domingo, do Segundo Batalhão de Infantaria da Selva, em Belém, para uma das celas da Polícia Federal, em Brasília." (*Diário do Pará*, 1982A).

Os padres mencionados na matéria foram condenados respectivamente a 10 e 15 anos de prisão e passaram um ano detidos no referido quartel, juntamente com os posseiros. Adiante, na matéria, afirma-se que o ocorrido motivou uma missa, que foi realizada poucos dias depois e que também motivou "manifestações de solidariedade aos 15 presos em todo o País e também no Exterior. Encerrado o culto ecumênico, os manifestantes se dirigirão em passeata até o Largo da Trindade, para onde está marcado um ato público com pronunciamentos de dirigentes das entidades participantes" (*Diário do Pará*, 1982A). O episódio que levou às prisões, no entanto, não consta na matéria, nela havendo apenas o local do conflito: o município de Conceição do Araguaia, na região sul do Estado do Pará.

Noutra matéria sobre o mesmo caso, chama-se a atenção o fato de que "Dom Luciano de Almeida, Secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (…) lembrou que o engajamento dos padres em questões fundiárias é uma decorrência da missão da Igreja, que deve promover a justiça e requer o respeito ao direito adquirido dos posseiros" (*Diário do Pará*, 1982B). Tal declaração, mediante o contexto, pode ser tomada como ratificação histórica. Ela comprovaria a justificativa do censor Oliveira: os clérigos estavam se imiscuindo nos conflitos de terras.

No que toca a pesquisa sobre todo o território nacional, o *Jornal do Brasil* de 6 de janeiro de 1980, 1º caderno, traz a matéria "Posseiros acusam a Funai de instigar índio à violência". Ela revela

que a Fundação se utilizava supostamente de métodos simpáticos aos comunistas para auxiliar os povos Guajajaras a resolverem conflitos de ordem fundiária com posseiros, "chegando mesmo a instigar os índios para que se apossem das terras se preciso até com uso de violência". Tal tensão se dava no município de Alto Alegre (Maranhão) e, dentro das terras dos indígenas havia uma missão de padres capuchinhos, os quais alegavam ser legítimos proprietários da terra que habitavam. Os próprios padres, porém, denunciaram os integrantes do projeto da Funai, tendo incentivado a instalação de famílias na área e apoiado "a abertura de roças (*Jornal do Brasil*, 1980, p. 18) nos locais que se achassem convenientes pelas pessoas que lá se instalassem.

Em outra matéria do mesmo jornal e sobre o mesmo assunto, datada de 11 de janeiro de 1980, encontrou-se que os padres missionários sugerem que "os índios brasileiros recuperem a categoria de nações (…) e oferecem como exemplo a Suíça, onde convivem harmoniosamente alemães, franceses, italianos e helvéticos" (*Jornal do Brasil*, 1980B, p.1), trecho que remonta ao tenente coronel Leopoldino e sua inferência à "falta de sensibilidade de religiosos estrangeiros para com a realidade social, econômica e política do BRASIL" (Brasil, 1983, p.19).

Essa afirmação, por sua vez, nos remonta aos nomes dos religiosos estrangeiros relacionados no documento "Brasil, 1981A" – mais um dado que evidencia a funcionalidade da Comunidade de Informações.

Finalmente, há a matéria "Freira é presa na Paraíba", do *Diário de Pernambuco*, de 5 de janeiro de 1980, A-16. Trata-se da freira holandesa Tonny Van Han a qual foi detida "pela polícia na área da grande Alagamar (…) onde há tensão social, devido aos conflitos entre agricultores e proprietários" de terras. A freira foi detida juntamente com o Frade João Batista Sales e, de acordo com a matéria, ela e o frade se envolveram com os camponeses, ("ela foi à Alagamar deixar os camponeses que haviam sido agredidos pela polícia há uma semana"), o que sugere estavam relacionados ao conflito (*Diário de Pernambuco*, 5/01/1980, p. 16).

Em síntese, Oliveira baseava seu parecer em dados da realidade, ele não agiu de forma contrária ao seu treinamento e ao que demandava seu ofício de policial federal, técnico de censura. Os progressistas católicos estavam imiscuídos em conflitos de terras, inclusive conflitos que envolviam os povos originários.

3.4. O enquadramento das canções de Padre Zezinho nas alíneas "d" e "g" do decreto 20.493/46

Retornando ao parecer de Sergio Roldon de Oliveira em cotejo com as canções vetadas,

verifica-se que diversas delas não trazem referências ao "binômio homem x terra", tendo sido vetadas sem uma justificativa detalhada. Trataremos na presente subseção deste assunto, bem como, exporemos o enquadramento das canções na legislação da censura, já exposta no capitulo 2.

Para recordar, encontra-se no referido art. 41 do Decreto 20.493 de 1946 (Brasil, 1946):

> **Art**. 41. Será negada a autorização sempre que a representação, exibição ou transmissão radiotelefônica:
> (...)
> d). fôr capaz de provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades constituídas e seus agentes;
> (...)
> g). ferir, por qualquer forma, a dignidade ou os interêsses nacionais;

Analisando-se a totalidade das letras, nota-se que são muitos os trechos que alertam para os "temas (...) de natureza sócio-político-econômica" (Brasil, 1981B), sendo, de fato, todas elas críticas sociopolíticas. As que não tratam de reforma agrária, ou assuntos correlatos, falam de preconceito, ofensa ou agressão racial ("O canto do negro" e "O canto do índio"), requerendo retratação histórica.

Em resumo, o texto em verso de Padre Zezinho se apresenta como uma forma de "protesto político" e por essa perspectiva, dá margem ao posicionamento do policial que as vetou: "tendem (...) a incitar o povo contra o regime político a que estão submetidos, visando, com isso, conturbar a ordem e a paz." (Brasil, 1981B).

Sobre os versos que trazem as questões fundiárias, os que escancaram as mazelas dos pobres, seus vexames frente à injustiça e os que evidenciam a desigualdade entre as etnias, soerguendo a opressão por que passaram indígenas e negros, imposta pelos colonizadores europeus e herdada pela sociedade brasileira pertencente à época, estendem-se a decisão e a interpretação do censor Oliveira.

Neste sentido, seriam os trechos "subversivos" – contrários ao decreto-lei – por exemplo, os da canção "América dos oprimidos": "Cantamos um canto de ira" (verso 6), "Cantamos pedindo justiça/ Cantamos pedindo mudança" (versos 9 e 10), "Cantamos esperando revolução" (verso 12), devido ao fato de Padre Zezinho fazer menção clara à "revolução, ira e mudança".

Os seguintes versos de "Problemas, problemas", "É o problema decente/ De lutar pra ser gente" (versos 53 e 54), aparentemente se opõem à perspectiva repressiva do governo contemporâneo à criação dos presentes trabalhos do Padre, ressaltada por Garcia (2008, p. 229):

> Nesta fase de instabilidade, os agentes censórios recorriam ao imaginário anticomunista para legitimar a prática censória sobre teatro, cinema, música, programas de rádio e televisão no contexto de abertura política. Segundo relatório interno, a DCDP 'diuturnamente constata o problema político-ideológico inserido no material submetido a sua apreciação e, por oportuno, cita ensinamento deixado por NIKITA KRUSCHEV, cuja utilização é visível e palpável na comunicação de massa: 'a imprensa, o rádio, a literatura, a pintura, a música e o teatro são poderosas armas ideológicas do nosso partido'.

Já em "Profecia", observa-se: "Quando a miséria nem deixa falar/E as injustiças parecem

legais/Tua igreja não pode calar/Liberta, senhor, teu povo/Sacode este continente", o que sugere relação com a menção de Oliveira sobre os religiosos responsáveis pelas letras – tanto padre Zezinho quanto sua editora –, serem progressistas.

Finalmente, sob a perspectiva do policial federal – recordando seu treinamento e a legislação da censura – que vetou as obras, as questões abordadas e desta forma esclarecidas, colocam em cheque a ideia de "Brasil Grande Potência" (Napolitano, 2014, s.p.), de pátria e povo unidos, o que poderia assustar os investidores estrangeiros (multinacionais) em um período histórico em que o país estava se abrindo para a industrialização e desenvolvimento das cidades (Costa, 2021, p. 58).

Lembrando que a Comunidade de Informações era uma realidade – os órgãos de segurança compartilhavam informações –, fica claro que o técnico Oliveira agiu baseado nos conhecimentos e preocupações do governo, como ele mesmo redige em seu parecer. Os vetos foram emitidos de acordo com o treinamento que o policial recebeu. As letras carregam uma profusão de críticas sociais e políticas, o veto a elas, não nos parece, desta forma, contrário ou desconexo do que os técnicos de censura eram treinados para executar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação propôs-se a investigar e contextualizar um fenômeno até então lacunar na historiografia da censura musical no Brasil: o veto político imposto em 1981 pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) ao álbum *Oferenda*, de Padre Zezinho scj. Ao cruzar elementos coletados de entrevistas concedidas pelo padre artista - a esta pesquisa, inclusive - e de sua própria produção literária com uma densa pesquisa documental no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e na Hemeroteca Digital Brasileira, este trabalho evidencia a coragem civil do padre compositor ao denunciar as injustiças sociais que ocorriam em sua época, durante o período da ditadura militar, no Brasil.

Em contrapartida, procurou-se estudar e expor as engrenagens do órgão censor, o treinamento do servidor público responsável pelos vetos à obra e as leis que regiam tanto o regime governamental, quanto a própria Censura. Compreende-se, assim, que as letras das canções possibilitaram ao policial federal, em virtude de seu conteúdo crítico à política e a sociedade, serem enquadradas em artigos específicos da legislação censória.

Assim sendo, o episódio ocorreu como um resultado do treinamento técnico oferecido pelo Estado a seus funcionários, não tendo sido fruto de uma decisão arbitrária ou subjetiva. A censura e seu subsequente veto às canções de *Oferenda*, se deram pelo fato de as letras evidenciarem características de desproporção na equidade social do povo brasileiro – ideia contrária à política e à legislação da época. Outro fator, foi o de as canções reiterarem principalmente o problema fundiário, sugerindo ainda uma alteração no *status quo*, por meio de atitudes provindas dos próprios cidadãos em desvantagem social, ou seja, os pequenos agricultores, os “pobres” de Puebla.

Não objetivamos aqui, ressaltamos, sugerir qualquer forma de juízo de valor, nossa metodologia foi a do levantamento das informações e a análise delas mediante seu contexto. Além disso, pensamos não ser o papel desta dissertação de mestrado, tomar parte em assuntos políticos e religiosos. Nossa proposta foi a de estudar e esclarecer fatos. Dentro disso, em sua trajetória, a pesquisa trazia uma pergunta: “por que canções de um padre seriam vetadas?” e obtivemos essa reposta ao descortinarmos as diretrizes institucionais que monitoravam a produção cultural no Brasil, bem como, que monitoravam as ações da Igreja Católica, no país. Tudo isso, em meio ao processo de abertura política do regime civil-militar.

Dessa forma, lança-se lume sobre a ideia de que a censura governamental agia às cegas, arbitrariamente ou exclusivamente por moralismo - censura moral. A atuação do técnico de censura Oliveira, responsável pelo parecer do álbum mostrou-se alinhada ao treinamento técnico e ideológico fornecido pelo governo e constituiu-se em um ato de censura tipicamente política.

O Estado percebeu a música cristã popular de viés crítico de Padre Zezinho como uma arma ideológica capaz de mobilizar e conscientizar as massas, especialmente os pequenos agricultores e a juventude – público sobre o qual Padre Zezinho exercia comprovada e massiva influência. O censor Oliveira, por sua vez, entendeu as canções como um estímulo ao conflito social, particularmente contra o governo vigente, do qual era servidor. Os vetos foram, então, impostos na intenção de conter um discurso com potencial de escancarar feridas sociais – evidenciadas pelas conclusões dos encontros episcopais da Igreja Católica, especialmente as da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla de Los Angeles (1979), bem como do Concílio Vaticano II. Em adição, o pensamento do padre, inspirado e condizente com a da Igreja, foi percebido, como potencial desestabilizador da ideia de coesão nacional, defendida pela ditadura, como comenta Napolitano (2014, s.p).

Percebeu-se principalmente, no discurso lírico do compositor, a incorporação dos dois mais importantes tópicos tratados em Puebla: a "opção preferencial pelos pobres" e a denúncia das assimetrias sociais estruturais do continente, ou seja, a intenção de combater as injustiças sofridas pelo "pobre".

O motivo central dos vetos, a presença e retomada repetida do tema que o censor nomeou de "binômio homem x terra" colocou sua obra em rota de colisão direta com as diretrizes de Segurança Nacional. Como evidenciado pelo levantamento hemerográfico. Os conflitos fundiários envolvendo clérigos católicos era uma realidade e ecoavam não apenas pelo país, como pelo mundo.

Por fim, esta pesquisa buscou evidenciar a complexidade ideológica de José Fernandes de Oliveira, que longe de alinhar-se categoricamente às cartilhas do capitalismo ou do socialismo soviético e cubano, define-se como social-democrata e solidário, fundamentado no carisma dehoniano.

Ao descortinar o episódio de *Oferenda*, esta dissertação contribui para o preenchimento de um vão nos estudos sobre a canção cristã de protesto no Brasil, demonstrando que as fronteiras da resistência civil na música, aos anos de governo militar, também se estenderam ao território da fé. Longe de esgotar o tema, espera-se que este trabalho sirva de estímulo para novas investigações sobre o pensamento de Padre Zezinho, o acervo documental da DCDP, do SIAN e mesmo da PIA Sociedade Filhas de São Paulo, Edições Paulinas, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre como a música religiosa popular atuou como espaço de protesto político, dissidência e coragem civil na história recente do país.

Em adição final, lemos a Carta Encíclica do Santo Padre Leão XIV, intitulada *Magnifica Humanitas*, de15 de maio de 2026 e a cotejamos com este material, em especial com o que absorvermos das resoluções de Puebla, e eis que o texto papal traz que os problemas estruturais de

desigualdade e conflitos sociais percebidos desde o Concílio Vaticano II, ainda persistem. Este fato, então, continua sob a atenção da Igreja, que realiza sobre ele uma leitura crítica e contínua da realidade:

> 27. (...)quando a dignidade dos irmãos é desfigurada, quando a política não responde aos dramas da humanidade, quando a economia se volta contra a pessoa ou a ciência ultrapassa os limites do seu método, [22] a Igreja – com as outras confissões cristãs e os crentes de outras religiões – deve erguer a sua voz não para dominar, mas para servir a comunhão. Compreendida deste modo, a Doutrina social torna-se uma teologia da comunhão na história; um lugar onde a Palavra, que se fez carne, continua a tornar-se diálogo, memória e profecia. (Leão XIV, 2026, n. 27).

Em seguida, o papa menciona a *Rerum Novarum* (Leão XIII,1891) como sendo onde se originou o que hoje se denomina como " “Doutrina social da Igreja” e afirma que:

> 29.(...): o conteúdo que ela abrange, entendido como um corpus orgânico de ensinamentos sociais, começou a delinear-se com a Encíclica *Rerum novarum* de Leão XIII. Perante as “coisas novas” do seu tempo – o conflito entre capital e trabalho, a questão operária, as transformações económicas e sociais –, Leão XIII não se limitou a notar o problema mas, assumindo essas situações como âmbito da missão pastoral da Igreja, submeteu-as a um discernimento rigoroso e esclareceu as suas causas e possíveis soluções à luz do Evangelho e duma visão integral da pessoa, criada à imagem de Deus. São João Paulo II viu nesta maneira de proceder um ‘paradigma permanente’ (24) da Doutrina social: uma práxis exemplar, através da qual a Igreja, face às transformações históricas, exerce o seu direito-dever de examinar as realidades sociais, pronunciando-se sobre elas e indicando caminhos para uma solução justa. (Leão XIV, 2026, n. 29).

O Pontífice, desta forma, afirma que a Doutrina Social da Igreja não consiste em conceitos estático de dogmas, mas de um processo vivo de discernimento sobre o comunitário, a sociedade e seus problemas que depois de 135 anos, tendo passado todos os encontros oficiais da Igreja sobre os quais já comentamos, persistem.

O texto destaca que as feições da injustiça (o Cristo sofredor) e da exclusão (o pobre de Puebla) se transformaram, porém, resistem e clamam que a comunidade cristã continue atenta e ativa, denunciando as estruturas opressivas da atualidade e agindo de modo a possibilitar a mudança social prometida e sonhada desde antes de Leão XIII. Desta forma, a Igreja continua a apontar as feridas socias e a reclamar sua cura através da ação dos próprios fiéis e cidadãos deste mundo.

REFERÊNCIAS

04GASPAR. 21 - Pe. Zezinho, scj – Oração dos pobres sem voz nem vez. 2020. 4:52. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TeKFKC15z90. Acesso em: 26 maio 2026.

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 5. ed. rev. e ampl. Tradução da 1. ed. bras. (1971) coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

APPLE MUSIC. Pe. Zezinho, scj. Disponível em: <https://music.apple.com/br/artist/pe-zezinho-scj/463260060>. Acesso em: 9 set. 2025.

BARBOSA, Victor de Oliveira. A presença inspiradora de Padre Léon Dehon nos escritos e nas canções de José Fernandes de Oliveira (Padre Zezinho). *Teologia em Questão*, Taubaté, n. 36, 2019, p. 53-79, 2019.

BARROS, Clara Jansson. Revista Louvor e a canção engajada: tradição e modernidade nas práticas musicais de protestantes brasileiros na década de 1970. 2021. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2021.

BELÉM, Euler. "Valor de imóveis da Igreja Católica equivale ao PIB do Brasil e da Rússia". Jornal Opção. 2016. Disponível em <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/valor-de-imoveis-da-igreja-catolica-equivale-ao-pib-do-brasil-e-da-russia-56534/#:~:text=Dep%C3%B3sitos%2e%20ativos%20do%20Banco,da%20%C3%8Dndia%20ou%20do%20Brasil.%E2%80%9D%3E> Acesso em 17 jan 25.20Brasil.%E2%80%9D> Acesso em: 17 Jan 25.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2015.

BORBUREMA, Débora Gonçalves. Usos e funções da música na Renovação Carismática Católica. 2015. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Música, Belo Horizonte, 2015.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. Tradução: Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. 6. ed. 1. reimpr. (Coleção Estudos, v. 20). São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1456, 29 jan. 1946. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 set. 1969. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 30 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Superintendência Regional em São Paulo. Serviço de Informações. Informação nº 1488/08-73/SI/SR/DPF/SP. Assunto: Pe. José Fernandes de Oliveira - Padre Zezinho. São Paulo, 29 ago. 1973. 6 f. Código de referência: BA DFAN, BSB 20.7-8.38416. Fundo/Coleção: Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) / Arquivo Nacional. Disponível em: br_dfanbsb_zd_0_0_0002b_0003_d0001de0001.pdf. Acesso em 1 out 2024.

BRASIL. Departamento de Censura de Diversões Públicas. Parecer do censor Oliveira sobre a canção "Problemas, problemas". José Fernandes de Oliveira. 1981B. Documento oficial de número 10313. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), Rio de Janeiro. Disponível em <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2101655&v_aba=1> Acesso em 4 Jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Ficha 002/CI3A – José Fernandes de Oliveira, scj. Brasília: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica – CISA, 29 dez. 1978. (Informação nº 346/D9/CISA-BR/78). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_VAZ/0/0/39287/BR_DFANBSB_VAZ_0_0_39287_d0001de0001.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Informe nº 189/116/ABH/81 – Atuação de militantes e ex-militantes de organizações subversivas ligados a entidades religiosas. Belo Horizonte: SNI/Agência Central, 18 set. 1981A. (Informação nº 5329/81). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_VAZ/0/0/39287/BR_DFANBSB_VAZ_0_0_39287_d0001de0001.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Estudos sobre a Igreja Católica. Brasília, 22 jun. 1983. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/rrr/83007222/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_83007222_d0001de0001.pdf Acesso em: 17 set. 2024.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. Estudos Avançados, n. 8, p. 4-18, jan. 1988.

CARNEIRO, Ana Marília. A incrível arte de criar um censor: a formação dos censores cinematográficos na ditadura militar brasileira. In: FICO, Carlos; GARCIA, Miliandre (Orgs.). Censura no Brasil Republicano (1937-1988): governo, teatro e cinema. v. 1. Salvador: Sagga, Ed. 21, 2021. p. 204 - 224.

CHAVES, Robson Ribeiro de Oliveira Castro. O caminho de Puebla 40 anos depois e a opção preferencial pelos pobres. REVELETEO - Revista Eletrônica Espaço Teológico, São Paulo, v..13, n. 24, p. 38-52, jul./dez. 2019. de antropologia política. Tradução de Theo Santiago. Prefácio de Tânia Stolze Lima e Marcio Goldman. 1. reimpr. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Quem Somos. Goiânia: CPT Nacional, [s.d.]. Disponível em: https://cptnacional.org.br/sobre-nos/quem-somos/. Acesso em: 29 abr. 2026.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). Documento de Puebla: evangelização no presente e no futuro da América Latina. Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Texto oficial. Puebla de los Angeles, México, 1979. Disponível em: <https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Puebla-1979-3CELAM-PORTUGUES.pdf >Acesso em: 30 mai. 2026.

CORAZZA, Helena. Padre Zezinho comunicador - vivência, prática e crítica da comunicação. Padre Zezinho: teologia, catequese e missão. *Teologia em questão*. Edição: n. 36 (2019): Seção Quaestio, 2019.

COSTA, Maria Cristina Castilho. A censura no Governo Vargas - antes, durante e depois. In: FICO, Carlos; GARCIA, Miliandre (Orgs.). *Censura no Brasil Republicano (1937-1988): governo, teatro e cinema. v. 1.* Salvador: Sagga, Ed. 21, 2021. p. 51

DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. Padre Zezinho. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cravo Albin, [s.d.]. Disponível em: https://dicionariompb.com.br/artista/padre-zezinho/. Acesso em: 9 jun. 2025.

Diocese de Erexim. Trajetória religiosa e musical de Padre Zezinho. Disponível em: https://www.diocesedeerexim.org.br/noticia/trajetoria-religiosa-e-musical-de-padre-zezinho-22156. Acesso em: 2 abr. 2024.

DISCOGS. Pe. Zezinho, SCJ – Oração pela Família [disco]. Disponível em: <https://www.discogs.com/release/14959999-Pe-Zezinho-Scj-Ora%C3%A7%C3%A3o-Pela-Fam%C3%ADlia>. Acesso em: 9 set. 2025.

DISCOGS. Padre Zezinho – Um Certo Galileu [álbum]. Disponível em: <https://www.discogs.com/master/1303375-Padre-Zezinho-Um-Certo-Galileu>. Acesso em: 9 set. 2025.

DISCOGS. Pe. Zezinho, SCJ – Histórias Que Eu Conto e Canto: Músicas Para Quem Medita [álbum]. Disponível em: <https://www.discogs.com/master/1164731-Pe-Zezinho-Scj https://www.discogs.com/pt_BR/release/9717719-Padre-Zezinho-Hist%C3%B3rias-Que-Eu-Conto-E-Canto?srsltid=AfmBOop6oeHPJIAKZGn5x2_iCoSgcPJKlIuAb2HDZKMA1XfdL1lVhQsH. Acesso em: 9 set. 2025.

FICO, Carlos. Prezada censura: cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 251-286, jul./dez. 2004.

FICO, Carlos; GARCIA, Miliandre (orgs.). Censura no Brasil Republicano (1937-1988): governo, teatro e cinema. v. 1. Salvador: Sagga, 2021.

FICO, Carlos; GARCIA, Miliandre (orgs.). Censura no Brasil Republicano (1937-1988): sociedade, música, telenovelas e livros. v. 2. Salvador: Sagga, 2021.

FIGUEIRA, Ruth. Padre Zezinho scj 35 anos a serviço da fé. São Paulo: Paulinas, 1999.

FREITAS, Lázara Alzira de. O Concílio Vaticano II sob o olhar do cerrado: o *aggiornamento* no episcopado de D. Fernando Gomes dos Santos. 2008. 92 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Geografia, Sociologia e Relações Internacionais, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008. Orientador: Prof. Dr. Eduardo G. de Quadros.

G1 - Vale do Paraíba e Região. Dois anos após sofrer AVC, Padre Zezinho fala sobre recuperação. Publicado em 29 dez. 2014. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/12/dois-anos-apos-sofrer-avc-padre-zezinho-fala-sobre-recuperacao.html. Acesso em: 26 nov 2025.

GARCIA, Miliandre."Ou vocês mudam ou acabam": teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). Tese de Doutorado em História Social, UFRJ/IFCS, 2008.

HEUER, Wolfgang. Coraje en la política sobre un verdulero en praga, senadores norteamericanos, whistleblowers y una carreta siciliana. In: PALESTRA APRESENTADA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA. 2004,41, Universidade Federal do Paraná, 2004. p.167-181.

HOSHI, Kas. 80 anos de Pe. Zezinho, scj: comunicador, cantor, compositor, escritor, pregador e anunciador do Reino do Coração de Jesus. Dehonianos, 07 jun. 2021. Disponível em: https://dehoniana.edu.br/80-anos-de-pe-zezinho-scj-comunicador-cantor-compositor-escritor-pregador-e-anunciador-do-reino-do-coracao-de-jesus/. Acesso em: 1 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento geral do Brasil, 1980: dados gerais. População residente, por religião e sexo, segundo a situação do domicílio e grupos de idade. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n26_df.pdf. Acesso em 11 nov. 2025.

JARDIM, Marco Polo. Relatório sobre o tema "Jovem, alicerce para um mundo melhor" do Pe. Jose Fernandes de Oliveira (Pe. Zezinho), nesta cidade no dia 07/07/1.973". Foz do Iguaçu: Polícia Federal, 1973. Relatório oficial. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/em-1973-o-chefe-do-pni-proibiu-atividade-religiosa-do-padre-zezinho-nas-cataratas/>. Acesso em: 3 abr. 2024.

LEÃO XIV, Papa. *Carta Encíclica Magnifica Humanitas: sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da Inteligência Artificial*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 15 maio 2026. n. 27. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/encyclicals/documents/20260515-magnifica-humanitas.html. Acesso em: 26 ago. 2026.

LÖWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação?: religião e política na América Latina.* 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MACENEIRO, Rafael (administrador). Blog Padre Zezinho SCJ. [S.l.], 2009–. Disponível em: http://padrezezinhoscj.blogspot.com/. Acesso em: 11 jun. 2025.

MARINHO, Danillo de Souza. A Teoria da Libertação no Banco dos Réus: o processo doutrinário de Leonardo Boff (1984-1985). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: ANPUH, 2015. p. 1-16. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434309123_ARQUIVO_DanilloArtigoparaAmpun2015.pdf. Acesso em: 22 mai. 2024.

MEDEIROS, Josué; SOUZA, Daniel. Apresentação. *In*: LÖWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação?*: religião e política na América Latina. Tradução de Vera Lúcia Mello Josceline. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016. p. 7-20.

MENDONÇA, Joêzer de Souza. A Canção do Senhor na terra dividida: a música engajada dos protestantes brasileiros sob repressão militar e religiosa. Per Musi, Belo Horizonte, n.34 p.113-131. 2016.

MOSTAÇO, Edélcio. Censura, a rede. In: FICO, Carlos; GARCIA, Miliandre (orgs.). Censura no Brasil Republicano (1937-1988): governo, teatro e cinema. Volume I. Salvador: Sagga, 2021. p.23-50.

NAPOLITANO, Marcos. 1964 – História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo. Ed. Contexto. 2014.

NEVES, Lucas Moreira. Introdução. In: OLIVEIRA, José Fernandes de (Padre Zezinho). Meu povo, minha Igreja. São Paulo: Paulinas, 1971. p. 6-7.

OLIVEIRA, José Fernandes de (Padre Zezinho, scj). Curitiba, 13 jul. 2026. Depoimento e anotações de conversa concedidos a Camila Lopes Pereira. Entrevista.

OLIVEIRA, José Fernandes de (Padre Zezinho). Meu povo, minha Igreja. São Paulo: Paulinas, 1971.

OLIVEIRA, José Fernandes de (Padre Zezinho). A revolta e a paz de Maria Helena. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 1972A.

OLIVEIRA, José Fernandes de (padre Zezinho). Este rebelde quer ser padre. São Paulo: Paulinas, 1972B.

OLIVEIRA, José Fernandes de (Pe. Zezinho, SCJ). Maria de Nazaré. In: _____. Histórias Que Eu Conto e Canto – Músicas Para Quem Medita. São Paulo: Edições Paulinas Discos, 1974. 1 LP (EPD 0288), lado B, faixa 2.

OLIVEIRA, José Fernandes de (Pe. Zezinho, SCJ). Utopia. In: ____. Um certo Galileu. São Paulo: Paulinas, 1975. 1 LP, lado A, faixa 1.

OLIVEIRA, José Fernandes de (padre Zezinho). O espírito sopra onde quer São Paulo: Paulinas, 1976.

OLIVEIRA, José Fernandes de (Padre Zezinho). Ao meu Cristo adolescente. São Paulo: Paulinas, 1977A.

OLIVEIRA, José Fernandes de (padre Zezinho). Alicerce para um mundo novo. 8ª ed. São Paulo: Paulinas, 1977B.

OLIVEIRA, José Fernandes de (Padre Zezinho). O Direito de Ser Jovem. 10ª ed. São Paulo: Paulinas, 1986.

OLIVEIRA, José Fernandes de (Padre Zezinho). Meu mundo adolescente. 13. ed. São Paulo: Paulinas, 1987.

OLIVEIRA, José Fernandes de (Pe. Zezinho, SCJ). Oração pela família. In: ____. Sol nascente, sol poente. São Paulo: Instituto Alberione – COMEP, 1990. 1 LP, lado B, faixa 3.

OLIVEIRA, José Fernandes de (Padre Zezinho). Nós os católicos romanos: pequena introdução ao catolicismo para jovens e adultos. 18. ed. Aparecida – SP: Santuário, 1994.

OLIVEIRA, José Fernandes de (Pe. Zezinho). Padre Zezinho: na contramão do imediatismo. Entrevistado por Márcia Travessoni. O POVO. Fortaleza, 04 jun. 2012. Disponível originalmente em: [link do O POVO – indisponível].
Reproduzida em: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA. Disponível em: https://www.paroquiagloria.org.br/padre-zezinho-na-contramao-do-imediatismo/ Acesso em: 20 nov 2025.

O LÁBARO. Padre zezinho: 50 anos cantando a fé. Diocese de Taubaté, out. 2016. Entrevista. Disponível em: https://diocesedetaubate.org.br/pe-zezinho-50-anos-cantando-a-fe/. Acesso em: 27 maio 2025.

PADRE ZEZINHO, scj. Padre Zezinho, scj Ft. Reinaldo, Antonio Fazolin - Canto do índio. Youtube, 25 abr. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=70C6pB4XwHo. Acesso em: 26 maio 2026.

PADRE ZEZINHO, scj. Padre Zezinho, scj - Não tire a minha terra. YouTube, 25 abr. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SQ_3DenHRQk. Acesso em: 26 maio 2026.

PAULO VI, Papa. Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi: sobre a evangelização no mundo contemporâneo. Roma: Santa Sé, 8 dez. 1975. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html. Acesso em: 10 jun. 2026.

PADRE ZEZINHO, SCJ; NUNES, Astúlio. Padre Zezinho, scj Ft. Astúlio Nunes - Dai-nos hoje o nosso Pão. YouTube, 25 abr. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z9GZb-Bwd20. Acesso em: 27 mai. 2026.

PERFILOFICIAL, 2017, disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=844863365721864&id=115694241972117&set=a.115755841965957. Acesso em 24 mai 2026.

PAULINAS COMEP. Pe. Zezinho, scj, completa 80 anos. Vatican News, 8 jun. 2021. Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2021-05/pe-zezinho-scj-completa-80-anos.html. Acesso em: 18 mai. 2026.

PIO XI, Papa. Carta Encíclica Divini Redemptoris: sobre o comunismo ateu. Roma: Vatican, 19 mar. 1937. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html. Acesso em: 19 ago. 2026.

SANTOS, Luciene dos. A música sacra no atual cenário de evangelização no Brasil: elementos para compreensão do estado da questão. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Teologia).

SOUZA, Vanderlúcio. Pe. Zezinho: precursor da música católica no Brasil está internado. Ancoradouro – Religião e curiosidades no Ceará, Fortaleza, 20 set. 2012. Disponível em: https://blogs.opovo.com.br/ancoradouro/2012/09/20/pe-zezinho-precursor-da-musica-catolica-no-brasil-internado/ Acesso em: 19 de nov de 2025.

SILVA, Natasha Gomes da; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Comissão Pastoral da Terra no Rio de Janeiro e a luta pela terra. Comunicação referente à pesquisa Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ICHS/UFRRJ) / CPDA, 2016. Disponível em:https://eventos.ufrrj.br/raic/files/2016/06/2559-9594-1-SM.pdf. Acesso em: 24 ago. 2026.

VEIGA, Alfredo César da. Teologia da Libertação: Nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual. 2009. 297 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VEIGA, Edison. Por que Padre Zezinho está (de novo) na mira de católicos tradicionalistas: 'Sou agredido todos os dias, falam que sou um câncer para a Igreja'. BBC News Brasil, [S. l.], 4 jun. 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c8xw2v9n4q5o. Acesso em: 5 jun. 2026.ZEZINHO. Padre Zezinho: 50 anos de sacerdócio – um coração a serviço de Deus e do povo. Entrevista concedida a Pe. Jaime Lemes, MSJ. Diocese de Taubaté, [s.d.]. Entrevista. Disponível em: https://diocesedetaubate.org.br/padre-zezinho-50-anos-de-sacerdocio-um-coracao-a-servico-de-deus-e-do-povo/. Acesso em: 5 mai 2025.

ZEZINHO scj, Padre, Conjunto Sidney Singers. Canção da Amizade. São Paulo: Edições Paulinas - discos, 1969. Extended PlayDisc 0625. Disponível em https://discografiapadrezezinho.blogspot.com/search/label1969%20Can%C3%A7%C3%A3o%20da%20Amizade. Acesso em: 26 de nov de 2024.

ANEXO A



Capa do álbum publicado em 1983.

ANEXO B

Depoimento e anotações de conversa com Padre Zezinho
Data de realização: 13 de julho de 2026
Meio de realização: Videochamada via Google Meet (Link: https://meet.google.com/chu-otoq-mts)
Entrevistadora: Camila Lopes Pereira
Entrevistado: Padre Zezinho, scj (José Fernandes de Oliveira)
Natureza do registro: anotações de campo e síntese de depoimento para esclarecimento de lacunas de pesquisa.
Nota de consentimento: o entrevistado autorizou via aplicativo de mensagens (WhatsApp), em contato posterior, a inclusão e citação destas anotações no corpo e nos anexos desta dissertação de mestrado.

Contextualização

Em uma introdução, Padre Zezinho reiterou pontos de sua biografia, a maior parte do que disse já constava em meu trabalho, então anotei apenas as questões lacunares. Uma delas, é a de que a casa de seus pais ficava "a 500m de distância do Conventinho".

Padre Zezinho disse que o *Oferenda* era originalmente uma opereta e que viajou com ela por diversos países da américa Latina, tendo a apresentado cerca de dez vezes. A censura ocorreu quando a Paulinas decidiu tornar a opereta, um álbum.

Perguntas

1. Fui orientada e relacionar o seu trabalho e pensamento com os conceitos de "radicalismo" de Cândido (1988) e de "coragem civil", de Wolfgang Heuer (2022). O senhor concorda com essa orientação?

Padre Zezinho: Sim, são fontes que eu estudei, estudo e com as quais concordo.

2. Meu trabalho trata do álbum Oferenda e seus vetos. Eu relacionei os poemas ao Documento de Puebla, principalmente em virtude de o senhor, além de trazer os dois principais temas do Encontro, "a opção preferencial pelos pobres" e o "combate às injustiças", além do "ver, julgar e agir" (constante igualmente no documento e ser uma das letras do requerimento e letras), ter a primeira canção já intitulada "Puebla, ó Puebla", além de diversos versos que trazem o nome

da cidade-base do Encontro. Eu estou correta? O senhor se inspirou mesmo no III Encontro do Episcopado? Lembrando que em um de seus livros, que usei de embasamento bibliográfico, o *Nós, os católicos romanos* o senhor coloca:

> 20. Livros que deveríamos ler ao menos uma vez os livros que mostram o que a Igreja pensa do mundo atual são muitos, mas quem lesse:
> 1. O novo testamento
> 2. O compêndio do vaticano II
> 3. As conclusões de Puebla
> 4. As encíclicas dos últimos 4 papas teria uma boa ideia do que a igreja pensa do mundo moderno. (1983, p. 146)

Padre Zezinho: Na verdade eu me inspirei e me inspiro na biografia do fundador de minha congregação, León Dehon e nas resoluções do Vaticano II, especialmente do documento XVI e, também me inspirei na encíclica *Rerum Novarum*, mas *Puebla* reitera essas questões, então, pode-se dizer que você está certa.

3. Por que “Puebla, ó Puebla”, “América dos Oprimidos", "problemas, problemas", “Profecia”, “Canto do Migrante” e “Canto dos jovens” nunca foram publicas, se em 1983 a Paulinas conseguiu a liberação das canções, após entrar com recurso?

Padre Zezinho: Eu escrevo as canções, a Paulinas é quem resolve publicar, eles é que mudaram de ideia com relação a essas canções.

Minhas canções tratam do DIÁLOGO ENTRE AS CLASSES, de SOLIDARIEDADE. Eu quero o rico menos rico e o pobre menos pobre, sempre falei o que penso e isso incomodou e incomoda muita gente. Sigo o solidarismo do padre Dehon, que era advogado e lutou pelo direito dos trabalhadores.

4. Quem era o baixo barítono Denílson, solista de "canto do negro"?

Padre Zezinho: Foi um cantor profissional que apareceu para fazer o teste e nos impressionou muito, sua voz era mui poderosa, ele deu um tom muito profundo à canção.

5. Eu encontrei informações conflitantes acerca de quantos títulos literários o senhor já publicou, em alguns locais encontrei 84 livros, em outros 94, o senhor sabe quantos são? E quanto ao número de canções, eu encontrei que são mais de 3 mil, porém, aproximadamente 1,8 mil publicadas. Isso está correto?

Padre Zezinho: São 110 livros e mais de 3 mil canções escritas. É que eu escrevo e a Paulinas é que publica, eles é que me contatam e dizem “podemos publicar tal música?” e daí ela acontece. Mas eu já escrevi mais de 3mil.

6. Como foi o ingresso dos instrumentos populares, ritmos populares na liturgia, por parte da Igreja Católica. O senhor enfrentou problemas com isso?

Padre Zezinho: Quando eu voltei dos EUA, estava com essa ideia, eu me inspirei lá... de trazer esses instrumentos populares e ritmos. Procurei os meus superiores e eles disseram "você deve, você 'não pode', você 'deve'". Então eu tive total liberdade.

7. Como o senhor vê os “padres astros” de hoje?

Padre Zezinho: Eles esquecem que são padres, não querem mais atender as pessoas, acho isso muito complicado. Eu sou um padre que canta, sempre disse isso e sempre vou dizer.

Finalmente, eu pedi para cantar o *Pater Noster* para ele, ele ouviu e disse: "acho que tem gente da Paulinas que iria gostar muito de te ouvir" e em seguida me disse que me enviaria a sua biografia oficial, trabalho de doutorado de sua assistente, a jornalista Gabriela Bonvechio e mais um título, bem como os nomes dos vinte mais importantes livros que centralizam seu pensamento.

Ao receber os livros, o segundo título é “Alicerce para um mundo novo”, livro que, em minha pesquisa, no título “padre Zezinho scj – 35 anos a serviço da fé”, afirma-se que permaneceu por mais de 15 anos nas prateleiras e após isso, foi retirado a pedido do próprio autor. Isso me gerou uma pergunta adicional: Esse é um título revisado?

Não, logo na orelha do livro consta a informação de que é “reeditado”.